

ESTUDOS & ANÁLISES

INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

1

REFLEXÕES SOBRE OS DESLOCAMENTOS

POPULACIONAIS NO BRASIL

LUIZ ANTONIO PINTO DE OLIVEIRA
ANTÔNIO TADEU RIBEIRO DE OLIVEIRA
ORGANIZADORES

 **IBGE**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor-Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Solange Corrêa Onel

UNIDADES RESPONSÁVEIS

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antonio Pinto de Oliveira

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Unidade Estadual de Minas Gerais
Maria Antonia Esteves da Silva

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais
Diretoria de Geociências
Coordenação de Geografia
Unidade Estadual de Minas Gerais

Estudos e Análises
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 1

Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil

Luiz Antonio Pinto de Oliveira
Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira
Organizadores

Rio de Janeiro
2011

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 2236-5265 **Estudos e análises**

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4192-1 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4191-4 (meio impresso)

© IBGE. 2011

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Marisa Sigolo Mendonça

Márcia do Rosário Brauns

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Sumário

Lista de siglas

Apresentação

Introdução

Reflexão teórica

Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Migrações internas

O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Leila Regina Ervatti

Maria Monica Vieira Caetano O'Neil

A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010

Antonio de Ponte Jardim

Movimentos pendulares

Reflexões sobre a mobilidade pendular

Antonio de Ponte Jardim

Migração internacional

Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios

Marden Barbosa de Campos

Fontes de dados para os deslocamentos populacionais

Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil

Leila Regina Ervatti

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira

Sobre os autores

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Lista de siglas

RO – Rondônia
AC – Acre
AM – Amazonas
RR – Roraima
PA – Pará
AP – Amapá
TO – Tocantins
MA – Maranhão
PI – Piauí
CE – Ceará
RN – Rio Grande do Norte
PB – Paraíba
PE – Pernambuco
AL – Alagoas
SE – Sergipe
BA – Bahia
MG – Minas Gerais
ES – Espírito Santo
RJ – Rio de Janeiro
SP – São Paulo
PR – Paraná
SC – Santa Catarina
RS – Rio Grande do Sul
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
GO – Goiás
DF - Distrito Federal

Apresentação

A presente publicação representa a realização do esforço da Diretoria de Pesquisas em promover a transversalidade nos estudos e pesquisas entre as suas diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas. Neste caso específico, logramos envolver também pesquisadores da Coordenação de Geografia, da Diretoria de Geociências e da Unidade Estadual de Minas Gerais, que reunidos no Grupo Transversal de Estudos do Território e Mobilidade Espacial da População - GEMOB elaboraram uma coletânea de estudos sobre as mais distintas dimensões da mobilidade populacional, abrangendo o debate teórico atual, as migrações interna e internacional, além de tratarem dos movimentos pendulares, que nos últimos anos vêm ganhando relevância nas diferentes estratégias de deslocamentos dos indivíduos.

Desejo a todos que tenham uma excelente leitura e que possam, além de ter contato com uma discussão contemporânea sobre o tema, vir a contribuir com o debate sobre mobilidade populacional.

Wasmália Bivar
Diretora de Pesquisas

Introdução

O fenômeno da mobilidade populacional vem, desde as últimas décadas do Século XX, apresentando transformações significativas no seu comportamento, não só no Brasil como também em outras partes do mundo. Até o presente momento, essas mudanças têm demandado um esforço por parte dos estudiosos no sentido de buscar explicações teóricas para esses novos processos, que se materializam, entre outros aspectos, na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos; pelos deslocamentos de curta duração e a distâncias menores; pelos movimentos pendulares que passam a assumir maior relevância nas estratégias de sobrevivência, não mais restritos aos grandes aglomerados urbanos.

No âmbito da migração internacional, são observados novos espaços de atração de população, ao mesmo tempo que barreiras são erguidas em áreas que tradicionalmente recebiam essas correntes migratórias relacionadas com as mudanças na economia e na sociedade contemporâneas. Além disso, são cada vez mais frequentes as manifestações de xenofobia.

Em nosso País, tivemos, nesse período, uma profusão de estudos que tiveram como objeto as migrações. Contudo, parcelas importante dessas investigações foram de caráter empírico e restritas a subespaços nacionais, ficando a produção teórica relegada, na maioria das vezes, a um segundo plano. A revisão da literatura sinaliza que vários pesquisadores se ressentem da falta de uma teoria que dê conta de explicar o fenômeno e apontam para a necessidade de que sejam produzidas evidências empíricas que contribuam no sentido de alimentar a teoria e vice-versa.

O conjunto de artigos dessa coletânea vai procurar contribuir nesse desafio que é iluminar a compreensão sobre as novas formas como se manifestam os movimentos de população. Para tanto, na primeira parte, são apresentadas as abordagens teóricas que tratam do tema, tanto de autores nacionais quanto internacionais, proporcionando um ponto de partida importante para abordar essa temática. Em seguida, apresenta um panorama das migrações no Brasil na primeira década do Século XXI, tratando da inter-relação com alguns aportes teóricos. A terceira parte trata das reflexões sobre a mobilidade pendular, levando em consideração seus limites e potencialidades, além de propor um novo olhar metodológico e teórico, sobre essa modalidade de deslocamento. Os dois últimos capítulos estão voltados para o tratamento empírico do fenômeno. Inicialmente, analisando os possíveis usos da informação sobre a emigração internacional, incluída no Censo Demográfico 2010. Para finalmente, propor um conjunto de variáveis que devem ser investigadas, posteriormente, de modo a alimentar a produção teórica sobre os estudos a respeito dos deslocamentos populacionais.

Reflexão teórica

Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira*

Introdução

A partir da década de 1980, o comportamento da mobilidade espacial da população sofreu importantes transformações nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Aqueles movimentos que tinham, de um modo geral, como características básicas migração para os grandes centros, passaram a ter como destino as cidades médias e serem cada vez mais de curta duração. Por outro lado, os deslocamentos pendulares ganham importância ainda maior, deixando de ser um fenômeno meramente metropolitano. Na esfera dos movimentos internacionais também são observadas mudanças relevantes, com países antes de emigração passando a receber volume significativo de imigrantes, além da criação de uma série de restrições em países tradicionalmente de imigração, caso dos Estados Unidos da América e da Europa Ocidental.

No âmbito brasileiro, é possível identificar que, a partir da década de 1980, os deslocamentos de população iniciam uma fase de mudanças no sentido das correntes principais, com antigos espaços de atração migratória perdendo expressão. Rompe-se o processo bipolar da distribuição espacial no Brasil, que se mantinha desde o início do Século XX. De modo que surgem novos eixos de deslocamentos

* Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

envolvendo expressivos contingentes populacionais, onde se destacam: i) a inversão nas correntes principais nos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; ii) a redução da atratividade migratória exercida pelo Estado de São Paulo; iii) o aumento da retenção de população na Região Nordeste; iv) os novos eixos de deslocamentos populacionais em direção às cidades médias no interior do País; v) o aumento da importância dos deslocamentos pendulares; vi) o esgotamento da expansão da fronteira agrícola; e vii) a migração de retorno para o Paraná.

Este texto pretende sistematizar algumas das reflexões acerca da migração, de modo a tentar contribuir para uma melhor apreensão do comportamento a respeito dos deslocamentos populacionais no Brasil. Além dessa breve introdução, o artigo trata dos aportes das mais diversas correntes, que, de uma forma geral, reiteram a necessidade da construção de teorias para compreensão do fenômeno. Apresenta, ainda, abordagens que enxergam na mudança do padrão de acumulação do capital o eixo estruturante na explicação do novo modo como se apresentam as migrações, concluindo com comentários finais.

Alguns aportes teóricos

O debate entre as abordagens teóricas acerca do fenômeno migratório, por muito tempo, dividiu-se entre o aporte neoclássico-funcionalista e o estruturalista. Entre aqueles que se filiam à primeira abordagem, encontra-se o clássico artigo de Lee (1980), que foi elaborado na perspectiva da teoria da modernização. Do outro lado, encontra-se como uma das mais importantes contribuições, sobretudo a respeito das migrações internas nos países em desenvolvimento, o artigo de Singer (1980), que segue a linha histórico-estruturalista.

Wood (1982), também discute essas perspectivas teóricas, apontando o eixo central de cada uma delas, bem como pontuando crítica às duas visões. Aqui se optou por fazer um contraponto entre as abordagens de Lee (1980) e Singer (1980).

No enfoque de Lee, encontra-se o indivíduo que, de forma racional, após analisar o custo-benefício do movimento decide se empreende ou não o deslocamento. Na base dos deslocamentos populacionais, estaria o desenvolvimento econômico. Segundo esse autor, migração seria a

[...] mudança permanente ou semi-permanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre a migração externa e a migração interna (LEE, 1980, p. 99).

Na ótica de Singer, o fenômeno migratório é social, assume a dimensão de classe social, que estaria respondendo aos processos social, econômico e político ao migrar. Para o autor, “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1980, p. 217).

Lee propõe um esquema analítico que ele denominou de “fatores do ato migratório”, onde aparecem os fatores associados aos locais de origem e de destino, os obstáculos intervenientes e, por último, fatores pessoais. Para Singer, existiriam fatores de expulsão (subdivididos em fatores de mudança e de estagnação) e de atração.

Os fatores no local de origem, de Lee, seriam aqueles associados à decisão de emigrar, podendo ser positivos, negativos ou nulos. Esses pesos também seriam atribuídos ao local de destino. O saldo desses fatores, mediados pelos obstáculos intervenientes entre a origem e o destino, bem como pelos fatores pessoais, determinariam a decisão de migrar e o sentido do fluxo. Cabe ratificar que na raiz da questão central, norteadora da proposição de Lee, encontra-se o binômio modernização-desenvolvimento econômico. Para o autor, esta seria uma construção de fácil compreensão e aceitação.

Segundo Singer, o problema central estaria relacionado com as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando uma redução do nível do emprego. Com isso, expulsa camponeses e pequenos proprietários. Geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de estagnação – associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. Decorre daí uma pressão populacional sobre as terras, que podem estar limitadas por insuficiência física de áreas produtivas ou monopolizadas por grandes proprietários. Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo.

Para Singer, no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social. Por outro lado, os movimentos engendrados pelos fatores de estagnação levariam a uma maior dificuldade de inserção dos migrantes no local de destino, gerando, em alguns casos, uma re-emigração.

A abordagem de Lee, embora funcionalista, não é restrita temporalmente. Os quatro eixos propostos em seu quadro analítico podem ser implementados a qualquer tempo. Já a análise de Singer, mais robusta conceitualmente, é datada pela quadra da história onde os deslocamentos migratórios rural-urbano eram predominantes.

Ultimamente, embora alguns pesquisadores reclamem da falta de produção inovadora no campo da Demografia como um todo e, em particular, na temática migratória, algumas contribuições têm surgido, no sentido de permitir uma reflexão sobre qual a melhor perspectiva, para apreender a manifestação do fenômeno migratório.

Courgeau (1990) apresenta abordagens teóricas que tratam de objetivos e medidas desse fenômeno: i) a primeira trata a migração sob a ótica descritiva, semelhante aos registros censitários, derivando estimativas de taxas de migração; ii) a segunda trata de investigar como a migração pode modificar o comportamento futuro dos indivíduos. Aqui a migração é vista como variável independente, como as demográficas, sociais e econômicas; e iii) a terceira considera a migração como uma variável dependente dos fatores que levam o indivíduo a migrar. Há o reconhecimento de que não se pode tratar a migração apenas como se fosse um modelo matemático, com variáveis independentes e/ou dependentes, mas sim como um processo que envolve outras dimensões da vida do ser humano.

É importante o ponto de vista que busca compreender o fenômeno migratório mais além da mera descrição ou como algo capaz de receber modelagens matemáticas.

Como também é salutar observá-lo como processo, porém não apenas àqueles restritos ao indivíduo, mas também aqueles que envolvam os indivíduos de um modo geral, a sociedade onde ele vive e se reproduz.

De acordo com Simmons (1991), os estudos sobre deslocamentos populacionais desde muito vêm despertando o interesse de várias áreas do conhecimento, sendo, portanto, enfocados com base em diversos olhares. Todavia, essas abordagens estariam gerando um paradoxo: os estudos derivados da Antropologia, Demografia, Economia, Sociologia, História e Geografia estenderam seus domínios de interesse, cobrindo um leque amplo de padrões histórico e contemporâneo dos movimentos de população. Contudo, os modelos explicativos existentes seriam aplicáveis a contextos particulares ou preocupações conceituais, parecendo ser incapazes de integrar as diversas formas de manifestação do fenômeno migratório, ambientes históricos e perspectivas disciplinares.

As teorias produzidas sobre migração estiveram influenciadas pelo mundo industrial e pelo desenvolvimento econômico, tanto aquelas ancoradas na teoria da modernização quanto as baseadas no enfoque estruturalista. Ademais, essas teorias estavam centradas nos grandes deslocamentos populacionais, como a urbanização e as migrações internacionais. Hoje estaríamos vivendo um mundo de estruturas pós-industriais, onde os circuitos dos movimentos já estariam dados, sobre a base de redes interpessoais, comunicações articuladas, retroalimentação e interdependência de sistemas numa economia mundial (SIMMONS, 1991).

Parece fazer sentido que a crise verificada na produção teórica sobre a temática migratória resulta, em parte, da utilização de instrumentais e referenciais teóricos fundados no paradigma de acumulação fordista, que não dão conta de apreender as mudanças que estão ocorrendo no processo de transição no padrão de acumulação do capital. Por outro lado, pensar que o espectro dos movimentos populacionais já esteja estabelecido num sistema determinado pela economia mundial deixa escapar uma gama importante dos deslocamentos de população, sobretudo, as movimentações internas verificadas nos países em desenvolvimento, em especial aquelas dos grandes centros urbanos para as médias e pequenas cidades. Esses deslocamentos não necessariamente estariam subordinados ao processo de globalização, uma vez que esses movimentos responderiam à lógica de inserção econômica interna da região/país, sem estarem ligados aos circuitos do capital internacional.

Todavia, há que se ter em mente que numa fase de transição coexistirão processos antigos e novos na ocorrência do fenômeno migratório, o que possibilitará a percepção de formas novas e a utilização de ferramentas atuais na interpretação das manifestações antigas. Os novos fenômenos podem ser realmente novos ou terem se tornado evidentes à luz de novas preocupações e concepções (SIMMONS, 1991).

Para Simmons (1991), a crise na produção teórica sobre a migração se caracterizaria pela heterogeneidade, uma competição de termos e aproximações diferentes.

Cada tradición de investigación concentra sus esfuerzos en sus temas favoritos y en los procesos de migración relacionados con ellos, los cuales están frecuentemente fundamentados en regiones geográficas y períodos históricos específicos de particular importancia para el enfoque en cuestión (SIMMONS, 1991, p. 8).

No Brasil, especificamente, essa opção parece clara. Basta verificar os *Anais* mais recentes do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, onde a temática migração é discutida. Cada vez mais, os pesquisadores colocam suas lentes sobre níveis espaciais mais desagregados, e, em muitos casos, o local não aparece articulado com as demais escalas.

Simmons (1991) faz uma repartição entre dois períodos analíticos: i) de 1850 a 1960, com as teorias e investigações fazendo menção ao crescimento econômico; e ii) momento atual, no qual as pesquisas mais recentes têm dado maior atenção às migrações em ambientes de transformações tecnológicas e sociais, mesmo onde o desenvolvimento econômico é incipiente ou estancado. Nos países desenvolvidos, voltou-se para a circulação e descentralização em função das mudanças na estrutura econômica, mais direcionada para os serviços e expansão dos sistemas de transportes e comunicações.

As migrações estariam definidas em termos tão amplos que, por eles mesmos, poderiam estar incluindo toda uma gama de fenômenos, muito distintos entre si. Possivelmente nenhuma explicação daria conta de abarcar a todos. Assim, a solução viável seria o uso de tipologias descritivas, de modo a isolar o fenômeno e interpretá-lo no marco da análise que se ajuste a cada caso específico (SIMMONS, 1991).

Domenach e Picouet (1990) também reivindicam maior clareza nas abordagens que tratam do fenômeno migratório, destacando aspectos relacionados com os conceitos e a realidade social¹. Todavia, reconhecem que na atual conjuntura a análise migratória tende ao pluralismo das teorias e métodos.

Ainda de acordo com os autores mencionados acima, as migrações refletiriam as mudanças em nossas sociedades e as tensões que elas sofrem. Assim, poder-se-ia pensar que as modificações nos modos de produção, por um lado, e nos padrões de acumulação do capital, por outro, poderiam engendrar as tais mudanças e tensões, que se refletiriam nos processos migratórios.

Massey e outros (1993), tratando das migrações internacionais, seguem na linha de que não haveria uma formulação teórica coerente para tratar esses tipos de deslocamentos populacionais. Embora estejam enfocando os movimentos externos de população, esses autores contribuem para a reflexão quando analisam a contribuição de cada abordagem, que não deixam de guardar relação com a migração interna.

A questão seria apreender o “quê” dá início ao movimento migratório internacional. Assim, para os neoclássicos, seriam os diferenciais das condições de salário e emprego entre as áreas, assim como os custos da migração. A decisão de migrar estaria no âmbito individual e visaria a maximização da renda. Segundo a nova economia da migração, seriam os contrastes nas variedades de mercado, não só no mercado de trabalho, e a decisão de migrar se daria no âmbito do domicílio/família, visando minimizar os riscos para a renda da família. As teorias sobre mercado dual e sistemas mundiais ignoram os processos de decisão no micronível, focando apenas as forças que operam num nível de agregação maior. Os primeiros enxergam a migração como consequência da economia industrial moderna e os últimos como decorrente dos processos de globalização e penetração dos mercados além das fronteiras nacionais (MASSEY et al., 1993).

¹ Como realidade social, os autores entendem as dimensões social, cultural, econômica e política que estariam presentes no processo migratório.

Se a pergunta gira em torno do “quê”, caberiam questionamentos às correntes neoclássicas e da nova economia da migração, bem como à corrente dos mercados duais e sistemas mundiais. Aos primeiros, seria importante refletir a respeito do processo que antecedeu o momento onde o indivíduo, isoladamente, ou em família, obtém maximização da renda. Em muitos casos não se trata de maximizar, mas sim obter algum meio de sobrevivência. Às outras correntes de pensamento, falta expor claramente o que teria desencadeado “a moderna economia industrial” (poder-se-ia dizer “a moderna economia de serviços”) e o estágio da globalização, tal como é percebida nos dias de hoje. Na abordagem da “nova economia da migração,” a ideia de processo mais geral fica relegada a um segundo plano. No caso da teoria neoclássica, a plano nenhum.

Do ponto de vista das abordagens neoclássicas, embora a questão da produção de equilíbrio de oportunidades entre espaços e a decisão racional permaneçam como fundamentais, são observados alguns movimentos que deslocam a decisão para o grupo familiar, caso dos neoclássicos da macroteoria.

Na abordagem da “nova economia da migração,” os mercados que regulariam a tomada de decisão não seriam apenas os de trabalho e renda; jogariam papel decisivo os mercados de seguro, capital, futuros e políticas sociais. Os fluxos de população só cessariam quando todos esses mercados estivessem equilibrados entre as áreas de origem e destino. Ainda dentro dessa abordagem, a tomada de decisão para empreender a migração estaria para além do âmbito indivíduo/família, levaria em consideração a articulação com a comunidade local, bem como dos mercados nos lugares de origem e destino (MASSEY et al., 1993).

Quer dizer, essas teorias avançam na direção de incorporar uma explicação sobre a dimensão maior ao ato de deslocar-se; envolvendo famílias, comunidade e situação econômica no lugar de origem. Afastam-se um pouco do individualismo metodológico², mas continuam acreditando que é possível, um dia, o modo de produção capitalista produzir equilíbrio entre espaços inseridos de modos distintos no processo de acumulação. Em outras palavras, alimentam a crença de que no sistema capitalista é possível se eliminar as desigualdades.

Massey e outros (1993), avaliando as teorias, afirmam estarem céticos quanto às abordagens que negam a importância das restrições estruturais sobre as decisões individuais e das teorias estruturais que negam a importância de indivíduos ou famílias. Mais que adotar um argumento teórico exclusivo, eles tendem a ficar na fronteira dos processos causais da migração, que podem operar em múltiplos níveis simultaneamente. As explicações mais úteis seriam empíricas, não apenas tarefas lógicas.

Faist e outros (1997) também focalizam os movimentos internacionais de população e reclamam da falta de uma abordagem que proporcione uma melhor apreensão dos processos migratórios. Apresentam uma revisão e uma reconstrução das migrações Sul-Norte, com o objetivo de fazer uma junção intermediária entre as teorias neoclássica e estruturalista, que se daria por meio do aporte das redes sociais.

De acordo com Faist e outros (1997), a abordagem neoclássica estaria passando a incorporar dimensões política e religiosa no âmbito da tomada de decisão racional, à medida que, além de trabalhadores, as pessoas e/ou família e/ou grupo são atores,

² Nesse tipo de abordagem, a resposta para os processos migratórios seria obtida analisando-se o comportamento individual de cada pessoa envolvida nos movimentos populacionais.

membros de grupos étnicos, religiosos ou perseguidos políticos. Os autores citam um pesquisador, Harmut Esser, que adicionaria um terceiro elemento: oportunidades e restrições. Com isso, poder-se-ia tratar de um aporte “individualista estrutural”. Alguns sociólogos e antropólogos haveriam identificado que em muitos casos a decisão de migrar é tomada no âmbito da família, nuclear ou estendida, ou mesmo dentro da comunidade (FAIST et al., 1997).

Percebe-se um movimento dos revisores da teoria neoclássica no sentido de incorporar elementos da abordagem estruturalista, uma vez que parecem frágeis os argumentos de decisões racionais, sejam elas individuais ou no âmbito da família, quando algumas regularidades são observadas no seio da sociedade de emigração. A questão sobre o quê provocaria os desequilíbrios de mercados de trabalho e renda, os tais fatores positivo e negativo na origem e no destino, na teoria clássica de Lee, ou mesmo, os desequilíbrios nos outros mercados, como querem os teóricos da “nova economia da migração”, está presente. Em última instância, não haveria como desconsiderar a existência de fatores estruturais. O malabarismo teórico se direciona no sentido de superar as fragilidades da teoria neoclássica, num tipo de síntese impossível entre estrutura e sujeito (SOARES, 2003).

Para Faist e outros (1997), os teóricos neoclássicos deveriam atentar mais para as unidades sociais, tais como as famílias, e os estruturalistas deveriam enfatizar mais as redes sociais. Se os laços sociais fossem sistematicamente padronizados em redes e coletivos, seria possível um vínculo que relacionasse as abordagens. Isto porque as principais partes envolvidas na tomada de decisão de migrar seriam os indivíduos, coletivos e redes sociais de potenciais migrantes – famílias, domicílios, amigos, círculos de parentes, vizinhos, grupos étnicos, grupos religiosos, classes profissionais. Há um esforço para unir aportes que tratem os deslocamentos não apenas como sendo problemas de desorganização social, mas também como estratégias para aumentar a renda do domicílio ou da comunidade. Sob esse ponto de vista, as redes sociais ganham relevância, pois atuariam tanto em um aspecto quanto em outro.

A proposta de os estruturalistas incorporarem as redes sociais em suas análises, aparentemente solucionaria o problema da deficiência na apreensão do fenômeno migratório. Contudo, a resposta sobre qual teria sido o fato gerador do movimento parece ainda não ficar claramente respondida pelo aporte das redes.

Tanto nos movimentos internos quanto nos internacionais, o papel das redes sociais no suporte e direcionamento dos fluxos migratórios é determinante. Mas se enfocamos o fenômeno do ponto de vista de processos, retratados aqui, desde a fase da acumulação primitiva, o argumento das redes como fato gerador dos deslocamentos não se sustentaria. A intermediação das redes sociais está clara em muitos dos processos de migração, mas colocá-las como determinantes carece de sustentação teórica e empírica. Massey (1993 apud SOARES, 2003, p. 240) assinala que “[...] as transformações estruturais nas sociedades de origem e destino respondem pelo início dos fluxos migratórios internacionais, as redes sociais conferem a tais fluxos estabilidade [...]”.

Bilsborrow (1998) aponta como problema a falta de uniformização dos conceitos nos estudos migratórios, o que dificultaria a comparabilidade entre os mais diversos países, sobretudo naqueles em desenvolvimento. Neste conjunto, estariam os conceitos sobre circularidade e pendularidade, formas de deslocamento que vêm ganhando expressão ultimamente. Este autor entende circularidade como o movimento no qual a pessoa, sem ter mudado de residência, em um período de 30 dias, passe

fora de casa a trabalho ou outras atividades. Já o conceito de pendularidade estaria restrito aos movimentos diários para trabalho e estudo.

De acordo com o ponto de vista de Bilsborrow (1998), os movimentos circulares se dariam a partir de uma residência-base, o que nem sempre é verdade, salvo que se estabeleça que a permanência por um mínimo de intervalo de tempo em um determinado lugar caracterize este espaço como base para o novo deslocamento. Por outro lado, também é limitar muito a pendularidade a movimentos diários, que acabariam sendo restritos ao trabalho e estudo. É sabido que, em períodos um pouco maiores, são observados deslocamentos pendulares para acesso aos serviços de lazer, saúde e comércio, entre outros.

Segundo o autor, a melhor maneira de se captar o fenômeno migratório seria por meio de pesquisas amostrais específicas, dadas as restrições inerentes aos levantamentos censitários. Para se estudar os determinantes da migração, uma informação necessária seria relativa ao tempo no qual a decisão de migrar foi tomada. Ainda segundo Bilsborrow (1998), esse tempo se daria num período curto, próximo à implementação do movimento, e a comparação entre migrantes e não migrantes, num mesmo local de origem, seria crucial para estabelecer o quê determina a migração. Aqui cabe destacar que essa opção faz parecer que são duas categorias dicotômicas, quando em realidade não são.

Embora a informação sobre a situação do indivíduo no lugar de origem no momento que antecedeu o deslocamento seja importante, sobretudo, quando o foco está direcionado à comparação entre o migrante e o não migrante nesse espaço, a opção analítica do pesquisador fica revelada, ou seja, a migração é entendida como um aspecto individual. Essa informação poderia ser mais bem aproveitada se comparada com as diferentes inserções dos distintos espaços na economia e da inserção social dos indivíduos na origem e no destino.

Bilsborrow (1998) destaca o papel das redes sociais na promoção da migração, apresenta algumas restrições às abordagens neoclássicas, mas acaba por se render ao "consenso" de que a decisão de migrar ocorre no âmbito do domicílio.

Ramella (1995) aponta que a metáfora de rede social tem sido bastante empregada nos estudos migratórios, provavelmente para se contrapor ao enfoque estruturalista, tendo em vista que este tipo de abordagem prioriza os fatores de expulsão em detrimento das eleições feitas pelos migrantes no ato de migrar. A revisão dessa perspectiva tornaria o migrante um ator racional, perseguidor de objetivos e mobilizando recursos para alcançar suas metas. Esses recursos poderiam ser vistos como relacionais, com base em relações pessoais, que possibilitariam obter informações, direcionar o destino do fluxo, conseguir inserção no mercado de trabalho, etc.

Da forma como é apresentada por Ramella (1995), a utilização do conceito de redes sociais vai ao encontro do movimento de superação das lacunas da teoria neoclássica, uma vez que o núcleo central desse tipo de abordagem permanece intacto, ou seja, o aspecto da racionalidade. Racionalidade que agora estaria se manifestando não mais na solidão da decisão individual ou no seio da família, mas sim na busca de relações pessoais que possibilitassem a maximização do sucesso no ato de migrar.

O papel das redes sociais em relação às migrações teria mudado a partir do momento que se rompeu com o paradigma dos grandes movimentos populacionais em direção ao Novo Mundo, fruto da conjuntura econômica catastrófica. Os indivíduos envolvidos naqueles deslocamentos acabariam perdendo sua identidade social ou de

grupo. Com a derrubada desse paradigma, as migrações passariam a ser uma eleição dentro da estratégia de ascensão social. Assim sendo, os migrantes passariam a ser vistos com outros olhos pelos pesquisadores, dado que vínculos sociais passariam a assumir novos valores. Haveria uma mudança do enfoque que observava o sujeito sob a base socioeconômica ou da renda, para a ótica das relações pessoais, que vão delinear as redes sociais nas quais irão se inserir. No primeiro tipo, o migrante atua em função da maximização das suas vantagens, numa forma de racionalidade absoluta. No segundo, ele vai se mover em relação aos indivíduos com os quais está se relacionando, sendo sua racionalidade relativa (RAMELLA, 1995).

Interessante como a crise econômica, associada ao “problema demográfico”³, foi vista como catástrofe. Passada essa fase mais aguda, por assim dizer, as migrações parece que se desenvolvem num ambiente de pleno equilíbrio econômico, onde as desigualdades e assimetrias ou não existem ou são mínimas. Então, os indivíduos se colocam a buscar estratégia para a ascensão social, de forma racional, é claro, mas agora por meio da “racionalidade relacional”.

Ramella (1995) ratifica que na noção de redes sociais estaria o condicionante da migração, sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino, mas lamenta que os estudos sobre as redes ainda continuem reféns do modelo que valoriza os fatores de expulsão e atração. Ou seja, estão na contramão do que propõem Massey e outros (1993) e Faist e outros (1997), que é justamente buscar a síntese desses aportes teóricos.

Vainer (1998), ao confrontar as abordagens neoclássica e estruturalista, assinala que, para o pensamento neoclássico, a mesma lógica locacional da empresa seria utilizada pelos migrantes: tanto detentores de capital quanto os detentores de capital humano/força de trabalho, elegeriam o espaço onde maximizariam seus ganhos. O espaço seria o território de liberdade e a migração seria o movimento onde essa liberdade é exercitada.

A abordagem neoclássica privilegiaria o exame das motivações que fazem os indivíduos migrarem, já no aporte estruturalista o que é enfatizado são os fatores explicativos e as determinações estruturais.

Neste caso, as motivações, quando levadas em conta, são tomadas como meras atualizações subjetivadas das determinações estruturais. Os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário e *script* está inscrito na estrutura, em primeiro lugar, no mercado – particularmente no mercado de trabalho (VAINER, 1998, p. 826).

Continua o autor

Neoclássicos e estruturalistas mostram-se incapazes de identificar o lugar e o papel da coerção na produção e reprodução dos deslocamentos e localizações do trabalho no movimento normal do desenvolvimento capitalista. Em consequência, suas análises acabam por omitir dimensão essencial da dinâmica que subjaz a fluxos e localizações de populações (VAINER, 1998, p. 828).

³ O “problema demográfico” derivou do excedente populacional observado na Europa naquele momento que impulsionou fortemente os deslocamentos ultramarinos, o qual não foi levado em consideração na análise do autor.

Uma outra crítica ao individualismo metodológico surge em Sayad (2000), quando ele aponta que o pensamento dominante está

[...] pronto a se satisfazer da observação empírica e do que esta lhe traz, mas do que da revelação de verdades escondidas – é levado a privilegiar o ponto de vista individualista: são indivíduos isoladamente que tomam, com toda a liberdade e segundo o que acreditam ser seu interesse, a decisão de partir; são eles que decidem, por si mesmos e por sua própria conta por quanto tempo vão ficar e, ao final deste período, decidem se lhes convém retornar [...] Este ponto de vista, que se pode taxar de ingênuo, quando só a expressão do senso comum, revela, quando incorporado por certos homens de ciência, o princípio mais geral que está na gênese do que eles chamam individualismo metodológico, um pré-conceito de método consistindo a calar ou minimizar a parte que as estruturas objetivas, isto é, as relações de força presentes, assumem em todas as relações sociais (SAYAD, 2000, p. 26).

As migrações da Europa para os Estados Unidos também se revestiam de características demográfica, social e econômica, da mesma forma que as imigrações intraeuropeias: em grande medida, eram majoritariamente migrações de homens jovens que foram vender sua força de trabalho, sobretudo, nas indústrias, exploração de minas e transportes (SAYAD, 2000, p. 23). Esses deslocamentos estavam inseridos num escopo de processo social que levou aqueles homens e mulheres a empreenderem os movimentos ultramarinos, dimensão que está além de decisões racionais movidas pela percepção de que se era possível maximizar as condições de vida num outro continente.

Retornando à manifestação da liberdade no ato de empreender o movimento migratório, do ponto de vista marxista, a dupla dimensão da liberdade sob o domínio do capital se manifesta da seguinte forma: a primeira, tida como “positiva”, é a da livre circulação da força de trabalho; a outra, a liberdade “negativa”, se dá em função de estar despossuído dos meios de reprodução, logo livre para circular em busca de compradores de sua força de trabalho, única mercadoria de que dispõem. Para tanto, longe de ser natural, essa mobilidade seria resultado de um longo e conturbado processo histórico (VAINER, 1998).

Para Sayad (2000), pensar o processo migratório é pensar o Estado, no caso das migrações internas, sobretudo quando este cobre extensões territoriais continentais. Tratar tecnicamente a discussão sobre o fenômeno migratório seria como tornar técnico um processo social.

Sabe-se qual é o papel da “tecnicização” nesse assunto: “tecnicizar” um problema social, como se faz da imigração tornando-a um problema exclusivamente econômico, é despolarizá-lo, ou melhor, a-politizá-lo; é nisso que também consiste a naturalização dos objetos sociais (SAYAD, 2000, p. 22).

As diversas abordagens aqui tratadas sinalizam as transformações no ato de migrar, a dificuldade de apreensão do fenômeno e a conseqüente construção de teorias para sua compreensão. Percebe-se, também, uma tentativa de revisão no modelo neoclássico tradicional, ao se romper com a formulação que trata a decisão de migrar como sendo tomada individualmente, ampliando para um

escopo mais amplo que incorpora a família, comunidade, etc. Além disso, o papel das redes sociais ganham uma relevância fundamental. Nota-se, também, reivindicações no sentido de que sejam produzidas pesquisas amostrais, para que a partir das evidências empíricas possam ser construídas e/ou sustentadas as formulações teóricas.

A contribuição aqui é investir nas formulações que apontam a mudança no padrão de acumulação do capital, partir do enfraquecimento do modelo fordista, como elemento que ditaria as transformações observadas no período analisado.

Os movimentos de população no pós-fordismo

Para tratar dos movimentos de população no pós-fordismo, faz-se necessário contextualizar previamente que passagem é essa, de um estágio do processo de acumulação do capital a outro, de modo a deixar transparecer elementos teóricos que sustentam essa hipótese.

Na ótica de Harvey (1992), teria ocorrido uma mudança abissal nas práticas políticas, econômicas, sociais, culturais, etc., que poderiam tratar da transição da modernidade à pós-modernidade, onde se estaria verificando a emergência de modos flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Assim, essas mudanças mais seriam transformações de aparência superficial do que sinais de surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova.

O que havia de especial no fordismo era a visão de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho. Os movimentos populacionais, associados a essa etapa de desenvolvimento do capital, aparecem pela necessidade de produção e consumo em massa, bem como da rotatividade da força de trabalho, aspectos intrínsecos ao regime fordista, que geravam a migração e mobilizavam um exército industrial de reserva.

Todavia, esse modelo de acumulação começou a dar sinais de enfraquecimento nos anos de 1960: a queda de produtividade e de lucratividade deu origem a um problema fiscal nos Estados Unidos, sanado com aceleração da inflação, solapando o papel do dólar no cenário internacional. Nessa mesma época, os países em desenvolvimento iniciam um movimento de ingresso tardio ao fordismo através de políticas de substituição de importações, ao mesmo tempo em que as multinacionais se dirigem para o estrangeiro, gerando uma onda de industrialização fordista em ambientes inteiramente novos. “O período de 1965/1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1992, p. 135).

A forte crise econômica associada à capacidade ociosa das corporações obrigou o ingresso num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, dando origem a inovações tecnológicas, automação, novas linhas de produto, dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil e fusões. Dessa forma, medidas para acelerar o giro de capital passaram ao primeiro plano, de modo a garantir a sobrevivência num quadro de profunda deflação.

O modelo de produção fordista seria substituído então por um padrão de acumulação flexível, que é marcado:

[...] por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores quanto em regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”; bem como, conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] os horizontes da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 1992, p. 140).

O mercado de trabalho passou por radical reestruturação. Em face da sua volatilidade, ao aumento da competitividade e do estreitamento das margens de lucros, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis. Em resumo, reduzindo o emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, ou seja, trabalhos precários.

As economias de escala, buscadas na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura e uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. As economias de escopo passaram a predominar em detrimento das economias de escala. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais.

Toda essa transformação, que mantém a essência do domínio do capital, tem impacto sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização. Esses fatores em conjunto gerariam estratégias diferentes quando os indivíduos buscam garantir a sua reprodução, incluindo, nesse escopo, as estratégias de mobilidade espacial.

Autores como Lipietz e Leborgne (1988) chamaram atenção para a supervalorização do papel das novas tecnologias na geografia humana e na econômica. No caso das migrações internas no Brasil, deve-se ter alguma cautela ao associar a reestruturação produtiva como principal fator determinante das transformações observadas nos deslocamentos populacionais. Para os autores, não é a tecnologia nem as relações profissionais que modelariam diretamente o espaço, mas sim o modelo de desenvolvimento vigente. Sendo assim, não seria possível, com base nesse entendimento, deduzir o modelo de desenvolvimento das novas tecnologias.

Ainda relativizando o papel das novas tecnologias, os autores consideram que todo modelo de desenvolvimento, mesmo aqueles em crise, como o fordismo, deve se apresentar como a conjunção de três aspectos compatíveis: i) uma forma de organização do trabalho – paradigma industrial; ii) uma estrutura macroeconômica – padrão de acumulação; e iii) um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais – modo de regulação. Esses três aspectos deveriam estar associados a uma configuração

internacional plausível. As novas tecnologias teriam um papel a desempenhar, mas não seriam o elemento determinante do novo modelo de desenvolvimento.

A era fordista se caracterizava por possuir convenções coletivas, de caráter compulsório, que tornavam o contrato salarial relativamente mais rígido, colocando limites à liberdade de demitir trabalhadores, relação completamente distinta daquela observada nos dias de hoje, onde a desregulamentação dos contratos busca justamente a flexibilização.

Enfim, as transformações no paradigma industrial não seriam suficientes para determinar quais seriam os próximos modelos de acumulação e regulação. A flexibilização no contrato de trabalho, onde o empregador pode contratar e demitir, a seu critério, seria um ataque definitivo ao “excesso de rigidez” do contrato de trabalho fordista, abrindo, deste modo, o caminho para um novo padrão de acumulação (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

Essa maneira de abordar o processo de transição de um modelo a outro aciona, em realidade, a dimensão do poder. Um poder hegemônico nas relações sociais exercido pela classe dominante, tendo o Estado como ente regulador dessas relações, que são essencialmente capitalistas. Em outras palavras, a regulação se dá em função da necessidade de garantir a acumulação do capital em condições mais favoráveis. Naquela quadra da história, em particular, viabilizando a superação da crise na qual se encontrava o modo de produção.

Segundo Benko (1996), a passagem do trabalho com certas “garantias” e *status* para algo mais transitório e menos cidadão, sem dúvida haveria de impactar as estratégias de venda de força de trabalho, em particular, as associadas à mobilidade espacial, sobretudo ao se observar a flexibilidade da mão de obra, por meio de reciclagem de pessoal, redefinição de tarefas e pelo o redobramento dos trabalhadores. A outra forma de flexibilidade estaria associada à mobilidade do emprego ou ao custo da mão de obra. A mobilidade dos trabalhadores seria empregada na mudança entre empresas, profissões e regiões.

A abordagem de Benko (1996) parece bem instigante. A apresentação da relação capital-trabalho, em suas novas formas de dominação, a convivência de modelos de acumulação distintos, a inserção das atividades produtivas no espaço, e o papel daquilo que tratou como globalização/mundialização, passa a dimensão de como esses processos poderiam estar afetando a mobilidade espacial da força de trabalho.

Ainda na linha da relação capital-trabalho no novo padrão de acumulação, o surgimento dos métodos de produção enxuta seguiria de mãos dadas com as práticas empresariais reinantes de subcontratação, terceirização, estabelecimento de negócios no exterior, consultoria, redução do quadro funcional e produção sob encomenda. A mobilidade da força de trabalho diria respeito tanto a trabalhadores não qualificados quanto a qualificados. Esse processo de transição histórica para uma sociedade informacional e uma economia global seria caracterizado pela deterioração generalizada das condições de trabalho e de vida para os trabalhadores. A nova vulnerabilidade da mão de obra sob condições de flexibilidade imoderada não afetaria apenas a força de trabalho não qualificada, mas também as qualificadas, devido ao encurtamento do período de vida profissional (CASTELLS, 1999).

Pode-se levar em consideração a bipolaridade da força de trabalho na atual etapa do desenvolvimento econômico, que demanda trabalhadores altamente especializados e semi-qualificados e a estratégia do capital, global e regional, de buscar espaços onde a mão de obra fosse mais barata e não houvesse restrições ambientais. Neste

caso, poder-se-ia inferir que, se adicionarmos a inserção ocupacional da mão de obra e a articulação entre espaços às dimensões do poder, inovação tecnológica, território e relações de trabalho, esse conjunto de fatores estaria diretamente associado às formas como se comportam as migrações na contemporaneidade, sejam as de caráter interno ou internacional.

No estágio atual de desenvolvimento capitalista, seu processo de acumulação estaria degradando o trabalhador como ser político, como sujeito da história, porque perde o poder de reivindicação. A grande perda da classe trabalhadora no mundo inteiro é a perda ou atenuação de direitos conquistados em mais de 100 anos de luta social. Em pleno início do Século XX, compram-se e vendem-se trabalhadores. Quando se trata da mobilidade, subjacente à palavra migração, existiria uma preocupação maior com o problema social associado a ela. Nem todos os migrantes seriam “um problema social”, mas nas migrações estaria envolvido, sem dúvida, um problema social, que reside na dificuldade de inclusão do migrante, na forma patológica de sua inclusão (MARTINS, 2003).

Ou seja, no atual modelo estariam recrudescidas as relações de poder/dominação, além do agravamento do problema social associado à exclusão. Estaria sendo gerado um novo tipo de desigualdade: entre os plenamente incluídos e aqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas. A sociedade capitalista atual estaria recriando uma estrutura social baseada em princípios estamentais (MARTINS, 2003). Mesmo de forma subalterna, alguns conseguem se inserir como produtores/consumidores de mercadorias e de serviços, ao passo que a outros nem isso é permitido, aspectos que estariam correlacionados aos processos de mobilidade e imobilidade da população.

Até bem pouco tempo, o modelo socioeconômico dominante levava a movimentos espaciais fundados na ideia de fixação de residência, ou seja, os deslocamentos eram considerados como definitivos nos locais de destino (DOMENACH; PICOUET, 1990). O modelo regulatório das relações de trabalho estava baseado em níveis de estabilidade maior. Não se pode perder de vista o ideal fordista de “se fazer carreira dentro da empresa”, de o empregado poder consumir a mercadoria que produzia na fábrica e ainda, num tempo mais remoto, as vilas operárias. Ao se alterar a forma de regulação, quebra-se o sentido de permanência e a parcela importante dos deslocamentos populacionais que passam a assumir outras características.

Essa “nova etapa” do desenvolvimento humano também é percebida na figura de uma metáfora que contrapõe as formas sólidas às líquidas. Esse olhar enxerga as formas sólidas associadas ao paradigma anterior, à modernidade e, analogamente, à rigidez do fordismo. Em contrapartida, as formas líquidas estariam vinculadas ao paradigma emergente, à pós-modernidade e à flexibilidade do trabalho. O fluxo seria produto da pressão deformante, que por ser contínua e irreversível muda de uma posição a outra, ao passo que os sólidos não sofrem o fluxo e podem voltar à forma original. Essa seria a metáfora do estágio presente da modernidade. Os líquidos, ao contrário dos sólidos, por não manterem sua forma com facilidade não fixariam o espaço e nem prenderiam o tempo. Os sólidos, por sua forma mais rígida, teriam dimensões espaciais mais claras, mas, ao neutralizarem o impacto, diminuiriam o significado do tempo. Já para os líquidos, por não se aterem à forma, o tempo contaria mais do que o espaço. “O espaço seria ocupado só por um momento” (BAUMAN, 2001, p. 8).

Por fim, Harvey (1992) aponta como pistas para melhor compreensão do fenômeno: a inserção ocupacional dos migrantes *vis-à-vis* a distribuição espacial das atividades econômicas seriam elementos de fundamental importância.

Cabe ressaltar que, nesse processo de transição, as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda a parte, o que também não ocorreu preteritamente com a passagem da manufatura para o modelo fordista.

Comentários finais

A mudança de comportamento da migração engendrou uma profusão de abordagens teóricas, sinalizando o quanto está fragmentada a busca pela apreensão da forma como se manifesta a mobilidade espacial da população, reflexo do novo momento histórico tratado como pós-modernidade.

Numa tentativa de apresentar uma síntese desses aportes, pode-se depreender: o reconhecimento da incapacidade de se apreender o fenômeno a partir dos antigos pressupostos das teorias neoclássica e estruturalista, percebendo-se inclusive proposições que apontam no sentido de combinar aspectos de cada uma delas; a relevância que as redes sociais assumem na compreensão desses processos; e a necessidade de produzir pesquisas amostrais que proporcionem evidências empíricas que venham a contribuir inclusive para a construção de teorias.

Tomando-se por base algumas das abordagens que tratam das migrações no pós-fordismo, discutidas anteriormente, é possível entender que, não obstante as transformações ocorridas nas várias dimensões de nossas sociedades (cultural, social, econômica, política, etc.), majoritariamente, os deslocamentos de população correspondem à mobilidade da força de trabalho, na sua capacidade de se colocar em busca de comprador, visando assegurar sua reprodução. Além de perceber que se tratam de relações sociais sob domínio do capital, sendo necessário, portanto, entender o padrão de acumulação vigente. Isto não significa negar: a dimensão da violência, que engendra os deslocamentos compulsórios (VAINER, 2001); o papel das redes sociais, que em algumas situações, sobretudo na escala das migrações internacionais, podem ser indutoras desses movimentos (MASSEY et al., 1993; FAIST et al., 1997; SOARES, 2003); e de outras motivações, como busca por melhor qualidade de vida, educação e saúde, que, do ponto de vista aqui adotado, levam, em menor escala, aos deslocamentos populacionais.

Por fim, a importância de produção de evidências empíricas para não só entender o comportamento dos novos movimentos de população, como também fornecer elementos para a produção de teorias, norteou, no âmbito do IBGE, toda uma proposta de construção de instrumentos de obtenção de dados, elaborada pelo Grupo Transversal de Estudos do Território e Mobilidade Espacial da População, conforme o artigo *Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil*, apresentado ao término desta publicação.

Referências

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. Prefácio.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996. cap. 5. (Geografia: teoria e realidade, 34).

BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: SYMPOSIUM ON INTERNAL MIGRATION AND URBANIZATION IN DEVELOPING COUNTRIES, 1., 1996, New York. *Migration, urbanization and development: new directions and issues*. New York: United Nations Population Fund - UNFPA; Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1998.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. In: _____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. cap. 4 e 6.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, n. 50, p. 55-74, agosto 1990.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, n. 49, p. 49-69, abr. 1990.

FAIST, T. et al. Sociological theories of international migration: the crucial meso-link. In: HAMMAR, T. et al. (Ed.). *International migration, immobility and development: multidisciplinary perspectives*. Oxford; New York: Berg, 1997. p. 164-199.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 89-114. (Estudos econômicos e sociais, 4).

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Tradução de Regina Sílvia Pacheco. *Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo: Cortez, n. 25, p. 12-29, 1988. Disponível em: <http://lipietz.net/ALPC/REG/REG_1987h-po.pdf>. Acesso em: maio 2011.

MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. cap. 3-4.

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, New York: Population Council, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sept. 1993.

OLIVEIRA, A. T. R. de. *A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil no pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. 2009.

Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2009.

RAMELLA, F. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos - Cempla: Instituto de Estudios Histórico Sociales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - IEHS, 1995. p. 9-21.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Revista Travessia*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios - CEM, ano 13, jan. 2000. Número especial.

SIMMONS, A. B. Explicando la migración: la teoría em la encrucijada. *Estudios Demográficos y Urbanos*, México: Colegio de México, v. 6, n. 1, p. 5-31, enero/abr.1991.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

SOARES, W. A emigração valadareense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. (Org.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 231-261.

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados ... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias In: SEMINÁRIO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS, 1., 2000, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, 2001. p. 177-184. Disponível em: <http://www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm>. Acesso em: maio 2011

_____. Deslocamentos compulsórios, restrições à livre circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1998, p. 819-835. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a153.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. *International Migration Review*, New York: Center for Migration Studies, v. 16, n. 2, p. 298-319, Summer 1982. Número especial.

Migrações internas

O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira*
Leila Regina Ervatti**
Maria Monica Vieira Caetano O'Neill***

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar os movimentos migratórios inter-regionais e interestaduais, através das informações do Censo Demográfico 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada em 2004 e 2009, tomando a informação sobre o lugar de residência do indivíduo há cinco anos da data de referência de cada pesquisa (data fixa). Dada a especificidade metodológica de cada tipo de levantamento, a análise pautou-se nos fluxos observados no quinquênio 1995/2000 (Censo Demográfico 2000), e posteriormente analisou-se a tendência observada nos dois quinquênios 1999/2004 e 2004/2009 (PNAD 2004/2009), sem a intenção de compará-los entre si, ou mesmo analisar volumes, mas tentar identificar em cada momento as correntes migratórias mais evidentes e sua tendência ao longo do tempo.

* Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

** Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

*** Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Além dessa dimensão e à luz dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, esse artigo traz também uma visão mais atual e geral dos principais eixos de crescimento, com base nos totais populacionais para os municípios investigados em 2010 e os totais observados em 2000, através do cálculo da taxa média geométrica anual de crescimento.

O artigo foi estruturado em três capítulos.

A parte 1 trata das informações provenientes do Censo Demográfico 2000, traçando um panorama geral dos fluxos observados no País no quinquênio 1995/2000, tanto no nível regional quanto no estadual, através da análise das trocas populacionais, do Índice de Eficácia Migratória e dos imigrantes de retorno.

Na parte 2, buscou-se analisar os dois períodos abarcados pelas PNADs, 2004 e 2009, privilegiando as tendências observadas na década, através das trocas inter-regionais, do Índice de Eficácia Migratória e dos imigrantes de retorno. Vale ressaltar a inclusão de dois gráficos comparativos entre o Censo 2000 e as PNADs referentes ao Índice de Eficácia Migratória e aos imigrantes de retorno, que permite uma avaliação da tendência, por Unidade da Federação, nos diferentes levantamentos.

Baseada nos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, a parte 3 traz uma análise das taxas de crescimento populacional dos municípios relativas ao período 2000-2010, buscando identificar os principais eixos de crescimento, através de cartogramas e comparando-as com as taxas líquidas migratórias municipais em 2000. Além disso, traz uma análise das taxas de crescimento por classes de tamanho populacional dos municípios.

Panorama da migração interna no Brasil no último quinquênio do Século XX

Deslocamentos inter-regionais

Os deslocamentos de população no Brasil tiveram um período intenso, que foi marcado pelos anos 1960-1980, quando grandes volumes de migrantes se deslocaram do campo para a cidade, delineando um processo de intensificação da urbanização e caracterizando áreas de expulsão ou emigração: Região Nordeste e os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e áreas de atração ou forte imigração populacional - núcleo industrial, formadas pelos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (ERVATTI, 2003).

Esses deslocamentos, típicos da primeira fase da transição demográfica (BRITO, 2009), quando as taxas de fecundidade eram altas e a mortalidade começava a declinar, gerando excedentes populacionais que favoreciam a migração do campo para a cidade, começaram a perder importância no Brasil a partir dos anos 1980.

Nos últimos anos da década de 1980 e nos anos 1990 observou-se uma diminuição no volume desses migrantes e a formação de novos fluxos migratórios, incluindo se, nesse contexto, as migrações a curta distância e aqueles direcionados às cidades médias.

O Censo Demográfico 1991, muito rico em informações a respeito das migrações internas, já havia apontado algumas transformações no comportamento dos fluxos que antes predominavam no Brasil, como o arrefecimento das migrações do Nordeste para o Sudeste e algumas reversões nos saldos migratórios das Unidades da Federação.

O Censo 2000 confirmou algumas tendências nos fluxos migratórios antes apontadas e mostrou novos espaços de redistribuição populacional. Mostrou que os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a Região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (760 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda. Nos últimos anos da década passada, o Nordeste continuou sendo uma região de expulsão populacional, visto que as trocas com as outras regiões brasileiras foram negativas, sendo que a Região Sul foi a que apresentou o menor saldo nas trocas com o Nordeste brasileiro (Tabela 1).

Além do Nordeste, a Região Sul também apresentou pequeno saldo negativo, tendo os maiores volumes de trocas com o Sudeste (Tabela 2).

A Região Sudeste foi a que apresentou o maior saldo líquido absoluto (Tabela 2), fruto da imigração nordestina, pois as trocas com as outras regiões não foram expressivas em termos quantitativos.

O Centro-Oeste se destacou por ter apresentado um saldo positivo na troca com todas as regiões, ou seja, ela pode estar se tornando um polo de atração de população das demais regiões brasileiras.

A Região Norte apresentou saldo positivo nas trocas com as outras regiões, sendo o maior volume de imigrantes nordestinos. A migração de retorno representava 19% do total de imigrantes no quinquênio.

Tabela 1 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 31.07.2000, segundo as Grandes Regiões de residência em 31.07.1995

Grandes Regiões de residência em 31.07.1995	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 31.07.2000				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	86 836	68 186	22 956	114 773
Nordeste	182 709	-	969 435	31 029	228 247
Sudeste	75 467	462 628	-	214 918	193 274
Sul	26 989	27 897	205 975	-	88 952
Centro-Oeste	70 271	70 012	161 276	61 716	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tabela 2 - Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as Grandes Regiões - 2000

Grandes Regiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	355 436	292 751	62 685
Nordeste	647 373	1 411 421	(-) 764 048
Sudeste	1 404 873	946 286	458 587
Sul	330 618	349 813	(-) 19 195
Centro-Oeste	625 246	363 275	261 971

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Exclusive os imigrantes vindos de países estrangeiros.

Deslocamentos interestaduais

As trocas interestaduais no quinquênio 1995/2000 envolveram 5 milhões de pessoas, sendo os estados do Nordeste aqueles que mais perderam população, com exceção do Rio Grande do Norte, onde houve um equilíbrio entre entradas e saídas de pessoas, prevalecendo um pequeno saldo positivo (Tabela 3).

As trocas entre as Unidades da Federação mostram que as principais correntes migratórias, observadas no passado, mantiveram-se, destacando-se a migração de retorno no contrafluxo, tendo as Unidades da Federação do Nordeste brasileiro apresentado os maiores percentuais de retornados dentre os imigrantes, como o Ceará e a Paraíba com quase a metade dos imigrantes nesses cinco anos sendo composta por retornados. Esses dois estados têm como principais Unidades da Federação de origem no quinquênio 1995/2000, São Paulo e Rio de Janeiro.

Com exceção do Rio Grande do Norte e de Sergipe, os demais estados da Região Nordeste apresentaram percentuais de retornados acima de 40% do total de imigrantes em seus estados. Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais também tiveram mais de 1/3 de retornados no total de imigrantes (Tabela 3).

Para analisar a capacidade de atração ou expulsão das Unidades da Federação, foi calculado o Índice de Eficácia Migratória, constante da Tabela 3, que é a relação entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes + emigrantes). Esse indicador permite a comparação entre os estados, independente do volume absoluto da imigração e da emigração.

Baeninger (2000) propôs a subdivisão do Índice de Eficácia Migratória em sete grupos a fim de classificar as Grandes Regiões e Unidades da Federação quanto à potencialidade de absorção migratória. No presente artigo, foi proposta uma nova classificação a partir da agregação anteriormente apresentada pela referida autora (Quadro 1).

Quadro 1 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória - IEM

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a 0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: Os Autores (2011).

Na Região Norte, o Estado do Pará, que apresenta os maiores volumes de imigrantes e emigrantes da região, mostrou ser um estado de baixa evasão populacional, cujos maiores volumes de emigrantes tiveram como destino os Estados do Amazonas, Amapá e Maranhão. Roraima, Amapá e Amazonas mostraram-se como áreas de atração populacional, segundo a classificação, sendo o primeiro considerado área de forte absorção; Amapá, média; e Amazonas, baixa absorção migratória. Os outros estados da região eram áreas de rotatividade migratória (Tabela 3).

Os estados da Região Nordeste caracterizaram-se como sendo de evasão populacional. Como já mencionado anteriormente, o saldo migratório da região como um todo é negativo. Os Estados do Maranhão, Alagoas e Bahia, de acordo com o Índice de Eficácia Migratória, foram caracterizados como espaços de média evasão populacional. Cabe ressaltar que o Pará foi o principal destino dos imigrantes maranhenses, seguido por São Paulo, Tocantins, Piauí, Goiás e Distrito Federal. Do mesmo modo, os alagoanos (49%) e baianos (56%) tiveram como principal destino o Estado de São Paulo.

Os Estados do Piauí, Pernambuco e Alagoas foram classificados como áreas de baixa evasão e as Unidades da Federação do Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe, como áreas de rotatividade migratória.

No Sudeste, foram observadas alterações importantes no comportamento da migração: Minas Gerais, que por décadas se configurou como espaço de evasão populacional, e o Rio de Janeiro, antiga área de absorção de população, foram classificados como sendo de rotatividade migratória. Por outro lado, São Paulo e Espírito Santo foram considerados como áreas de baixa absorção migratória. Para o Espírito Santo os estados que mais enviaram migrantes foram Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, respectivamente. Enquanto para o Estado de São Paulo os imigrantes vieram principalmente da Bahia, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco. Nesse período, São Paulo ainda atraiu população vinda do Nordeste, provavelmente influenciada pelas redes sociais, porém em volumes muito menores daqueles observados no passado.

O Sul brasileiro apresentou características diferenciadas entre seus estados, porém, demonstrou que o grande volume de deslocamentos se dá entre os estados que o formam. O Paraná, estado tradicionalmente expulsor de população, mostrou-se uma região de rotatividade migratória, tendo enviado muitos migrantes para São Paulo e Santa Catarina. O Rio Grande do Sul caracterizou-se como área de baixa evasão, sendo os estados de sua própria região como receptores de seus migrantes. Santa Catarina foi classificada como área de baixa absorção, tendo no Rio Grande do Sul e no Paraná os principais espaço de origem de seus imigrantes.

Os Estados de Mato Grosso e Goiás foram classificados como áreas de baixa e média absorção migratória, respectivamente. Cerca de 2/3 dos imigrantes de Mato Grosso tiveram origem em cinco estados: Paraná (17%), que possivelmente se deve à inércia de fluxos gerados à época da expansão da fronteira agrícola, Mato Grosso do Sul (13%), Rondônia (12%), São Paulo (12%) e Goiás (11%).

Goiás mostrou-se um importante receptor de migrantes vindos de estados mais distantes, como Tocantins, Maranhão, Pará, Piauí, além da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e o Distrito Federal.

O Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal foram enquadrados com o Índice de Eficácia Migratória referente a áreas de rotatividade migratória. A capital brasileira recebeu migrantes de vários estados brasileiros, sendo que as trocas entre o Distrito Federal e Goiás são desfavoráveis à Capital Federal, dada a expansão da capital para os municípios goianos localizados no entorno de Brasília. Vale destacar as trocas observadas entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, que contribuíram de forma decisiva para a condição desse estado em área de rotatividade migratória, já que 37% dos imigrantes observados no quinquênio 1995/2000 são oriundos de São Paulo e 32% dos emigrantes de Mato Grosso do Sul se dirigiram para São Paulo.

Analisando o Brasil como um todo, observou-se, nos cinco últimos anos do Século XX, que alguns espaços territoriais estão se redesenhando em termos migratórios, como Roraima, o único estado a apresentar um índice que o caracterizou

como área de forte absorção migratória. O cenário observado nas demais Unidades da Federação demonstram regiões de baixa a média evasão ou absorção migratória e muitas áreas de rotatividade migratória, onde foi observado equilíbrio entre as entradas e saídas de migrantes.

Tabela 3 - Imigrantes, emigrantes, saldo líquido migratório, Índice de Eficácia Migratória e imigrantes de retorno, segundo as Unidades da Federação - 2000

Unidades da Federação	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imigrantes de retorno	
					Total	Participação relativa no total de imigrantes (%)
Brasil	5 196 093	5 196 093	-	-	1 197 901	23,05
Rondônia	83 325	72 735	10 590	0,07	6 338	7,61
Acre	13 634	16 070	(-) 2 436	(-) 0,08	3 136	23,00
Amazonas	89 627	58 657	30 970	0,21	9 401	10,49
Roraima	47 752	14 379	33 373	0,54	1 130	2,37
Pará	182 043	234 239	(-) 52 195	(-) 0,13	29 025	15,94
Amapá	44 582	15 113	29 469	0,49	2 463	5,52
Tocantins	95 430	82 515	12 915	0,07	14 380	15,07
Maranhão	100 816	274 469	(-) 173 653	(-) 0,46	44 171	43,81
Piauí	88 740	140 815	(-) 52 075	(-) 0,23	41 397	46,65
Ceará	162 925	186 710	(-) 23 785	(-) 0,07	79 946	49,07
Rio Grande do Norte	77 916	71 287	6 630	0,04	28 189	36,18
Paraíba	102 005	163 485	(-) 61 480	(-) 0,23	50 902	49,90
Pernambuco	164 871	280 290	(-) 115 419	(-) 0,26	75 753	45,95
Alagoas	55 966	127 948	(-) 71 983	(-) 0,39	23 912	42,73
Sergipe	52 111	56 928	(-) 4 817	(-) 0,04	13 851	26,58
Bahia	250 571	518 036	(-) 267 465	(-) 0,35	110 356	44,04
Minas Gerais	447 782	408 658	39 124	0,05	166 526	37,19
Espírito Santo	129 169	95 168	34 001	0,15	22 395	17,34
Rio de Janeiro	319 749	274 213	45 536	0,08	53 807	16,83
São Paulo	1 223 811	883 885	339 926	0,16	131 851	10,77
Paraná	297 311	336 998	(-) 39 686	(-) 0,06	112 574	37,86
Santa Catarina	199 653	139 667	59 986	0,18	37 185	18,62
Rio Grande do Sul	113 395	152 890	(-) 39 495	(-) 0,15	44 482	39,23
Mato Grosso do Sul	97 709	108 738	(-) 11 029	(-) 0,05	18 044	18,47
Mato Grosso	166 299	123 724	42 575	0,15	11 089	6,67
Goiás	372 702	169 900	202 802	0,37	55 531	14,90
Distrito Federal	216 200	188 577	27 623	0,07	10 067	4,66

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Excluídos os imigrantes vindos de países estrangeiros.

Também é importante ressaltar que há uma modalidade de migração, que são os deslocamentos intrarregionais. Estes envolveram 1,8 milhão de pessoas no último quinquênio da década de 1990 (Tabela 4), mais da metade do volume de pessoas que se deslocaram entre as regiões. O Sudeste se destacou como a região com o maior volume de imigrantes intrarregionais, 700 mil pessoas, seguido pela Região Nordeste, com 400 mil pessoas se deslocando entre seus estados. Os deslocamentos entre estados da mesma região foi evidenciado por Baeninger (2008) como novos espaços da migração, muito mais relacionados com o âmbito de suas próprias regiões.

Tabela 4 - Imigrantes intrarregionais, segundo as Grandes Regiões - 2000

Grandes Regiões	Imigrantes intrarregionais
Total	1 832 547
Norte	200 957
Nordeste	408 547
Sudeste	715 638
Sul	279 741
Centro-Oeste	227 664

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nota: Exclusive os imigrantes vindos de países estrangeiros.

Comportamento da migração na década de 2000: aspectos gerais e regionais

Deslocamentos inter-regionais

Nessa parte, foram analisadas as informações da PNAD, realizada em 2004 e 2009, obtidas do quesito que investigou onde o indivíduo morava há exatamente cinco anos da data de referência da pesquisa (data fixa). Assim, nesse contexto, buscou-se analisar as tendências observadas nos dois quinquênios – 1999/2004 e 2004/2009 – em relação aos deslocamentos inter-regionais e interestaduais, não privilegiando os volumes propriamente ditos, mas a dinâmica da mudança da intensidade dos fluxos e sua direção.

A Tabela 5 mostra que o volume da migração inter-regional envolveu 2,8 milhões de pessoas no quinquênio 1999/2004 e 2 milhões de pessoas no quinquênio 2004/2009 (Tabela 6). Como vimos no tópico anterior, no quinquênio 1995/2000, esse volume envolveu cerca de 3,3 milhões de pessoas. Mais do que ressaltar o volume de migrantes envolvidos, a análise deve-se concentrar na tendência de redução dos deslocamentos inter-regionais, sem a preocupação de avaliar o quanto esses movimentos se reduziram. O desejável seria analisar os fatores que levaram à retenção das pessoas em seus lugares de origem e o que deixou de ser atrativo nos locais antes destino de milhares de pessoas. Sobre esse aspecto é importante ressaltar que as informações disponíveis não dão conta do fenômeno nesse nível.

O fato é que as principais correntes migratórias observadas no passado estão perdendo intensidade e observa-se também um movimento de retorno às regiões de origem. A matriz de trocas entre as regiões brasileiras (Tabelas 5 e 6) mostra que a mais expressiva continua sendo os deslocamentos entre as Regiões Nordeste e Sudeste, sendo que de 2004 para 2009 observou-se um indicativo de redução no volume de pessoas com origem na Região Sudeste em direção ao Nordeste, o que acabou por reduzir o saldo negativo observado através da PNAD 2004, no Sudeste (Tabela 7).

A redução nos deslocamentos entre regiões foi observado em praticamente todas as trocas entre as regiões, algumas mais intensas, como a migração Norte-Sul e a Nordeste-Norte, e ainda a Sudeste-Nordeste, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Se compararmos os saldos entre as duas pesquisas (Tabela 7), e retirando o efeito que pode ser atribuído a possíveis flutuações da amostra, podemos destacar a

perda da capacidade de atração populacional da Região Sudeste, a qual apresentou saldo negativo tanto em 2004 como 2009. Mesmo que não se admita vislumbrar o Sudeste como uma região perdedora de população, podemos ter a certeza de que a capacidade de atração dessa região reduziu-se bastante, enquanto o Nordeste continua perdendo população, porém em uma escala bem menor do que no passado.

Tabela 5 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 25.09.2004, segundo as Grandes Regiões de residência em 25.09.1999

Grandes Regiões de residência em 25.09.1999	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 25.09.2004				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	100 613	50 939	29 742	85 625
Nordeste	186 675	-	548 513	20 745	178 656
Sudeste	55 738	620 334	-	206 284	177 557
Sul	26 307	25 584	125 545	-	93 041
Centro-Oeste	61 940	101 471	119 608	48 292	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 6 - Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 26.09.2009, segundo as Grandes Regiões de residência em 26.09.2005

Grandes Regiões de residência em 26.09.2005	Imigrantes, por Grandes Regiões de residência em 26.09.2009				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Norte	-	112 329	37 342	3 966	66 156
Nordeste	80 379	-	443 962	35 379	169 882
Sudeste	47 835	319 448	-	162 997	138 521
Sul	13 277	20 500	76 733	-	43 584
Centro-Oeste	43 143	89 456	98 349	50 605	-

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Tabela 7 - Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório, segundo as Grandes Regiões - 2004/2009

Grandes Regiões	2004			2009		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	330 660	266 919	63 741	184 634	219 793	(-) 35 159
Nordeste	848 002	934 589	(-) 86 587	541 733	729 602	(-) 187 869
Sudeste	844 605	1 059 913	(-) 215 308	656 386	668 801	(-) 12 415
Sul	305 063	270 477	34 586	252 947	154 094	98 853
Centro-Oeste	534 879	331 311	203 568	418 143	281 553	136 590

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Nota: Exclusive os imigrantes vindos de países estrangeiros.

Deslocamentos interestaduais

Para analisar o comportamento da migração nos estados nos períodos 1999/2004 e 2004/2009, foi calculado o Índice de Eficácia Migratória, que foi comparado nos dois períodos (Tabela 8).

Esse indicador mostrou que a década de 2000 apontou mudanças no comportamento das trocas migratórias de alguns estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram saldos líquidos migratórios negativos, embora com tendência à redução ao longo da década.

O Índice de Eficácia Migratória das Unidades da Federação revelou que metade delas são áreas que indicam rotatividade migratória. Mesmo aquelas que no passado eram consideradas áreas expulsoras ou potencialmente atrativas se tornaram áreas onde as trocas entre imigrantes e emigrantes foram equilibradas.

Dos estados da Região Norte, Amazonas, Roraima e Pará mudaram sua classificação quanto à capacidade de absorção migratória. O Amazonas passou de área de rotatividade para baixa absorção migratória no quinquênio 2004/2009, período em que mais de 40% dos seus imigrantes eram oriundos do Pará. Esse estado deixou de ser área de baixa atração para baixa evasão populacional, tendo o Maranhão como seu principal destino. O Estado de Roraima, que em 2000, era o único que apresentava um indicador de forte absorção migratória passou a média absorção em 2004 e rotatividade migratória em 2009. O que sinaliza uma tendência de redução no volume de pessoas e, possivelmente, dos fluxos migratórios que se destinam a essa Unidade da Federação.

Na década de 2000, de acordo com os dados da PNAD, os Estados do Piauí, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba experimentaram um arrefecimento em sua capacidade de absorver população. Áreas antes consideradas de rotatividade migratória, como os Estados do Piauí e Alagoas se tornaram áreas de baixa e média evasão migratória, respectivamente; e os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba reduziram sua capacidade de absorver população.

Bahia e Maranhão continuaram como regiões expulsoras de população, embora com índice classificado como de baixa evasão migratória, enquanto os Estados do Sergipe, Pernambuco e Ceará foram classificados como áreas de rotatividade migratória.

Os estados da Região Sudeste caracterizam-se por serem regiões de rotatividade migratória, sendo que o Espírito Santo passou a atrair população, classificando-se como uma área de média absorção migratória e o Rio de Janeiro, antes de baixa evasão, tornou-se área de rotatividade migratória, embora tendo apresentado saldo negativo.

Na Região Sul, o Paraná passou de um pequeno saldo negativo para positivo, porém não alterando sua classificação quanto à capacidade de absorção migratória, que continuou como área de rotatividade, sendo São Paulo e Santa Catarina as maiores contribuições de imigrantes para o Paraná. Santa Catarina continuou com uma região de baixa absorção, com mais de 80% dos imigrantes oriundos de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Já essa Unidade da Federação passou de baixa evasão para rotatividade migratória, tendo com Santa Catarina as trocas mais significativas.

No Centro-Oeste, o que chamou mais atenção foi a mudança do Distrito Federal de área de baixa evasão populacional em 2004, época em que a população se expandiu ocupando os municípios goianos localizados no entorno da capital, para área de

rotatividade migratória em 2009, com a redução desses deslocamentos; o Estado de Goiás caracterizou-se por receber grandes quantidades de migrantes de vários estados, além do Distrito Federal, pode-se citar Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Tocantins e Maranhão, sendo classificado como área de média absorção migratória. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso foram áreas consideradas de rotatividade migratória, tendo sido Mato Grosso no quinquênio 1999/2004 considerado de média absorção migratória.

Como observação de caráter geral, destaca-se uma tendência de diminuição do volume dos fluxos migratórios em todas as Unidades da Federação.

Tabela 8 - Imigrantes, emigrantes, saldo líquido migratório e Índice de Eficácia Migratória, segundo as Unidades da Federação - 2004/2009

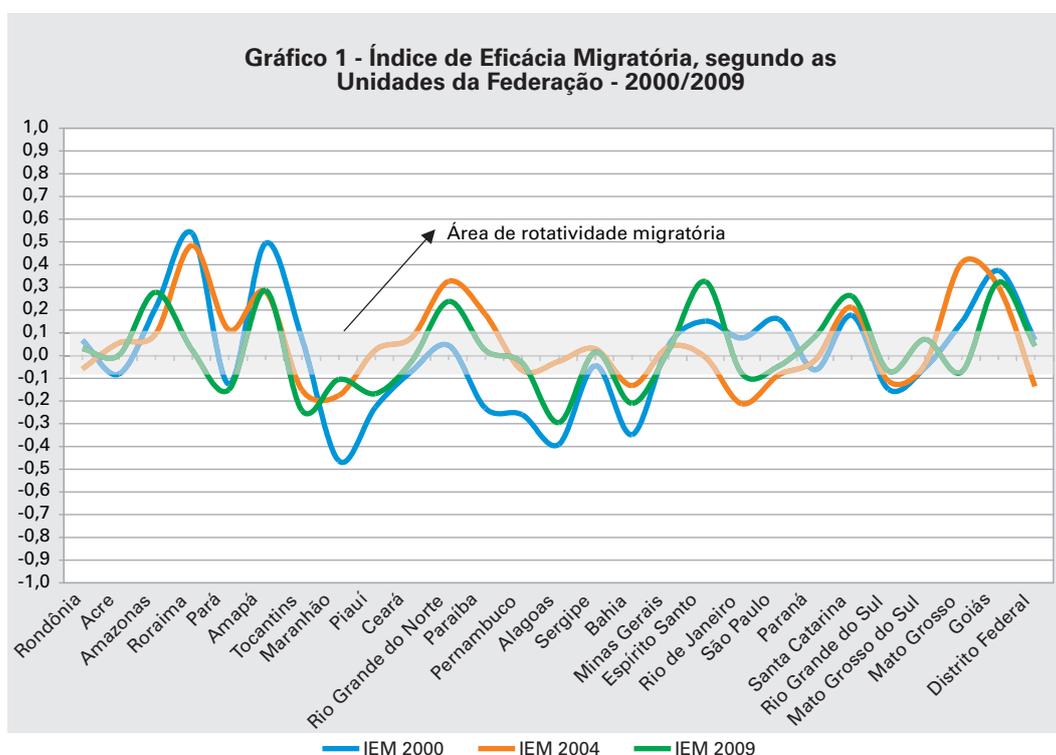
Unidades da Federação	2004				2009			
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Índice de Eficácia Migratória	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Índice de Eficácia Migratória
Rondônia	49 046	55 239	(-) 6 193	(-) 0,06	34 249	32 206	2 043	0,03
Acre	14 777	13 212	1 565	0,06	13 059	13 026	33	0,00
Amazonas	64 001	52 928	11 073	0,09	63 102	35 594	27 508	0,28
Roraima	38 384	13 325	25 059	0,48	15 351	14 675	676	0,02
Pará	235 111	187 426	47 685	0,11	118 292	160 200	(-) 41 908	(-) 0,15
Amapá	32 525	18 281	14 244	0,28	19 987	11 073	8 914	0,29
Tocantins	82 312	112 004	(-) 29 692	(-) 0,15	50 491	82 916	(-) 32 425	(-) 0,24
Maranhão	180 924	258 016	(-) 77 092	(-) 0,18	125 387	154 859	(-) 29 472	(-) 0,11
Piauí	119 646	113 952	5 694	0,02	74 798	104 822	(-) 30 024	(-) 0,17
Ceará	141 680	120 574	21 106	0,08	93 740	98 073	(-) 4 333	(-) 0,02
Rio Grande do Norte	73 494	37 284	36 210	0,33	60 182	37 047	23 135	0,24
Paraíba	138 328	95 857	42 471	0,18	74 291	70 917	3 374	0,02
Pernambuco	179 932	204 868	(-) 24 936	(-) 0,06	100 769	107 334	(-) 6 565	(-) 0,03
Alagoas	81 318	85 668	(-) 4 350	(-) 0,03	43 936	80 757	(-) 36 821	(-) 0,30
Sergipe	45 843	43 258	2 585	0,03	37 736	36 573	1 163	0,02
Bahia	290 343	378 618	(-) 88 275	(-) 0,13	203 885	312 211	(-) 108 326	(-) 0,21
Minas Gerais	429 438	398 460	30 978	0,04	288 373	276 196	12 177	0,02
Espírito Santo	107 132	108 669	(-) 1 537	(-) 0,01	107 421	54 674	52 747	0,33
Rio de Janeiro	166 036	255 653	(-) 89 617	(-) 0,21	141 459	165 522	(-) 24 063	(-) 0,08
São Paulo	823 557	978 689	(-) 155 132	(-) 0,09	535 376	588 652	(-) 53 276	(-) 0,05
Paraná	260 478	271 182	(-) 10 704	(-) 0,02	203 613	171 868	31 745	0,08
Santa Catarina	214 287	139 268	75 019	0,21	194 033	113 545	80 488	0,26
Rio Grande do Sul	116 643	146 372	(-) 29 729	(-) 0,11	90 636	104 016	(-) 13 380	(-) 0,07
Mato Grosso do Sul	90 071	97 271	(-) 7 200	(-) 0,04	57 900	50 205	7 695	0,07
Mato Grosso	192 691	81 011	111 680	0,41	78 627	90 654	(-) 12 027	(-) 0,07
Goiás	315 571	168 574	146 997	0,30	264 087	135 031	129 056	0,32
Distrito Federal	152 073	199 982	(-) 47 909	(-) 0,14	149 903	138 037	11 866	0,04

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Nota: Excluídos os imigrantes vindos de países estrangeiros.

O gráfico, a seguir, mostra uma comparação entre os Índices de Eficácia Migratória calculados para 2000 (Censo Demográfico), 2004 (PNAD) e 2009 (PNAD). Embora sejam pesquisas distintas, é importante destacar que, no geral, observa-se o mesmo padrão dos Índices de Eficácia Migratória para as Unidades da Federação, sendo o nível do indicador o que o diferencia entre as pesquisas.

Como foi citado anteriormente, o Índice de Eficácia Migratória permite a comparação entre distintas áreas, independente do volume de migrantes envolvidos nas trocas. Nessa análise, o que importa é o equilíbrio entre as entradas e saídas de pessoas. A tendência observada nos três períodos analisados é de um aumento do número de estados classificados como de rotatividade migratória: em 2000, 11 Unidades da Federação; em 2004, um total de 13; e, em 2009, 15 Unidades da Federação, como já apontado por Baeninger (2008).

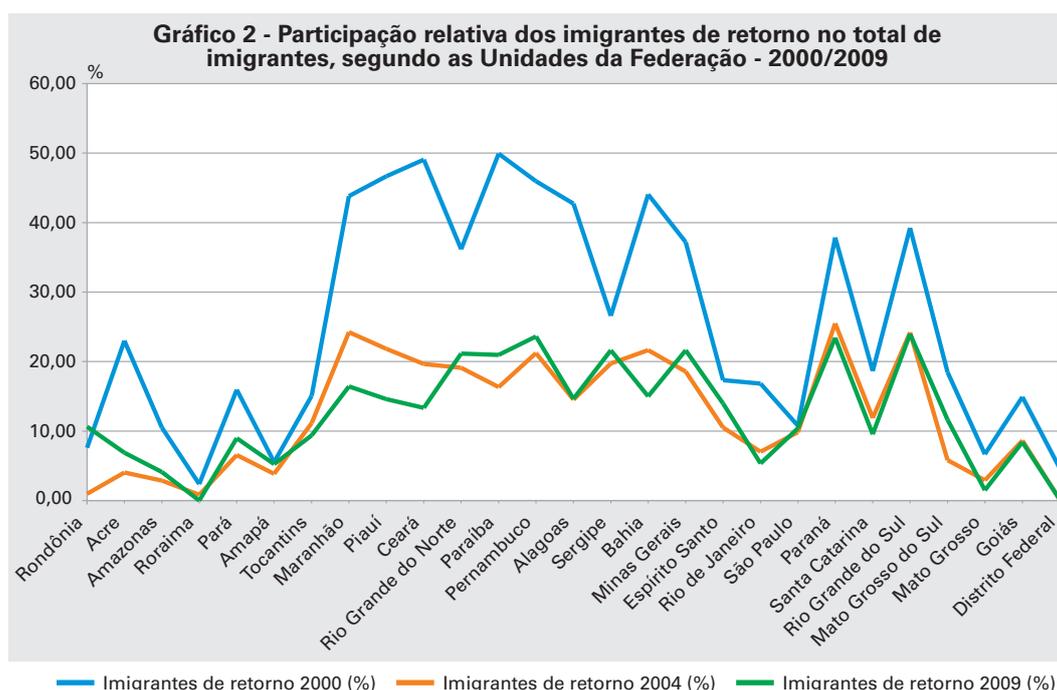


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

A exemplo do Gráfico 1, as tendências relativas à migração de retorno também podem ser confirmadas no Censo 2000 e na PNAD realizada em 2004 e 2009 (Gráfico 2 e Tabela 9).

Embora em níveis distintos nas pesquisas, os estados das Regiões Nordeste e Sul apresentaram as maiores participações relativas da migração de retorno no total da imigração para seus estados nos três momentos analisados, destacando-se, no quinquênio 1999/2004, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, além do Paraná e Rio Grande do Sul como os estados que superaram os 20% de retornados no total de imigrantes.

Em 2009, os estados em que a migração de retorno foi mais expressiva, superando os 20% do total de imigrantes, foram Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, além do Paraná e Rio Grande do Sul.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Tabela 9 - Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes, segundo as Unidades da Federação - 2004/2009

Unidades da Federação	Participação relativa dos imigrantes de retorno no total de imigrantes (%)	
	2004	2009
Rondônia	0,96	10,63
Acre	4,04	6,89
Amazonas	2,87	4,11
Roraima	0,84	0,00
Pará	6,56	8,97
Amapá	3,85	5,24
Tocantins	11,14	9,36
Maranhão	24,23	16,43
Piauí	21,83	14,60
Ceará	19,66	13,34
Rio Grande do Norte	19,11	21,14
Paraíba	16,34	20,95
Pernambuco	21,21	23,61
Alagoas	14,53	14,64
Sergipe	19,71	21,62
Bahia	21,65	15,01
Minas Gerais	18,55	21,62
Espírito Santo	10,52	13,97
Rio de Janeiro	7,04	5,34
São Paulo	9,82	10,40
Paraná	25,49	23,44
Santa Catarina	11,89	9,54
Rio Grande do Sul	24,18	23,98
Mato Grosso do Sul	5,83	11,64
Mato Grosso	2,91	1,51
Goiás	8,63	8,40
Distrito Federal	0,13	0,15

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2009.

Nota: Excluídos os imigrantes vindos de países estrangeiros.

O Censo Demográfico 2010 e os espaços de atração populacional

Os primeiros resultados divulgados do Censo Demográfico 2010 apresentam apenas os volumes populacionais desagregados por município. Com esses dados é possível se estabelecer, a partir do cálculo da taxa média geométrica entre os anos de 2000 e 2010¹, os eixos de crescimento populacional no País e, através de uma *proxy*, especular sobre áreas que ganham ou perdem população, de modo a inferir se houve alteração no comportamento dos deslocamentos de população na década passada.

As evidências empíricas sinalizam que são as cidades com menos de 500 mil habitantes as que mais crescem no País, o que demonstra a influência da migração, muito embora as grandes cidades continuem concentrando parcela expressiva da população (aproximadamente 30%). Esse fenômeno vem ocorrendo nas últimas três décadas, o que reforça o caráter de “desconcentração concentrada”² na distribuição populacional no Brasil. Os municípios com 500 mil habitantes ou mais aumentaram em quantidade quando comparados com o ano de 2000, passando de 31 para 38. Outro aspecto a ser destacado é que o ritmo de fragmentação do território, nos anos 2000, foi menos intenso que nas décadas passadas, tendo sido instalados 58 municípios, contra 501 nos anos 1980 e 1016 nos anos de 1990.

Esses indicadores nos mostram que, ao menos, em relação à distribuição espacial da população mantém -se o comportamento observado nos anos anteriores, não havendo reversão do fenômeno. Baeninger (2008) aponta que os novos espaços da migração estariam mais relacionados com o âmbito de suas próprias regiões, ratificando tendência observada no final do Século XX.

A Tabela 10 apresenta a evolução do crescimento dos municípios, segundo a classe de tamanho. Nela é possível verificar que 27% dos municípios brasileiros perdem população, parcela expressiva desses com até 10 mil habitantes, que, do ponto de vista do desenvolvimento, representam espaços estagnados. Entre esses, quase todos tiveram, no ano de 2008, Produto Interno Bruto - PIB *per capita* muito baixo. Além disso, no estrato de municípios com decréscimos populacionais, quatro cidades consideradas de porte médio podem ser destacadas: Foz de Iguaçu (PR), Ilhéus (BA), Lages (SC) e Uruguaiana (RS).

Com crescimento nulo ou baixo (até 1,5% ao ano), surgem cerca de 46% dos municípios. Esse desempenho pode ser atribuído aos níveis mais baixos da fecundidade e a pouca atratividade populacional exercida por esses espaços, aqui incluídas 23 cidades consideradas de grande porte. Nesse conjunto, prevalece a combinação de PIB baixo *vis-à-vis* áreas muito adensadas. Por exemplo, os núcleos das nove tradicionais Regiões Metropolitanas, no período, registraram taxas abaixo de 1,5% ao ano, sendo que Porto Alegre apresentou o menor crescimento, com taxa de 0,4%. Rio de Janeiro e São Paulo com variações próximas a 0,8%.

Brito (2009), ao tratar dos grandes centros urbanos, assinala que o crescimento dessas cidades se justificaria pela inércia das trajetórias migratórias, construídas a partir da segunda metade do Século XX, agora não mais como alternativa para a mobilidade social, mas como único caminho para a reprodução. Essa parece uma explicação bastante factível para o comportamento da evolução demográfica dessas áreas.

¹ Tendo em vista que os censos 2000 e 2010 diferem metodologicamente quanto ao tratamento dado aos domicílios fechados, o qual neste último foram imputadas pessoas nestes domicílios, a Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE está adotando procedimentos demográficos para tornar compatíveis os 2 censos. Desse modo, as taxas de crescimento calculadas neste artigo, a partir destes 2 levantamentos, podem apresentar divergências quando comparadas às taxas divulgadas em outras publicações do IBGE.

² Este termo foi utilizado por economistas ao tratarem do processo de localização das plantas industriais no País. Em termos demográficos, o que se verifica é uma fragmentação do território e forte concentração populacional nos grandes centros urbanos.

Na faixa de crescimento entre 1,5% e 3% ao ano, aparece algo próximo a 19% dos municípios, basicamente de tamanho médio e com PIB um pouco mais elevado, quando comparado ao estrato anterior. Nesse grupo, também se encontram 15 cidades de grande porte, sendo nove capitais e seis do interior.

Por fim, temos as cidades com altas taxas de crescimento, 8% do total. Nenhuma delas com mais de 500 mil habitantes. Aqui a explicação sobre o crescimento não fica claramente justificada pelo tamanho do PIB *per capita*, dado que para parte importante não apresentou um PIB elevado, muito embora os municípios com os melhores indicadores encontrem-se neste estrato.

Tabela 10 - Taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - período 2000/2010

Classes de tamanho da população dos municípios	Taxa média geométrica de crescimento anual				
	Total	r < 0,0%	0,0 --- 1,5%	1,5 --- 3,0%	r > 3,0%
Total	5 565	1 505	2 571	1 045	444
Até 10 000	2 515	1 019	1 039	335	122
De 10 000 a 20 000	1 400	331	678	264	127
De 20 000 a 50 000	1 043	135	553	244	111
De 50 000 a 100 000	324	16	173	88	47
De 100 000 a 500 000	245	4	105	99	37
De 500 000 a 1 000 000	23	-	12	11	-
Mais de 1 000 000	15	-	11	4	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Notas: 1. Para o Censo Demográfico 2010, foram utilizados os primeiros resultados.

2. Para obtenção da taxa média geométrica do período 2000/2010 foram utilizadas as populações residentes em 2000 e 2010, sendo que para este último ano foi incluída a população estimada para os domicílios fechados.

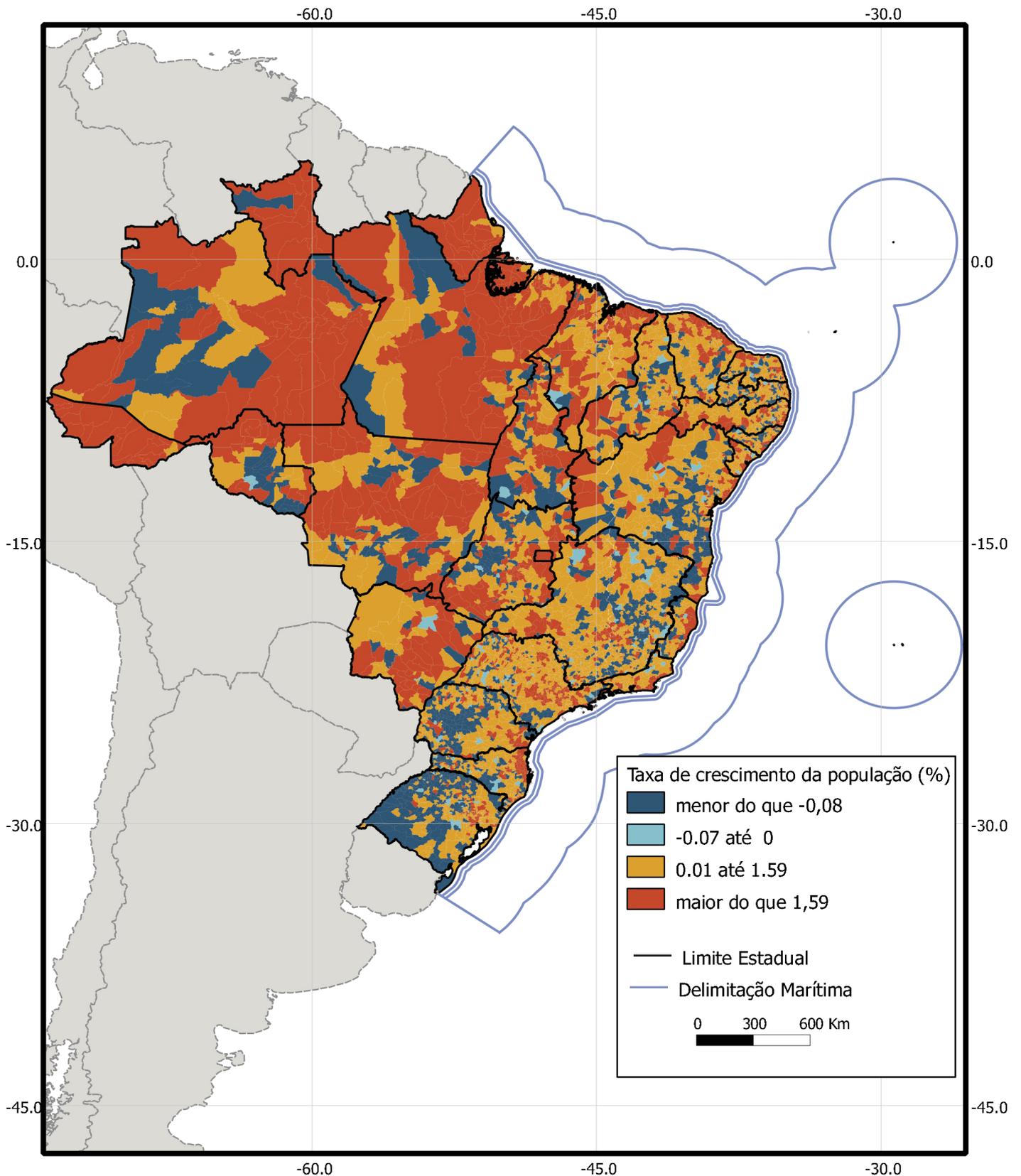
Como é possível observar no Mapa 1, o País apresenta alguns eixos de crescimento espalhados pelas diversas regiões. Essas configurações surgem de atividades econômicas complexas que articulam atividades agrícola e industrial diversificadas, com infraestruturas sofisticadas para produção, armazenagem, distribuição e circulação de produtos e serviços. De um modo geral, seriam aglomerações urbanas, áreas de agricultura moderna e de expansão agrícola e exploração mineral, centros urbanos isolados, entre outras formas.

No Rio Grande do Sul, ao longo da BR-116, as aglomerações urbanas de Porto Alegre, que nas últimas décadas incorporaram Novo Hamburgo e São Leopoldo, e aglomeração de Caxias do Sul formam um eixo de crescimento.

Ao longo do litoral brasileiro, diversos segmentos ligam municípios e aglomerações urbanas de sul a norte do País, até o Maranhão. Em Santa Catarina e Paraná, entre as aglomerações de Curitiba (PR) e Florianópolis (SC), com destaque para a aglomeração de Joinville e o Vale do Itajaí (Santa Catarina), um eixo urbano ocorre ao longo do litoral, na BR-101. No norte do Paraná, as aglomerações de Londrina e de Maringá compõem outro eixo com municípios com crescimento populacional como Cianorte (PR), Sarandi (PR) e outros, apoiados na rodovia PR-323.

O conjunto urbano denominado de megaespaço de São Paulo (SP), com a aglomeração principal e cinco outras aglomerações menores: Campinas; Jundiaí; Sorocaba; Santos e São José dos Campos (SP) configuram um arranjo espacial complexo de aglomerações em rede que ocorre num raio de 150 km ao redor do núcleo

Mapa 1 - Taxa de crescimento da população, segundo os municípios - Brasil - período 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Notas: 1. Para o Censo Demográfico 2010, foram utilizados os primeiros resultados.

2. Para obtenção da taxa média geométrica do período 2000/2010 foram utilizadas as populações residentes em 2000 e 2010, sendo que para este último ano foi incluída a população estimada para os domicílios fechados.

da metrópole paulista e têm características próprias no seu conjunto. Absorvem o extravasamento populacional de São Paulo, além de outros migrantes de diferentes origens, e estabelecem fortes relacionamentos entre os seus componentes, criando funções complementares de alto nível e especializações.

As aglomerações de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) formam, ao longo da BR-116, um eixo de crescimento populacional dos mais importantes, nele localizam-se também as aglomerações de São José dos Campos (SP) e de Barra Mansa – Volta Redonda (RJ), além de outros centros urbanos.

Ainda em São Paulo, verifica-se um eixo de crescimento ao longo da BR-101, onde municípios formam a aglomeração Santista, alcançam a Costa Verde no Rio de Janeiro, englobam a metrópole carioca e os municípios da Região dos Lagos até Macaé (RJ).

Para o interior, a partir do megaespaço urbano da metrópole paulistana, as áreas nas rodovias em direção a Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba (SP) apresentaram dinamismo populacional na última década. Este dinamismo se estende para o Triângulo Mineiro, em direção a Mato Grosso do Sul (MS), em uma extensa região central de Mato Grosso, extremo sul de Goiás e uma área que incorpora as aglomerações de Goiânia (GO), Brasília (DF) e municípios na divisa com Minas Gerais.

A aglomeração de Belo Horizonte configura uma mancha de maior crescimento em Minas Gerais e representa um dos principais focos de atração populacional no estado. As metrópoles, de uma maneira geral, possuem grande capacidade de polarização devido às funções públicas, econômicas e serviços em geral.

A aglomeração de Brasília (DF), com *status* de metrópole nacional, é o principal centro de gestão pública, atraindo migrantes de todo o País. É um modelo moderno de cidade e consolida seu papel na hierarquia do sistema urbano brasileiro por força de sua criação e função de capital Federal, segundo o IBGE (REGIÕES..., 2008). Goiânia (GO), junto com Brasília (DF), reestruturaram o sistema urbano brasileiro criando um novo arranjo espacial no centro do País. Goiânia é uma aglomeração urbana dinâmica e elemento importante na estruturação do espaço regional, tornando-se polo de relações comerciais no Centro-Oeste.

Em Mato Grosso as áreas de maior crescimento são as de ocupação mais antiga como a aglomeração de Cuiabá (MT), ao norte do estado, nas áreas de ocupação mais recente, tendo como principais eixos de fixação populacional as rodovias BR-158, de Barra do Garças até o Pará, e a BR-163, Cuiabá-Santarém. Em Rondônia, a distribuição também é linear, assentada na BR-364. O mesmo eixo sustenta os centros de maior crescimento populacional no Acre, que nesta década foi intenso.

Grande parte do crescimento populacional nesta porção do território deve-se aos municípios em que a economia apoia-se no agronegócio, em áreas de domínio de lavouras temporárias. Em São Paulo, são as culturas da cana-de-açúcar e da laranja, em Minas Gerais o café, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, norte do Maranhão, Piauí e oeste Baiano, o aumento populacional reflete a expansão da fronteira agrícola com a presença do cultivo, em larga escala, de produtos como milho, soja e algodão.

A BR-101 segue incorporando municípios e aglomerações urbanas, no Espírito Santo, no extremo sul da Bahia até o Maranhão, com destaque para municípios das aglomerações de Vitória (ES), Salvador (BA), Aracaju (SE), Maceió (AL), Recife (PE), João Pessoa (PB), Natal (RN), Fortaleza (CE) e São Luís (MA), como Camaçari (BA), Barra dos Coqueiros (SE), Ilha de Itamaracá (PE), Cabedelo (PB) Parnamirim

(RN), Pacatuba e Caucaia (CE), Paço do Lumiar (MA), entre outros, que crescem a taxas acima de 1,50%.

Na Bahia, confirma-se um quadro de estabilidade e de perda populacional em quase todos os municípios, exceto em parte do seu litoral, no oeste e na divisa com Pernambuco. As principais cidades aparecem localizadas no litoral ou próximo e concentram um número expressivo de população; para o interior predominam os pequenos centros urbanos e população mais rarefeita. Salvador (BA) articula centros diferenciados quanto ao dinamismo e importância populacional e econômica, mantendo-se de certa forma estável ao longo da última década, mas a desigualdade na localização dos centros provoca baixa conectividade em áreas como o oeste do estado. Em contraste, Pernambuco estende suas áreas de crescimento, que ocupam parte significativa do Estado de Recife (PE) em direção a Caruaru, Arcoverde, Petrolina – Juazeiro e alcança o Piauí onde aparecem manchas de dinamismo na divisa entre os dois estados.

Outro aspecto do dinamismo no Nordeste é a presença de áreas de crescimento demográfico que reforçam a existência de centros intermediários tradicionais como Campina Grande (PB), Arapiraca (AL), Caruaru (PE), Mossoró (RN), a aglomeração de Petrolina-Juazeiro (PE-BA) e outros.

Na Região Norte, o intenso crescimento populacional apresenta especificidades na espacialização da população: maior estabilidade no surgimento e crescimento de pequenos centros urbanos, tais como habitats rurais, núcleos de garimpagem e enclaves de grandes empreendimentos; consolidação de centros urbanos regionais de porte médio como Parintins, Itacoatiara e Tabatinga (AM), Altamira, Itaituba, Marabá, Santarém, Redenção e Parauapebas (PA), Araguaína (TO), entre outros; e, por último, maior concentração populacional nas aglomerações de Manaus (AM), Belém (PA) e Macapá (AP) e nas capitais estaduais, uma vez que estas são receptáculos de parte da população migrante.

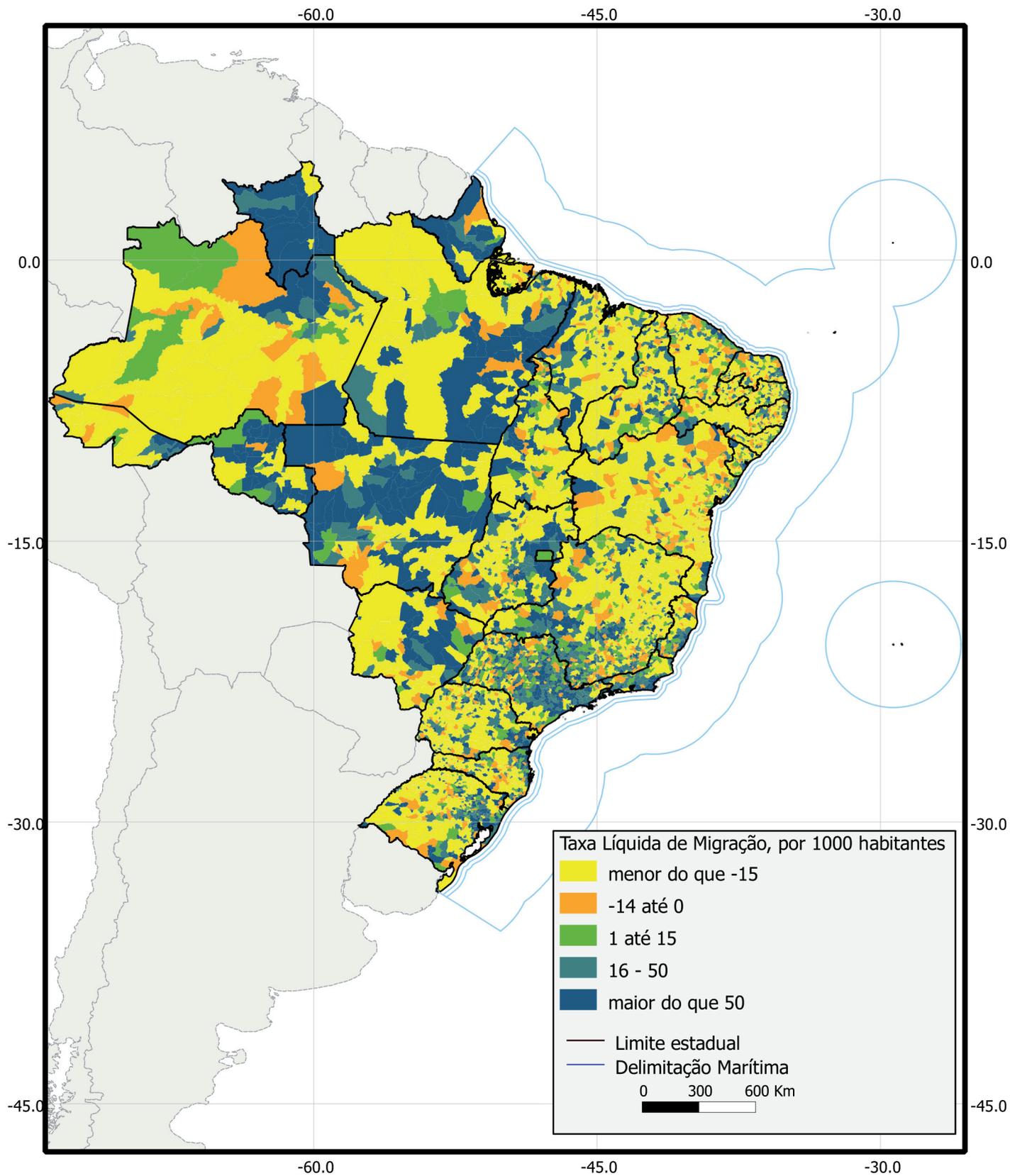
Definidos esses espaços, que configuram os eixos de crescimento do período 2000/2010, podemos traçar uma comparação com o Mapa 2, onde estão representadas as taxas líquidas migratórias do período 1995/2000.

Através deste exercício é possível constatar que há uma convergência muito grande entre os dois cartogramas, o que sugere não estar ocorrendo modificações significativas nos espaços de atração e evasão populacional. Sendo assim, podemos aportar com algumas abordagens teóricas que permitam compreender a permanência do fenômeno em relação às duas décadas anteriores.

Brito (2009) e Oliveira (2009) foram buscar explicação para as alterações no comportamento da migração, que datam dos anos de 1980, na mudança do padrão de acumulação do capital e circulação de bens e serviços. Esse novo processo levou à internacionalização da economia, à reestruturação produtiva, à precarização do mercado de trabalho, entre outros fatores, além de reorientar a localização as atividades econômicas no espaço.

Ainda na linha de abordagens que remetem à mudança no padrão de acumulação do capital, Lipietz e Leborgne (1988), por sua vez, chamam atenção para o fato de que apenas as transformações no paradigma industrial não seriam suficientes para determinar quais seriam os próximos modelos de acumulação e regulação. Os autores assinalam que o golpe definitivo foi a flexibilização no contrato de trabalho, onde o empregador pode contratar e demitir, a seu critério, deixando vulnerável a força de trabalho. Fator de extrema relevância na estratégia reprodução e circulação da força de trabalho.

Mapa 2 - Taxa líquida migratória, segundo os municípios - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Por outro lado, o redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias tem, notadamente, a presença do Estado (des)regulando o mercado de trabalho em favor do capital. Além disso, a estratégia do capital para a locação das atividades econômicas recebeu vários tipos de incentivos públicos, tais como renúncia fiscal, investimentos em infraestrutura industrial e de serviços, formação profissional, sistemas de informação, dentre outros (PACHECO, 1998).

Toda essa transformação, que mantém a essência do domínio do capital, tem impacto sobre a força de trabalho, em particular pela flexibilização e precarização. Esses fatores em conjunto gerariam estratégias diferentes quando os indivíduos buscam garantir a sua reprodução, incluindo, nesse escopo, as estratégias de mobilidade espacial (OLIVEIRA, 2009).

A migração, desnecessária do ponto de vista da economia e descolada das possibilidades de ascensão social, pode tornar-se negativa para o indivíduo. A racionalidade econômica que, segundo o velho paradigma, era a bússola necessária para o migrante encontrar o seu caminho, no novo padrão migratório torna-se, mais ainda, obsoleta diante dos riscos envolvidos, atualmente, no processo migratório (BRITO, 2009, p.18-19).

Todos esses aspectos foram de extrema relevância na determinação da mudança de comportamento nos deslocamentos populacionais no Brasil, como já mencionado, nas últimas duas décadas do Século XX, e parecem permanecer na década de 2000. Os resultados do Censo 2010 parecem corroborar com a manutenção mais geral dessa tendência, com uma ou outra especificidade que será ainda mais aclarada com a divulgação dos resultados definitivos do questionário da amostra.

Considerações finais

Este artigo procurou traçar um panorama das migrações internas na primeira década do Século XXI, buscando identificar se ocorreram alterações significativas no comportamento do fenômeno migratório quando comparado com os cinco últimos anos da década anterior. As evidências empíricas sinalizam que os movimentos de população no País seguem se processando como nos últimos dois decênios.

Desta forma, quando levamos em consideração distâncias maiores, como na escala inter-regional, observamos que os fluxos migratórios apresentaram uma tendência de redução nos seus volumes, muito embora a direção dos principais fluxos seja mantida, com as maiores correntes ocorrendo no eixo Nordeste-Sudeste.

Na mesma linha de observação, notamos, de um modo geral, que os principais movimentos ocorrem dentro das próprias regiões, sugerindo deslocamentos a menores distâncias. Como já apontado por Baeninger (2008), é forte a tendência de, na escala interestadual, as Unidades da Federação apresentarem como resultado das trocas Índice de Eficácia Migratória classificado como de rotatividade. Nessa escala, devido à forma de organização do capital, é pouco produtivo buscarmos identificar espaços de atração ou expulsão populacional, como fazíamos no passado. Roraima é uma das poucas Unidades da Federação que ainda apresenta índice denotando significativa absorção de população. Ainda segundo a autora, é preciso que sejam incorporadas dimensões – dentre outras, a reversibilidade da migração e sua temporalidade – capazes de captar os novos espaços da migração, quer sejam como áreas de retenção de população, de perda migratória ou ainda, e

talvez a maior novidade do Século XXI, de rotatividade migratória para a maioria dos estados brasileiros (BAENINGER, 2008). Nosso sentimento é que esse caminho de investigação é muito promissor, mas se mostrará mais profícuo quando aplicado numa escala infraestadual.

Outro aspecto da migração que permanece é o retorno, que ganha emergência no auge das transformações que impactaram os movimentos internos no País. BRITO (2009) remete a ocorrência desse fenômeno à saturação dos espaços do início da industrialização no Centro-sul do País, reduz a capacidade de geração de emprego e de novas oportunidades ocupacionais, o que coloca o movimento de retorno na pauta das estratégias de reprodução e circulação dos migrantes.

Em nossa análise também procuramos estabelecer uma *proxy* do comportamento migratório, para a década de 2000, recorrendo às taxas médias de crescimento geométrico fornecidas pelo Censo Demográfico 2010 (primeiros resultados). Foi possível identificar que tanto os principais eixos de crescimento quanto as áreas de esvaziamento guardam semelhança com os desempenhos das taxas líquidas migratórias do último quinquênio do século passado, salvo um ou outro caso. Isso reforça a tese de manutenção na forma como se processavam os deslocamentos populacionais internos no País.

De acordo com o nosso olhar, uma vez que os fatores que levaram às transformações na economia e, por conseguinte, na vida social não se alteraram, não era de se esperar que as estratégias de acumulação do capital e de reprodução da força de trabalho fossem se modificar, implicando, portanto, na permanência do comportamento dos deslocamentos populacionais no País.

Por fim, acreditamos que o fenômeno migratório será mais bem explicado à medida que sejam produzidas evidências empíricas que alimentem e/ou confirmem as proposições teóricas. Neste sentido, o artigo que encerra a presente publicação traz um conjunto de sugestões, que já estão sendo testadas no âmbito da reformulação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Referências

BAENINGER, R. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996. In: REDISTRIBUIÇÃO da população e meio ambiente: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Núcleo de Estudos de População - NEPO, 2000. v. 3. (Textos NEPO, 35). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf>. Acesso em: maio 2011.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf>. Acesso em: maio 2011.

BRITO, F. *As migrações internas no -Brasil:* um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional sobre Migrações, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

CENSO demográfico 2010: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm>. Acesso em: março 2011.

ERVATTI, L. R. *Dinâmica migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90: uma análise mesorregional*. 2003. 155 p. Dissertação (Mestrado)-Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2003/leila_regina_ervatti_TC.pdf>. Acesso em: maio 2011.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Tradução de Regina Sílvia Pacheco. *Espaço & Debates: revista de estudos regionais e urbanos*, São Paulo: Cortez, n. 25, p. 12-29, 1988. Disponível em: <http://lipietz.net/ALPC/REG/REG_1987h-po.pdf>. Acesso em: maio 2011.

OLIVEIRA, A. T. R. de. *A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil no pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. 2009. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2009.

PACHECO, C. A. Os dilemas da nova problemática regional: especialização e fragmentação do espaço econômico nacional. In: _____. *Fragmentação da nação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, 1998. cap 5, p. 207-266.

REGIÕES de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<ftp://geofp.ibge.gov.br/Regic/regic.zip>>. Acesso em: maio 2011.

A investigação das migrações internas, a partir dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010

Antonio de Ponte Jardim*

Introdução

Pretende-se com este documento destacar as mudanças ocorridas nos levantamentos sobre as migrações internas no Brasil, a partir do Censo Demográfico 1970 até 2010. Estas mudanças representam *proxies* das transformações ocorridas na economia e na sociedade brasileiras, durante o período analisado. A introdução de novos quesitos a partir do Censo Demográfico 1970 representa também, um marco importante nos estudos migratórios no Brasil pelo fato que nos permite não só captar as especificidades do fenômeno migratório, em suas dimensões demográfica, social e econômica ao longo do período analisado, como também os reflexos oriundos das mudanças na economia e na sociedade brasileiras

A análise da introdução de novos quesitos no tema migrações nos censos demográficos brasileiros tem sido uma demanda dos estudiosos sobre migrações (internas e internacionais), cujos anseios é não só compreender como as migrações refletem a estrutura e a dinâmica da economia e da sociedade brasileiras, como também subsidiar os planejamentos urbano e regional na formulação de novas

* Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

políticas públicas referentes às exigências de novas dinâmicas espaciais da população brasileira, em suas dimensões: urbana; metropolitana; rural; e regional. Neste sentido, o fenômeno migratório transcende ao demográfico perpassa por diferentes campos de conhecimento, a exemplo, do geográfico, sociológico, econômico e político.

A introdução de novos quesitos visa explicar e comparar os deslocamentos da população no território e as suas diferentes dinâmicas demográfica, social, econômica e política, ao longo do período analisado. Neste contexto, o tema migração tem incorporado novos quesitos a cada censo demográfico, a partir dos anos de 1970, período em que aprofunda a internacionalização da economia e sociedade brasileiras, cujas necessidades se fazem presentes no desenvolvimento de análises comparativas internacionais, com o propósito de explicar a inserção da população e dos migrantes internos no consumo de bens e serviços, especialmente residente nas grandes metrópoles brasileiras, assim como a adoção de uma nova racionalidade urbano-industrial. A partir da nova racionalidade instrumental da economia e da sociedade brasileiras, faz-se necessário compreender os deslocamentos populacionais no campo, intraestaduais, intermunicipais, interregionais e inter e intrametropolitanos. Portanto, a introdução de novos quesitos visa permitir a explicação das novas modalidades de migrações internas, especialmente as intraurbanas e intrametropolitanas, cuja dinâmica é típica das sociedades voltadas para o consumo de bens e serviços.

No geral, os últimos cinco censos demográficos brasileiros incorporam a maioria dos quesitos relevantes para o estudo das migrações internas: o “lugar de nascimento;” “tempo de residência;” “lugar da última residência;” “última etapa;” e “data fixa” (residência anterior nos últimos cinco anos).

A migração no Censo Demográfico 1970

O Censo Demográfico 1970 representou um marco importante para o estudo das migrações internas no País, no sentido em que permitiu estudar os deslocamentos intermunicipais e o seu impacto no crescimento populacional, como também a sua influência entre áreas urbanas, no nível intermunicipal (JARDIM et al., 1991b). Em relação à migração interurbana tornou-se possível mensurar a migração interna voltada para os grandes centros urbano e metropolitano (JARDIM et al., 1991a), como também analisar o processo migratório inter e intraestadual, com ênfase entre áreas rurais e urbana e do rural para o urbano. Pela primeira vez se investigou no Brasil os deslocamentos de indivíduos entre municípios e o tempo de residência na Unidade da Federação e no Município de residência (quesitos 11 e 12 do Quadro 1), o que permitiu o desenvolvimento de estudos regionais mais acurados. Entretanto, temos que ter presente que a discussão sobre a migração como deslocamentos de indivíduos¹ entre um lugar de origem a outro de destino está referenciada à troca populacional intermunicipal (MÉTODOS..., 1972), onde o município representa a menor unidade político-administrativa para o estudo das migrações internas.

¹ No pensamento moderno o indivíduo, além de ser um ente em construção, sustenta a igualdade entre os homens, cuja concepção os homogeneiza e dilui as diferenças, construindo a categoria sujeito histórico. Entretanto, o “conceito de indivíduo livre e igual, configura uma categoria analítica de autopercepção que faz abstração das roupagens sociais que sustentam a diferenciação e o reconhecimento de uns e outros por meio da diferença. Como indivíduo a sua individualidade não surge em oposição a ‘outros’, mas de sua oposição ao agregado, à população ou à ilusão estatística da média” (CANALES, 2006), as características comuns e diferentes em si.

Quadro 1 - Principais variáveis sobre migração no Censo Demográfico 1970

Variáveis	Descrição	Quesitos
1 - Lugar de nascimento: Estado (UF), município e país estrangeiro	Permite identificar o indivíduo se é migrante ou não e a sua condição de naturalidade	8 - Nacionalidade 9 - Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento 10 - Nasceu neste município?
2 - Tempo de residência	Permite comparar o tempo de residência dos migrantes no atual município de residência e as suas condições socioeconômicas, quando cruzada com a informação sobre as condições de renda, escolaridade, atividade, habitação, etc.	11 - Há quanto tempo mora nesta Unidade da Federação? 12 - Há quanto tempo mora neste município?
3 - Situação da residência anterior (urbana ou rural)	Possibilita comparar a situação de residência atual com a anterior do migrante, saber a origem dos movimentos (inter e intraestaduais)	14 - Situação da residência no município onde morava anteriormente
4 - Mobilidade do migrante estrangeiro	Permite analisar a última etapa da migração de estrangeiros residentes no atual município de residência	13 - Em que Unidade da Federação ou país estrangeiro residia antes de mudar-se para este município?

Fonte: Censo demográfico 1970: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. p. 32-35.

O Censo Demográfico 1970 reflete também não só a internacionalização da economia brasileira, como a configuração de novas “territorialidades” (PATARRA, 2003), o que permitiu demonstrar mudanças ocorridas no processo de urbanização e metropolização brasileiras, com forte influência da população urbana voltada para uma economia urbano-industrial responsável pela formação e consolidação de novas áreas metropolitanas no País. No contexto metropolitano, a migração interna passa a ter um peso importante e, ao mesmo tempo, se torna seletiva, no sentido que os movimentos de população refletem a estrutura de classes da sociedade vigente. A comparação entre migrantes e não migrantes, por tempo de residência dos migrantes, por classes de renda, nível de escolaridade, condições habitacionais, etc. (CASTRO, 1975; MUDANÇAS..., 1976) tinha como um dos objetivos demonstrar a incorporação dos migrantes internos na nova configuração socioeconômica e territorial no Brasil dos anos 1970.

Ressalta-se ainda que a análise do fenômeno migratório no Brasil caracterizava-se até a década de 1970 pela predominância de estudos descritivos, onde a migração era vista como uma variável exógena desvinculada de seus fatores determinantes e com ausência de poder explicativo, em termos teórico-analíticos. Os objetivos desses estudos caracterizavam-se, fundamentalmente, em descrever a trajetória geral dos fluxos; dos impactos da migração no processo de urbanização e metropolização; análise de acessibilidade a bens e serviços entre migrantes e nativos, com vistas a destacar a integração dos migrantes internos na economia e sociedade de destinos; alguns enfocavam a questão da “marginalização” da população migrante ou identificavam de áreas de evasão ou atração populacional. De um modo geral, as migrações eram percebidas como montantes de pessoas deslocadas de uma determinada área ou região descrita por características socio-demográficas (sexo, idade, escolaridade, renda, etc.), onde se privilegiava a análise estatística de fluxos (linhas) e conglomerados (pontos) em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social (BECKER, 1997) ou conforme Santos (1977, p. 93), a análise das formações socioespaciais.

A migração no Censo Demográfico 1980

O Censo Demográfico 1980 aprofunda os quesitos sobre migração interna levantados no Censo 1970. A maioria dos estudos constata que durante os anos 1970-1980 a migração intraestadual passa ser mais importante que a interestadual, principalmente no interior das nove regiões metropolitanas brasileiras.

Uma das inovações do Censo Demográfico 1980 em relação ao de 1970 é que todos os quesitos sobre migração foram direcionados a todos os indivíduos e não somente aos não naturais do município. Outro aspecto é que também foi possível mensurar pela primeira vez os migrantes de “última etapa” (Quadro 2), a partir da relação entre o quesito “lugar da última residência” (quesito 15) com o “tempo de residência” (quesito 17, menos de um ano) (RIGOTTI, 1999).

Quadro 2 - Principais variáveis sobre migração no Censo Demográfico 1980

Variáveis	Descrição	Quesitos
1 - Lugar de nascimento: Estado (UF), município e país estrangeiro.	Permite identificar o indivíduo se é migrante ou não e a sua condição de naturalidade.	11 - Nacionalidade 16 - Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento 13 - Nasceu neste município?
2 - Situação da residência anterior (urbana ou rural)	Possibilita comparar a situação de residência atual com a anterior do migrante, saber a origem dos movimentos intermunicipais (urbanos/rurais)	12 - Neste município morou: só na zona urbana; só na zona rural e nas zonas urbana e rural 15 - No município onde residia anteriormente morava: na zona urbana; na zona rural
3 - Tempo de residência	Permite comparar o tempo de residência dos migrantes no atual município de residência e as suas condições socioeconômicas, quando cruzada com a informação sobre as condições de renda, escolaridade, atividade, habitação, etc.	17/18 - Há quantos anos mora sem interrupção na Unidade da Federação? No município?
4 - Migração “última etapa”		Combinação do quesito 15 com o 17
5 - Pendularidade	Permite estudar os movimentos populacionais intermunicipais voltados para o trabalho ou o estudo.	27 - Município em que trabalha ou estuda.

Fonte: Censo demográfico 1980: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. p. 44-46, 50.

A análise dos deslocamentos intraestaduais (intermunicipais) no Censo Demográfico 1980 permitiu observar que a concentração e expansão metropolitanas passaram a ter forte influência sobre as migrações intraestaduais que, assomadas às migrações intrametropolitanas, contribuíram para o adensamento das metrópoles brasileiras (JARDIM, 2001). Um dos determinantes desse processo está associado à nova economia urbana que, voltada para um mercado de trabalho e de consumo de bens e serviços, aprofunda não só as contradições internas, mas também evidencia a modalidade de desenvolvimento econômico e social, responsáveis por novas espacialidades e movimentos pendulares especialmente no interior dos grandes centros metropolitanos, para trabalhar ou estudar.

Inicialmente os movimentos pendulares (quesito 27 – município em que trabalha ou estuda) passam a serem vistos como um dos sinais da expansão das metrópoles (CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI; MOURA, 2005), indicadores do surgimento de novas territorialidades associadas nas chamadas “áreas nobres” (condomínios, bairros de classes média e alta) no interior das metrópoles. A concepção centro e periferia deixam de ter sentido, pelo fato que a chamada periferia deixa de ser exclusivamente o lugar da população de baixa renda, especialmente a classe trabalhadora. Surgem também condôminos fechados nos municípios da chamada periferia metropolitana.

Constatou-se que os movimentos pendulares intrametropolitanos são realizados por pessoas, cujos rendimentos são bastante diferenciados, onde uma imensa maioria percebia, em média, até dois salários mínimos, enquanto uma pequena percentagem que ganhava acima de 20 salários mínimos e detinha mais de 80% da renda das pessoas que se deslocavam para trabalhar ou estudar (JARDIM; ERVATTI, 2007).

O Censo Demográfico 1991 manteve todas as variáveis referentes à migração no censo anterior e incluiu o quesito (21) “data fixa” (Quadro 3).

Quadro 3 - Principais variáveis sobre migração no Censo Demográfico 1991

Variáveis	Descrição	Quesitos
1 - Lugar de nascimento: Estado (UF), município e país estrangeiro	Permite identificar o indivíduo se é migrante ou não e a sua condição de naturalidade e a sua origem.	15 - Se naturalizado brasileiro ou estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País 16 - Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento 19 - Indique a sigla da Unidade da Federação e o nome do município ou do país estrangeiro em que morava antes de se mudar para este município 14 - Nasceu neste município?
2 - Situação da residência anterior (urbana ou rural)	Possibilita comparar a situação de residência atual com a anterior do migrante, saber a origem dos movimentos intermunicipais (urbanos/rurais)	12 - Neste município morou: só na zona urbana; só na zona rural e nas zonas urbana e rural
3 - Tempo de residência	Permite comparar o tempo de residência dos migrantes no atual município de residência e as suas condições socioeconômicas, quando cruzada com a informação sobre as condições de renda, escolaridade, atividade, habitação, etc.	interrupção: Nesta Unidade da Federação? Neste município? 17/18 – Há quantos anos mora sem
4 - Migração “última etapa”		Combinação dos quesitos 17/18 (pessoas com menos 10 anos de residência) com o quesito 19 20 - Na localidade indicada no quesito 19, residia: Na zona urbana; Na zona rural
5 - Data fixa	Melhor as estimativas de população, pelo fato que permite o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas. Permite a produção de dados separados em relação aos emigrantes e imigrantes.	21 - Indique a sigla da UF e o nome do município ou do país estrangeiro em que residia em 01.09.1985

Fonte: Censo demográfico 1991: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. p. 61-66.

De acordo com Rigotti (2008) o uso simultâneo dos quesitos de **última etapa migratória** e **data fixa** possibilitaram uma análise muito mais detalhada e dinâmica do processo migratório. Isto é fundamental, no caso brasileiro. Entretanto, destaca o autor que

“os métodos baseados somente no quesito data fixa permitem o estudo de movimentos, mas não outros tipos de abordagens mais aprofundadas, como análise da força de trabalho, planejamento educacional e outras características relacionadas com as coorte de migrantes”

Chamamos a atenção que cada vez mais nos distanciamos dos estudos migratórios como movimentos sociais provenientes das mudanças social e econômica e nos aproximamos dos impactos da migração no crescimento populacional. Entretanto, ressaltamos que os quesitos duração de residência e a última residência são fundamentais para o desenvolvimento de estudos sobre o mercado de trabalho e a mobilidade espacial do trabalho (Quadro 4).

Quadro 4 - Principais variáveis sobre migração no Censo Demográfico 2000

Variáveis	Descrição	Quesitos
1 - Lugar de nascimento: Estado (UF), município e país estrangeiro.	Permite identificar o indivíduo se é migrante ou não e a sua condição de naturalidade.	4.14 - Mora neste município desde que nasceu? 4.17/4.18 - Nasceu neste município/ Unidade da Federação? 4.19 - Nacionalidade 4.21 - Unidade da Federação ou país estrangeiro de nascimento
2 - Tempo de residência	Permite comparar o tempo de residência dos migrantes no atual município de residência e as suas condições socioeconômicas, quando cruzada com a informação sobre as condições de renda, escolaridade, atividade, habitação, etc.	4.22 - Há quantos anos mora sem interrupção na Unidade da Federação. No município?
3 - Migração de retorno	Permite avaliar as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes retornados.	4.23 - Qual é a Unidade da Federação ou país estrangeiro de residência anterior? Para as pessoas que declaram o quesito 4.17.
4 - Data fixa	Melhora as estimativas de população, pelo fato que permite o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas.	4.25/4.26 - Em que município, Unidade da Federação ou país estrangeiro residia em 31.07.1995?
5 - Pendularidade	Permite estudar os movimentos populacionais intermunicipais voltados para o trabalho ou o estudo. Permite a produção de dados separados em relação aos emigrantes e imigrantes.	4.27 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha ou estuda? 1 - Neste município 2 - Não trabalha, nem estuda

Fonte: Censo demográfico 2000: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 103-108.

O Censo Demográfico 2000 retirou a informação do último município de residência, mas manteve as informações anteriores e voltou a indagar sobre os movimentos pendulares relacionados com o trabalho e à educação (Quadro 4).

Define, pela primeira vez, a finalidade dos quesitos sobre migração como “estudar os movimentos e principais fluxos migratórios no país, as características das pessoas que migram e das que não migram, e fornecer subsídios para a realização de projeções de população” (CENSO..., 2000, p. 103).

No Censo Demográfico 2010, a questão da **migração de retorno** (Quadro 5) permite não só avaliar as condições socioeconômicas dos retornados como também a sua importância na estrutura econômica e social local. No cômputo geral, a migração de retorno

por ser analisada como um dos reflexos da reestruturação produtiva brasileira, advinda da nova ordem capitalista mundial, com implicações que se traduzem no fim do projeto do estado desenvolvimentista centrado no desenvolvimento industrial como provedor de bem-estar social e gerador de empregos.

Quadro 5 - Principais variáveis sobre migração no Censo Demográfico 2010

Variáveis	Descrição	Quesitos
1 - Lugar de nascimento: Estado (UF), município e país estrangeiro.	Permite identificar o indivíduo se é migrante ou não e a sua condição de naturalidade	6.18 - Nasceu neste município? 6.19 - Nasceu nesta Unidade da Federação? 6.20 - Qual a sua nacionalidade? 1 - Brasileiro nato 2 - Naturalizado brasileiro 3 - Estrangeiro 6.21 - Em que ano fixou residência no Brasil?
2 - Emigração de brasileiros	Permite quantificarmos o montante de brasileiros residentes no exterior, os países de destino e o tempo que migraram	3.01 - Alguma pessoa que morava com você(s) estava morando em outro país em 31.07.2010? 3.05 - Ano da última partida para morar em outro país.
3 - Tempo de residência	Permite comparar o tempo de residência dos migrantes no atual município de residência e as suas condições socioeconômicas, quando cruzada com a informação sobre as condições de renda, escolaridade, atividade, habitação, etc.	6.24 - Há quanto tempo mora sem interrupção neste município?
4 - Migração de retorno	Permite avaliar as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes retornados	6.25 - Em que Unidade da Federação e município ou país estrangeiro morava antes de mudar-se para este município? Para as pessoas que declaram o quesito 6.18
5 - Data fixa	Melhor as estimativas de população, pelo fato que permite o cálculo do saldo migratório entre pares de unidades geográficas	6.26 - Em que Unidade da Federação e município ou país estrangeiro morava em 31.07.2005? 1 - Unidade da Federação/município 2 - País estrangeiro
6 - Pendularidade	Analisar a questão da pendularidade para estudar e para trabalhar. Segundo o Manual do Recenseador, (p.278) os deslocamentos das pessoas para trabalho deve atender os seguintes objetivos: - Identificar as ligações entre municípios que constituem aglomerações urbanas, permitindo o planejamento integrado das redes de transporte disponíveis para atender diferentes pontos das aglomerações urbanas; e - Dimensionar a oferta de transporte público adequado à flutuação da demanda	6.36 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro frequenta escola (ou creche)? 1 - Neste município 2 - Em outro município 3 - E país estrangeiro 6.60 - Em que município e Unidade da Federação ou país estrangeiro trabalha? 1 - No próprio domicílio 2 - Apenas neste município, mas não no próprio domicílio 3 - Em outro município 4 - Em país estrangeiro 6.61 - Retorna do trabalho para casa diariamente? 6.62 - Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho?

Fonte: Censo demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 180, 225, 279-281, 321, 324-325, 329.

Destaca-se, também, que no Censo Demográfico 2010 é a primeira vez que se pergunta sobre a **emigração internacional de brasileiros** (quesitos 3.01 e 3.05). Trata-se da possibilidade de termos o montante de pessoas que estão vivendo no exterior, assim como o tempo em que emigraram. Neste sentido, teremos uma ideia aproximada do volume, período e países de destino.

O quesito sobre **movimentos pendulares** foi desmembrado no Censo 2010 - para estudar (6.36) e para trabalhar (6.60, 6.61 e 6.62) - no sentido que, no transcorrer de um período de 30 anos, a sociedade e a economia brasileiras passaram por grandes transformações. No Censo 1980, uma das preocupações básicas dos estudos sobre os movimentos pendulares era conhecer os movimentos populacionais relacionados com a periferização das metrópoles brasileiras. O desmembramento do quesito para trabalhar, estudar ou as duas coisas, permite construir matrizes: i) entre o lugar de residência, por lugar de estudo, trabalho e de trabalho e estudo; e ii) entre o lugar de residência, por lugar de estudo, de trabalho e de estudo, segundo a periodicidade do deslocamento. Ressalta-se, entretanto, que a mobilidade espacial da população, expressão de diferentes dimensões da economia e da sociedade, nos permite observar as mudanças ocorridas no acontecer social e econômico ao longo do tempo, as quais se manifestam na formação de novas territorialidades e na mobilidade da população.

Referências

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319- 367.

CANALES, A. *La demografía latinoamericana en el marco de la postmodernidad*. Trabalho apresentado no II Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Guadalajara, 2006.

CASTELLO BRANCO, M. L.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F.; MOURA, R. *Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador*. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - Anpur, Salvador, 2005. 19 p. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anais/ena11/253.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

CASTRO, M. G. *Experiência de pesquisas sobre migrações internas através de dados secundários*. Trabalho apresentado no Simpósio sobre o Progresso da Pesquisa Demográfica no Brasil, realizado no Rio de Janeiro, em 1975, durante o qual foi delegada a um grupo de pesquisadores a tarefa de propor as bases para a constituição da futura Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP.

CENSO demográfico 1970: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

CENSO demográfico 1980: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

CENSO demográfico 1991: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

CENSO demográfico 2000: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

CENSO demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JARDIM, A. de P. *Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro*. 2001. 266 p. Tese (Doutorado)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/583/625>>. Acesso em: maio 2011.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. *Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 39 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 26). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc26-07.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

JARDIM, A. de P. et al. *Fluxos migratórios intrametropolitanos: Brasil 1970-1980*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991a. 81 p. (Textos para discussão, n. 45). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc45-91.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

_____. *Matriz de fluxos migratórios intermunicipais*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1991b. 29 p. (Textos para discussão, n. 44). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc44-91.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

MÉTODOS de medición de la migración interna. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1972. 87 p. (Estudios de población, n. 47).

MUDANÇAS na composição do emprego e na distribuição da renda: efeitos sobre as migrações internas: Brasil, grandes regiões, regiões metropolitanas. Brasília, DF: Ministério do Interior, 1976. 138 p. (Migrações internas, 1). Acima do título: Organização Internacional do Trabalho, Banco Nacional da Habitação.

PATARRA, N. L. *Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 45 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 7). Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_7.pdf>. Acesso em: maio 2011.

RIGOTTI, J. I. R. *Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: críticas e sugestões para análise*. Trabalho apresentado no Seminário-Taller Los Censos de 2010 y la Migración Interna, Internacional y otras Formas de Movilidad Territorial, Santiago de Chile, 2008. Disponível em: <<http://www.eclac.org/celade/noticias/paginas/5/34835/JRangel-D.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

_____. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. 1999. 141 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/1999/Jose_Irineu_Rangel_Rigotti.pdf>. Acesso em: maio 2011.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 54, p. 81-100, jul. 1977.

Movimentos pendulares

Reflexões sobre a mobilidade pendular

Antonio de Ponte Jardim*

Introdução

Este capítulo é um convite a reflexões sobre os movimentos pendulares e sua relação com os movimentos da economia e da sociedade. Procura chamar a atenção sobre as diferentes dimensões do fenômeno pendularidade e sua relação com os processos de classificação e reclassificação que envolvem as suas diferentes dimensões escalares. Faz algumas sugestões analíticas que vão além do mercado de trabalho e de educação, no sentido que a mobilidade populacional traduz os movimentos da economia e da sociedade contemporâneos, responsáveis pela criação de novos espaços territoriais e societários no lugar de origem (domicílio) e destino (trabalho, ensino, lazer e outras atividades relacionadas com a ação humana).

Conceitualização

A mobilidade pendular é uma das dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente constituída, no tempo e no espaço; ganha especificidade e novas formas provenientes das mudanças na organização da economia e da sociedade (JARDIM; ERVATTI, 2007). Envolve distintas dimensões e diversas práticas cotidianas

* Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

da população no território referentes à mudança de lugar. Neste sentido, refere-se aos percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho, medidos em termos de tempo e espaço, que pode variar de uma hora ou mais, um dia de trabalho, uma semana ou um mês, mas também envolve vários meses (migrações sazonais) ou mudança de residência sem retornar ao mesmo lugar (migrações)¹; a mudança de lugar pode implicar também múltiplos domicílios, temporalidades e lugares de trabalho distintos (migrações circulares).

Para se entender a mobilidade pendular contemporânea há necessidade de novos estudos que abordem o deslocamento de pessoas em sua vida cotidiana e sejam levados em consideração, por exemplo, elementos como distância, duração, frequência, retenção, situação político-administrativa, redes sociais e urbana, condições e formas de deslocamento e motivações para as pessoas mudarem-se de lugar.

O conceito geográfico sobre interações espaciais (CORRÊA, 1997) é fundamental para a compreensão da mobilidade da população, em especial a cotidiana, não envolvida para trabalhar ou estudar. Acredita-se que a análise dos deslocamentos cotidianos funciona como uma *proxy* dos movimentos da economia e da sociedade contemporâneas, responsáveis pela criação de novos espaços e dinâmicas social e territorial.

O deslocamento para trabalhar e/ou estudar apareceu, pela primeira vez, no Censo Demográfico 1970, com objetivo de estudar a expansão das metrópoles relacionadas com a mudança de lugar intrametropolitano. A preocupação desde então é a questão do mercado de trabalho e educacional como se as pessoas se deslocassem somente por esses motivos. Neste sentido, cabe pergunta: será que as classificações centradas somente no mercado de trabalho e educacional explicam, em sua integridade a mobilidade pendular?

A questão do alcance e da reclassificação na mobilidade pendular

A reflexão sobre os movimentos pendulares nos ajuda afirmar que os deslocamentos temporários da população envolvem múltiplas escalas cujas dimensões estão relacionadas com as diferentes ações que, por sua vez, estão associadas a distintos sistemas de classificação e de reclassificação no interior da sociedade (JARDIM, 2007). Estes sistemas, por sua vez, se relacionam com uma “*visão social de mundo*” e, portanto, trazem implícitos valores sobre uma concepção ideológica que é geralmente hegemônica, fundamental para a construção de modelos autoexplicativos sobre a sociedade e a população.

Tem-se que ter presente que os modelos autoexplicativos são sempre uma *proxy* e representam um recorte da realidade, em estudo, no sentido que “vemos o que temos nas idéias, e não podemos ver o que não tem palavras ou idéias” (BECKER, 2008, p. 38) para explicá-los. No caso dos movimentos de população,

¹ De acordo com Le Bras (2002), o termo mobilidade corresponde a toda mudança de lugar realizada pelas pessoas, que pode referir-se tanto a um deslocamento de casa ao trabalho, durante um determinado tempo (pode variar até uma hora ou mais por dia), o que se denomina movimento pendular (*commuter*), quanto de uma semana, um mês (cujo motivo pode ser uma viagem de férias, por exemplo), vários meses (migração sazonal) ou mudar de residência sem pensar voltar para o lugar de origem. Neste caso, podemos falar de migração ou de mobilidade residencial no interior do município de residência.

podem implicar, por exemplo, em buscar os determinantes acerca dos fatores de risco derivados da organização econômica, política e social relacionados com a forma em que a população se organiza para produzir e reproduzir a sua existência vital (PINTO, 1973). Neste sentido, vinculam-se aos movimentos da população, com origem na organização da divisão social do trabalho e do capital em sua dinâmica social, produtiva e reprodutiva, em determinado tempo e espaço, socialmente determinados.

Ressalta-se também que quando se classifica/reclassifica-se constrói-se e reconstrói-se novas categorias que permitem refletir sobre as diferentes práticas da vida cotidiana (DURKHEIM; MAUSS, 1981). A associação entre escalas e os sistemas de classificação ajuda a especular sobre as diferentes práticas sociais e as diferentes dimensões da organização social e produtiva, no sentido que estão constituídas por valores responsáveis pela representação da realidade social.

No campo sociológico, a concepção clássica (positivista) faz referência às escalas métricas como uma aproximação de conhecimento, pelo fato de serem mediadoras entre o todo e as partes da estrutura social, cujos parâmetros proporcionavam a explicação da ordem relacionada com a proporcionalidade, equivalência, semelhança ou diferenças entre os fatos sociais ocorridos no interior de determinada estrutura social. Estas dimensões atribuídas ao acontecer social se mesclavam com os distintos níveis explicativos da realidade e possibilitavam estabelecer, de antemão, relações entre outros aspectos da totalidade e suas relações entre o todo e as partes de uma estrutura social. Esta conexão permitia evidenciar hierarquias classificatórias e excludentes dentro de uma determinada totalidade (por exemplo, a estrutura demográfica).

Enfatiza-se que as escalas métricas desvendam somente certos aspectos das classificações e não as suas causas constituintes. Possibilitam somente que se analise a ordem e a sequência dos acontecimentos sociais (por exemplo, os movimentos social e territorial), num sistema classificatório, referente a uma totalidade acabada, contribuindo, assim, para a construção de modelos sociais deterministas e autoexplicativos.

A reflexão sobre a ordem classificatória permite que se especule sobre as diversas práticas sociais e demográficas que condicionam ou são condicionadas por diferentes ações política, social e econômica responsáveis pelos determinantes das mobilidades social e territorial da população. Estas ações, por sua vez, estão assentadas em valores derivados de instituições ou da participação do analista nas diferentes formas de concepção ou do desenho escalar dos fenômenos que se deseja estudar. Portanto, tem-se que ter presente que as classificações e as reclassificações orientam sempre a escolha do objeto de estudo e o seu recorte analítico.

A questão da escala e do recorte analítico

O recorte analítico determina, *a priori*, a cobertura do fenômeno a ser estudado, com implicações diretas sobre a magnitude escalar e explícita as limitações analíticas do recorte proposto. Portanto, destaca-se que as formas de interpretação da realidade social traduzem-se "*visões sociais de mundo*", como se apontou anteriormente que condicionam significativamente o desenho e a forma de representação do objeto a ser analisado (LÖWY, 1987). Por exemplo, a questão da análise dos deslocamentos vinculados essencialmente aos movimentos do mercado laboral e da educação

resumem o movimento de pendularidade a um fenômeno centrado essencialmente no mercado de trabalho e nas condições da qualificação (técnica e educacional), sem levar em conta as demais motivações dos deslocamentos social e territorial. Entre as motivações não econômicas destacam-se os motivos social, psicológico, político e cultural.

A reflexão sociológica também ajudará, na prática, a explicar os motivos sobre os deslocamentos pendulares vinculados ao movimento da economia e da sociedade, no sentido que a percepção, a concepção e a representação do mundo constituem-se de uma dupla estruturação das práticas sociais e institucionais (BOURDIEU, 1989) no sentido objetivo e subjetivo. Em relação ao conhecimento objetivo, o mundo é socialmente estruturado por autoridades vinculadas aos agentes e/ou as instituições que não só oferecem uma percepção da gestão independente de suas práticas (das orientações institucionais), mas condicionam às suas ações. Do lado subjetivo, o mundo se estrutura através de esquemas de percepção, concepção e de avaliação, que são susceptíveis de serem utilizados num determinado momento, manifestando-se, em termos simbólicos. Neste sentido, o conhecimento do social expressa-se em lutas constantes para a geração de novas reclassificações no interior da sociedade, com o propósito de estruturação do mundo (da ordem) que transcreve-se em num movimento conflitante entre diferentes concepções do social (da luta entre objetividade e subjetividade), cujos princípios do pensamento dominante é estabelecer uma ordem explicativa dos fatos, do acontecer social, a partir do seu ponto de vista.

Ressalta-se que o papel das Ciências Sociais e da Sociologia, em particular, é classificar para se conhecer o fenômeno que se deseja estudar (o princípio geral) e que não existe possibilidade de conhecimento frente ao caos, a não ser frente aos processos de transformação ou de mudança na estrutura social (por exemplo, novas formas de agir frente ao uso de novas tecnologias informacionais). O estudo do surgimento de novas formas social e institucional permite classificar e reclassificar o acontecer social. Entretanto, é importante destacar que devemos problematizar as classificações social e historicamente construídas, com o objetivo de desvendar as verdades constituídas (BOURDIEU, 1989). Portanto, a crítica da verdade põe à prova a objetividade e a neutralidade dos dados, dos fatos e classificações frente aos atos, no sentido que temos que ter presente que não existe conhecimento analítico sem reflexão sobre a visão social de mundo, do alcance escalar e dos sistemas classificatórios utilizados (JARDIM, 2007).

A reflexão sobre as escalas de conhecimento é essencial para o desenvolvimento e crítica de sistemas classificatórios, o qual possibilita formular objetivamente modelos explicativos sobre objetos de análise. Por exemplo, Durkheim (1995) ao transformar os eventos sociais em "*coisas*" considerou que os fatos sociais podem ser medidos, quantificados, qualificados e relacionados entre si, o qual permite a elaboração de modelos econométrico e estatístico que facilitem a construção de hierarquias em relação a uma determinada totalidade social. Há que se ter presente que toda classificação expressa *atos de nomeação*²

² Os atos de *nomeação* e de *numeração* estão relacionados com a diferença entre o *nome* e o *número*. O número "governa todas as manifestações (Cosmo) que regulam o espaço, o tempo, as leis e as relações, das quais tratam as 'Ciências Exatas'. A segunda diferença é que o 'nome' expressa a essência primeira do não criado, que só pode ser descoberto através do desenvolvimento da consciência, da introspecção e do retorno à origem, pela consciência à introspecção e este, por sua vez, é de fórum íntimo, formal, não mensurável [a não ser como 'coisa'] e se relaciona com as 'Humanidades', no sentido mais amplo do termo" (PATRICK, 1998, p. 36).

que, por sua vez, correspondem a valores advindos de práticas culturais e sociais, portanto, expressam *visões sociais de mundo*. Para o autor, as classificações baseiam-se em *atos de nomeação* que expressam valores derivados das ações coletivas constituintes do social e do institucional, que podem ser quantificadas e qualificadas. O conhecimento do social vinculava-se aos atos de *nomeação* e de *numeração*, já que não existem sociedades sem atos de nomeação e sem consciência de seu coletivo. Entretanto, não existem as classificações universais, como acreditava-se na época da conquista europeia, via “*ocidentalização do mundo*”, a partir da visão europeia (etnocêntrica). O ato de nomeação e de numeração é um ato político que permite estabelecer diferenças arbitrárias entre a totalidade e suas partes, seja social, territorial ou demográfica. Uma pergunta nos intriga. Qual a contribuição contemporânea da sociologia para o estudo dos deslocamentos da população, em especial a mobilidade pendular?

Vale ressaltar que os atos de nomeação e enumeração são condicionados pelas mudanças ocorridas na estrutura social na econômica, cujas relações se alteram ao longo do tempo e as explicações também. Como recuperar a história dos acontecimentos social e demográfico? Somente através da historicidade deles, pelo fato que os acontecimentos sociais tendem a um processo de totalização que nunca se conclui (KOSIK, 1976), no sentido que a luta pela nomeação e reclassificação é constante e faz parte do processo dialético do acontecer social.

A historicidade dos *atos nomeados* e *numerados* permite também que se reflita sobre as diferentes formas e abordagens sobre o acontecer social, que se transforma em função de diferentes usos e ações social e política, no interior da sociedade que, por sua vez, estão associadas a um sistema de valores, vigente num determinado momento histórico (WEBER, 2002)³. A constatação do aparecimento de um fenômeno específico demonstra o novo e denuncia a possibilidade de mudança. Por exemplo, em relação às estruturas social e econômica se dá a partir da transferência de pessoas de uma atividade à outra ou simplesmente a atividade anterior poderá deixar de existir. Novas tecnologias poderão ser usadas nos processos de mudança social e geográfica e ajuda a explicar as razões pelas quais as pessoas mudam de lugar.

O aparecimento de novas atividades passam a influenciar novos deslocamentos espaciais da população, o que possibilita analisar as mudanças de valor e de ação, traduzidas através de novas formas de percepção, concepção e de representação do fenômeno (do novo). O aparecimento do novo é que permite construir novos modelos explicativos sobre o acontecer social, assim como os seus determinantes.

A visão tradicional sobre a migração como processo de “*atração*” e “*repulsão*”, categorias da física newtoniana, explica as migrações como um fenômeno do desenvolvimento urbano-industrial, das mudanças do campo para a cidade, o que transformou a vida cotidiana das pessoas originárias de atividades do campo e da população urbana, em geral. O novo regime de administração (taylorista-fordista) expressou um novo modo de produção e de trabalho, consolidando-se através da manufatura e circulação de bens e serviços, elementos fundamentais para a

³ Max Weber instaura a sua teoria a partir da “*visão de mundo*” (a partir dos valores). Trabalha a história não em sua historicidade, mas em sua especificidade, no sentido que articula as diferentes empirias da ação humana. Estuda as diferentes formas de manifestação da ação humana. Daí, a necessidade da “*compreensão*” da realidade social. A *compreensão* está associada ao entendimento de que uma pessoa faz. Refere-se à capacidade de descrever o que os outros fazem, e vice-versa.

afirmação da sociedade capitalista de consumo de massa. A nova racionalização da produção contribuiu para um novo estilo de vida urbana, através de novo modo de gerenciar a fábrica e a sociedade, o que Gramsci (1978) chamou de "americanismo" (taylorismo-fordista), responsável uma nova forma de vida urbana. O novo regime de organização política e de trabalho foi fundamental para o desenvolvimento de estudos voltados, inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente na América Latina, para mobilidades social e cultural dos migrantes (GERMANI, 1974), especialmente aqueles que migraram para as grandes cidades, a partir dos anos de 1930, em função da urbanização e da industrialização. Tem-se que ter presente que a Revolução Industrial inglesa contribuiu, fundamentalmente, para as mudanças na organização social e produtiva e foi fundamental para as mudanças social e cultural da população (WILLIAMS, 1989). Entretanto, a questão dos deslocamentos de população para as cidades é anterior à Revolução Industrial inglesa, principalmente em cidades não europeias.

A necessidade de estudos e do controle dos fluxos de população datam do início da Revolução Industrial. Surge no início do Século XX nos Estados Unidos as análises sobre a abordagem da Ecologia Humana, onde a migração seria um veículo circulante e necessário, num primeiro momento, para o crescimento orgânico das cidades no sentido que as cidades crescem, desenvolvem e morrem, onde a migração apresenta um papel importante.

Atualmente, os fluxos de pessoas no território, especialmente nos grandes centros urbanos/metropolitanos, estão relacionados com o movimento e a circulação de pessoas voltadas para a produção, e circulação de bens e serviços⁴. Entretanto, destaca-se que os deslocamentos populacionais não se dão exclusivamente em função do mercado de trabalho e do educacional, como se afirmou anteriormente, mas temos que considerar que existe

[...] um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, bens, capitais e informação sobre a zona geográfica. Podem ter maior ou menor intensidade, variam em função da frequência e da incidência, como a distância e a direção, que se caracteriza por diferentes propósitos e é mantida pelos diferentes meios (CORRÊA, 1997, p. 279).

Ao se considerar o deslocamento da população em função das mudanças na organização social e na produtiva, temos outras modalidades de mobilidade, que influem sobre os diferentes usos do tempo e do espaço, e se traduzem em distintos custos social e econômico. Ressalta-se que as diversas práticas, atividades, ações e trajetórias, incluídas nos movimentos da população, correspondem a múltiplas dimensões da realidade social, que podem ser analisadas, por exemplo, através:

- Da esfera da vida pública e da privada; através da análise dos itinerários biográficos (MÓDENES CABRERIZO, 1998);
- Do ciclo de vida (social e demográfico);
- Da relação entre o domicílio e o trabalho;
- Das condições de habitabilidade;
- Das mudanças na estrutura econômica e na social e os novos processos das empresas;

⁴ Para Milton Santos (1988:77), os fluxos de população estão relacionados com o movimento e a distribuição do consumo.

- Da questão da mobilidade residencial e da imobilidade;
- Das condições de deslocamento do lugar de residência ao lugar de trabalho, estudo ou outra atividade;
- Do tempo médio de deslocamento entre a residência e o local de destino;
- Dos processos de circularidade do trabalho;
- Dos processos de segregação socioespacial dentro da metrópole (acesso à infraestrutura urbana – serviços sociais – saúde, educação e segurança pública);
- Das trajetórias migratórias (espaciais e laborais) e,
- Das redes sociais.

As diversas iniciativas para que a população seja posta em movimento pendular estão, entre outras as suas carências, representadas por um “*sistema de valores*”, o que possibilita a construção de indicadores socioeconômicos referentes às condições de vida e da reprodução social da população. Estes, por sua vez, estarão relacionados com os movimentos da economia e da sociedade, que permitem que se enumerem as deficiências ou ausências de algo que pode constituir-se de necessidades espirituais ou materiais, definidas por valores imperantes na estrutura social vigente, em um dado momento. Neste sentido, as necessidades são social e historicamente produzidas e se referem às atividades dos sujeitos na concepção de seus sentimentos, experiências e expectativas de acesso ao consumo de bens e serviços socialmente diferenciadas (JARDIM, 2001), num determinado momento histórico. As carências revelam as condições de vida da população, que poderão ser investigadas pelas condições ambientais, de trabalho, de saúde e de educação, da condição reprodutiva, da produtividade, do uso do tempo social, do acesso ao consumo de bens e serviços entre outros aspectos da vida cotidiana, refletida nas condições de ocupação territorial, social e econômica da população. Frente às carências da população, como medir as mudanças nos movimentos pendulares, a partir de dados censitários ou das estatísticas oficiais disponíveis?

Principais aspectos demográficos dos deslocamentos da população (os movimentos pendulares)

Os movimentos pendulares além de constituírem um fenômeno complexo, por se inter-relacionar com os distintos fatores determinantes da mobilidade espacial da população que estão, por sua vez, associados direta e indiretamente a um sistema de carências e de necessidades referidas ao cotidiano da população. Em consequência, manifestam-se por diferentes níveis escalares cujos parâmetros podem ser abalizados, por exemplo, em relação a:

- Urbanização/metropolização – responsáveis por novas e diferentes formas de mobilidade (AUGÉ, 2010);
- Migração (regional e inter-regional);
- Mobilidade cotidiana e a mobilidade residencial;
- Despesas com viagens e renda obtidas através do trabalho;
- O nível de escolaridade;
- O nível de renda;
- As viagens de negócios e eventos sociais (BELL; WARD, 2000) atribuídos normalmente a eventos turísticos;

- Consultoria, assessoria e outras atividades oferecidas por profissionais prestadores de serviços especializados.

A abordagem dos deslocamentos populacionais relacionados com a organização do trabalho voltados para a produção de bens e serviços podem ser avaliados historicamente em relação:

- À organização taylorista-fordista que fez emergir a cidade urbano-industrial, responsável pelo desenvolvimento da economia de escala e de aglomeração, elementos essenciais no aparecimento do fenômeno metropolização (aparecimento das megacidades);
- Ao processo de reestruturação capitalista, com ênfase na técnica e informatização da economia e da sociedade que tem contribuído para o aprofundamento das mudanças na divisão social do trabalho e o aparecimento de novos processos sociais (societários);
- Às novas formas de trabalho voltadas para a produção de bens não materiais, a exemplo, o infotrabalho (ANTUNES; BRAGA, 2009), responsáveis pela seletividade de movimentos pendulares e possivelmente pela não mobilidade da população.

Acredita-se que esses aspectos nos fornecem indicadores gerais sobre as transformações da economia e da sociedade, que se traduzem em novas modalidades de pendularidade, inclusive a circularidade da população, onde a flexibilidade do trabalho tem exercido influência sobre a seletividade da população posta em movimento (OLIVEIRA, 2009), não só no surgimento de novos processos societários e econômicos advindos da organização da produção como também do uso de novas tecnologias informacionais. Em relação aos trabalhadores, esses processos têm gerado uma insegurança individual e coletiva, com a perda de postos de trabalho (CASTEL, 1998), o que reflete no aumento da exclusão e da segregação socioeconômica, que, no Brasil, se aprofundou com a crise do modelo do Estado Desenvolvimentista, depois dos anos de 1980.

Ao se estudar mobilidade pendular intrametropolitana para trabalhar e/ou estudar no Rio de Janeiro (JARDIM, 2001; JARDIM; ERVATTI, 2007), constata-se que havia diferenças profundas entre as pessoas que faziam esses movimentos; por um lado, a maioria percebia até 5 salários mínimos (cerca de 70%) e, por outro, entre as pessoas com maior instrução e renda (acima de 10 salários mínimos) ganhavam menos que as pessoas, em igual condição, que não se moviam para trabalhar e/ou estudar (Tabela 1). Esta situação mostra que quando as pessoas são postas em movimento, pelo capital, refletem maior potencial laboral mas, no geral, o valor de sua força de trabalho torna-se menor, ou seja, estão expostas a uma maior exploração de seu trabalho traduzida pelo aumento da mais valia relativa da força de trabalho, inclusive entre a mais especializada. Este fato é observado em regiões concentradas de bens e serviços (as grandes metrópoles) especializados, onde a disputa pelo mercado de trabalho torna-se competitivo. Entretanto, o mesmo não se verifica quando se estuda os municípios produtores de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, cujos rendimentos médios eram superiores às pessoas que não realizavam movimentos de pendularidade (JARDIM; ERVATTI, 2009), a população local, invertendo-se, assim, a situação, com supremacia dos indivíduos com altos rendimentos externo à região. O que isto significa? Baixa qualificação da população local e cuja demanda é externa à região, onde as pessoas que realizam a pendularidade e até mesmo a circularidade do trabalho são originárias de regiões concentradas de bens e serviços.

**Tabela 1 - População residente e pessoas que realizaram movimentos pendulares intrametropolitanos, segundo os indicadores selecionados
Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000**

Indicadores selecionados	População residente (%)	Pessoas que realizaram movimentos pendulares intrametropolitanos (%)
Proporção de jovens (pessoas de 10 a 24 anos)	26,2	23,4
Taxa de potencialidade do trabalho (pessoas de 20 a 59 anos)	55,3	86,3
Proporção de pessoas com 60 anos e mais	11,0	3,0
Taxa de analfabetismo funcional	31,9	13,5
Pessoas com 11 anos e mais de estudos	24,6	35,5
Proporção de pessoas com até 5 salários mínimos	71,4	76,0
Proporção de pessoas com 10 salários mínimos e mais	11,2	7,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Tem-se que ter presente que os custos da pendularidade e da circularidade da população ficam, em geral, por conta dos indivíduos quando postos em movimento, em função da economia e da sociedade. As pessoas quando postas em movimento sofrem as consequências do desenvolvimento econômico que, numa primeira etapa, valoriza-se a força de trabalho qualificada, devido à sua escassez, mas, posteriormente, com o aumento de sua oferta, cai o seu valor relativo, mesmo entre as pessoas consideradas com altos rendimentos.

Considerações finais

Os movimentos pendulares da população estão diretamente relacionados com as condições de desenvolvimento econômico e social, cujo desdobramento contemporâneo está relacionado com os mecanismos da reestruturação produtiva, responsáveis por novas formas de trabalho e de mobilidade ou imobilidade espacial da população. A análise desses fenômenos exige novas abordagens, o que implica em novas concepções escalares e classificatórias dos movimentos da população no território, assim como a introdução de novos quesitos nos censos demográficos e em outras fontes de dados correlatos, que nos ajudarão a pensar a mobilidade pendular no sentido de “aprender a repensar o tempo” (AUGÉ, 2010) e o espaço em que se realiza.

Os movimentos pendulares relacionam-se também com a expansão do território metropolitano, o que possibilita, em termos social e geográfico, a criação de novas territorialidades e espaços sociais no lugar de origem e de destino (lugar do domicílio e do trabalho ou estudo, lazer, atividades culturais, entre outras); a mudança de lugar associa-se aos movimentos sociais, que influenciam as políticas urbano-metropolitanas referentes à infraestrutura urbana e social, e à política de transportes. Portanto, vinculam-se à mobilidade residencial da população nas grandes aglomerações urbanas-metropolitanas.

As explicações da pendularidade enfocada somente nas condições econômica e educativa, com base em dados censitários, não conseguem responder nem aclarar a complexidade do fenômeno em questão. Entretanto, apesar de suas limitações é

uma das poucas fontes de dados sobre os movimentos pendulares da população. Há necessidade de se relacionarem outros indicadores explicativos sobre movimentos de população entre o domicílio e o local de trabalho ou estudo; por exemplo, a distância/aproximação, duração, frequência, as condições do deslocamento (transporte) cujos parâmetros são importantes para medir os custos social e econômico das condições da pendularidade, além das condições político-administrativas⁵.

Os movimentos populacionais (pendulares ou não) acompanham o desenvolvimento da economia e da sociedade e, portanto, são expressões contemporâneas de diferentes fenômenos sociais, metropolitanos ou não, que vão além da expansão das cidades e do mercado laboral, seja dentro das metrópoles ou não. São expressões da reestruturação do capital e do trabalho, responsáveis pelo surgimento de novas modalidades espaciais da população, a exemplo, da circularidade da força de trabalho especializada, que pode incluir vários lugares de trabalho e múltiplas residências, especialmente para as pessoas com altos rendimentos e prestadores de serviços especializados.

A mobilidade pendular associa-se à questão da infraestrutura urbana, especialmente, em relação aos transportes urbanos municipal e intermunicipal, e possibilita

[...] identificar as ligações entre municípios que constituem aglomerações urbanas, permitindo o planejamento integrado das redes de transporte disponíveis para atender diferentes pontos das aglomerações urbanas e dimensionar a oferta de público adequado à flutuação da demanda de transporte (CENSO..., 2010, p. 278).

Amplia a questão da permanência no local de trabalho e/ou estudo pelo fato que se indaga, pela primeira vez, se as pessoas retornam do trabalho para casa diariamente e qual é o tempo habitual gasto no deslocamento de sua casa até o trabalho? Esses quesitos nos ajudam a estudar o desgaste da força de trabalho entre o local de residência e/ou estudo e o local de trabalho, elementos essenciais na determinação das condições de vida urbana metropolitana. Entretanto, longe de apontar resoluções para questão dos transportes urbanos, que se realiza através dos transportes privados, em sua maioria são responsáveis pelo aumento das desigualdades no interior dos fluxos pendulares. Ou seja, como pensar nos transportes coletivos, uma vez que a circulação da população no interior das metrópoles é cada vez mais privatizada?

Finalmente, ressaltamos que a pendularidade, por ser tratar de um fenômeno múltiplo, cujos determinantes estão relacionados com a organização social, econômica e política, atribuída pelas diferentes ações relacionadas com a mudança de lugar. Entretanto, a questão da mudança de lugar não tem sido tratada devidamente, no sentido que tem sido vista como uma variável exógena responsável pela explicação da expansão e da dinâmica territorial da população, especialmente num contexto metropolitano. Explica-se que a mobilidade pendular, enquanto variável exógena torna-se mais fácil descrever a sua trajetória do que defini-la, em suas múltiplas causas e determinantes. Neste sentido, a discussão sobre os acontecimentos que põem a população em movimento refere-se, usualmente, a descrição dos fluxos, as

⁵ O Censo Demográfico 2010 inclui a questão da duração, do tempo gasto entre a residência e o local de trabalho.

características econômica e social, mas nem sempre consegue conceituar o fenômeno nem explicar os seus determinantes.

Enfatiza-se, finalmente, que o acesso a novas tecnologias facilitou a mobilidade da população, mas as condições de mudança de lugar não necessariamente. Entretanto, a lógica econômica sobre a mobilidade pendular é “para definir um ideal técnico de produtividade” (AUGÉ, 2010, p. 108) do trabalho e do capital. A crença de que a técnica (HABERMAS, 2009) resolveria os problemas de mobilidade territorial e do bem-estar da população residente nos grandes centros urbanos, contribuiu também para que aumentasse as desigualdades na forma e nas condições de ir e vir no interior, especialmente, das metrópoles.

Referências

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009. 252 p. (Mundo do trabalho).

AUGÉ, M. *Por uma antropologia da mobilidade*. Tradução de Bruno César Cavalcanti e Rachel Rocha de A. Barros; revisão de Maria Stela Torres B. Lameiras. Maceió: Ed. da UFAL; São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. 109 p.

BECKER, H. S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 295 p.

BELL, M.; WARD, G. Comparing temporary mobility with permanent migration. *Tourism Geographies*, London: Routledge, v. 2, n. 1, p. 97-107, 2000. Disponível em: <http://espace.uq.edu.au/eserv/UQ:7964/mb_gw_tg.pdf>. Acesso em: maio 2011.

BOURDIEU, P. Espaço social e gênese das classes e a identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica. In: _____. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1989. p. 107-171. (Memória e sociedade).

CASTEL, R. A nova questão social. In: _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 495-591. (Coleção Zero à esquerda).

CENSO demográfico 2010: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DICCIONARIO demográfico multilingüe. Versão em Espanhol a cargo de Guillermo A. Macció. 2. ed. Lieja, Bélgica: Ediciones Ordina, 1985. 194 p. Acima do título: Unión International para el Estudio Científico de la Población, Centro Latinoamericano de Demografía.

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1995. 128 p.

DURKHEIM, É.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. Tradução de Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1981. (Estudos, 47).

GERMANI, G. *Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados à América Latina*. Tradução de Eurico de Lima Figueiredo. São Paulo: Mestre Jou, 1974. 261 p. (Biblioteca de Sociologia).

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: _____. *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978. (Novas direções).

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 444 p. (Perspectivas do homem. Série política, 35).

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2009. 147 p. (Biblioteca de filosofia contemporânea, v. 3).

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992. 349 p.

JARDIM, A. de P. *Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro*. 2001. 266 p. Tese (Doutorado)-Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/583/625>>. Acesso em: maio 2011.

_____. *Pensando o espaço e o território na metrópole do Rio de Janeiro: refletindo possibilidades analíticas sobre migrações intrametropolitanas*. Rio de Janeiro, 2007. 190 p.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. *Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 39 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 26). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc26-07.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

_____. *Movimentos pendulares e circulares da população na região petrolífera do Estado do Rio de Janeiro: reflexões analíticas*. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Tradução de Celia Neves e Alderico Torebio; revisão de Celia Neves. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976. 248 p.

LE BRAS, H. *L'adieu aux masses*. La Tour-d'Aigues: Aube, 2002. 89 p. (Monde en cours. Série intervention).

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães. São Paulo: Busca Vida, 1987. 210 p. (Xeque Marx).

MÓDENES CABRERIZO, J. A. *Flujos espaciales e itinerarios biográficos: la movilidad residencial en el área de Barcelona*. 1998. 206 p. Tese (Doutorado)-Departament

de Geografia, Facultat de Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1998. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/4933/jamc1de4.pdf?sequence=1>>. Acesso em: maio 2011.

OLIVEIRA, A. T. R. de. *A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil no pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. 2009. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2009.

PAUL, P. *Os diferentes níveis de realidade: o paradoxo do nada*. Tradução de Américo Sommerman. 2. ed. São Paulo: Polar Editorial, 1998, 65 p.

PINTO, A. V. *El pensamiento crítico en Demografía*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, 1973. 454 p. (Serie E - Centro Latinoamericano de Demografía, n. 8).

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p. (Geografia, teoria e realidade. Série "Linha de frente").

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2002. 230 p. (A obra-prima de cada autor, 49).

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história da literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 439 p.

Migração internacional

Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios

Marden Barbosa de Campos*

Introdução

A migração de brasileiros para outros países tornou-se um tema importante nos últimos anos, tanto nos meios acadêmicos e governamentais como através da repercussão que ganhou na mídia e nos meios de comunicação. De país tipicamente receptor de imigrantes, a partir da década de 1980 o Brasil passou a ser uma importante região de origem de emigrantes internacionais. As preocupações com os fluxos de migrantes estrangeiros para o Brasil também têm ganho destaque, principalmente de sul-americanos e africanos.

Embora vários estudos tenham dedicado-se ao estudo das migrações internacionais no Brasil, há um desafio em estimar o número de brasileiros que vivem no exterior, e também o volume de entradas e saídas de população no País. Isso ocorre porque parte significativa destes fluxos migratórios, tanto de imigrantes quanto de emigrantes, é constituída do que se convencionou chamar de “ilegais” ou “clandestinos”. Isso impossibilita que se conheçam seus verdadeiros números através dos registros administrativos e pesquisas domiciliares.

Algumas estimativas dão conta de que mais de 60% dos emigrantes brasileiros para os Estados Unidos entraram de forma irregular naquele país (SOARES; FAZITO, 2008).

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Unidade Estadual de Minas Gerais.

As estimativas do número de brasileiros vivendo no exterior variam de uma fonte para outra, além do fato de que, em cada estimativa, costuma haver uma amplitude de milhões de indivíduos. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), o número de brasileiros residindo no exterior situa-se entre 2 e 3,7 milhões de pessoas (BRASIL, 2008). Já para a Organização Internacional para as Migrações - OIM, o número de brasileiros vivendo no exterior varia entre 1 a 3 milhões (PERFIL..., 2010). As principais regiões de destino dos migrantes são os Estados Unidos, Japão e alguns países da América do Sul e da Europa (PERFIL..., 2010). Esses números são estimados com base em dados das embaixadas do Brasil no exterior. Quanto às estimativas de saldo migratório internacionais têm sido feitas com base nos resultados dos censos.

Com relação aos imigrantes internacionais vivendo no Brasil, a principal fonte de informação são os Censos Demográficos do IBGE. É provável, entretanto, que esses dados não relatem o número real de imigrantes, dado que parte considerável destes vive ilegalmente no País e pode resistir a prestar informação ou mesmo omitir sua situação migratória.

Estudos tem verificado que, a partir da década de 1980, houve um aumento do número de naturais dos países do Cone Sul vivendo no Brasil (SALA; CARVALHO, 2008), assim como a intensificação da migração de bolivianos (SILVA, 2006), além de africanos e asiáticos (BAENINGER; LEONCY, 2001).

Segundo Sala e Carvalho (2008), que estudam a presença dos migrantes de países do Cone Sul no Brasil:

No período 1991-2000, mantiveram-se as tendências das migrações internacionais no Brasil, caracterizadas pela emigração de brasileiros, a quase ausência dos fluxos de ultramar, outrora clássicos (de Portugal, Espanha, Itália), a imigração não-tradicional (como de Angola e outros países de África lusófona) e o incremento dos fluxos migratórios regionais para o Brasil (SALA; CARVALHO, 2008, p. 287).

Podemos perceber que, embora a migração internacional seja um tema de relevância crescente no País, ainda existem desafios para sabermos qual o número real de migrantes que deixam e que ingressam no Brasil a cada ano. Os registros administrativos não dão conta desses número e, por isso, faz-se necessário lançar mão de dados censitários para a realização das estimativas. Nesse sentido, os censos vêm sendo aprimorados para poder aumentar a precisão dos estimativas de migração internacional, culminando com a inclusão de novos quesitos sobre o tema em 2010.

Esse trabalho trata das estimativas de migrantes internacionais feitas com base em dados censitários, apresentando os procedimentos de estimação e os desafios metodológicos colocados à realização dos cálculos. A segunda seção apresenta as técnicas de estimação de saldos migratórios internacionais com base em dados censitários, assim como os resultados das estimativas feitas para as últimas décadas do século passado. A terceira seção trata das possibilidades de estimação da migração internacional com base nos quesitos do Censo Demográfico 2010. Busca-se mostrar que, aliados aos desafios metodológicos que acompanharam os procedimentos de estimação realizados nos últimos anos e que permanecerão quando os dados do Censo 2010 forem divulgados, os novos quesitos de migração incorporados ao questionário trarão novos desafios metodológicos, mas, também, trarão novas possibilidades de entendimento da questão migratória do País. Na quarta e última seção, são apresentadas as conclusões do trabalho.

Estimativas de fluxos migratórios internacionais com base em dados censitários

As principais fontes de dados para medidas de migração internacional são registros administrativos, dados de controle de fronteira ou pesquisas de campo, que incluem censos e pesquisas domiciliares de diferentes tipos.

Basicamente, a migração internacional possui dois tipos de medidas: medidas de fluxos e medidas de estoques. Os fluxos representam a quantidade de migrantes chegando ou saindo de um país em determinado período de tempo. Já o estoque é definido como o total de migrantes internacionais presentes em um país em um determinado período (BILSBORROW et. al., 1997). Nesse sentido, podemos afirmar que, enquanto as medidas de fluxos medem “migrações”, as medidas de estoque medem “migrantes”. Teoricamente, a migração só é possível de ser medida com base em registros administrativos contínuos que computem todos os deslocamentos realizados em uma determinada região. As informações captadas pelos censos, foco da análise desse trabalho, normalmente medem um deslocamento específico do migrante (o último ou o realizado entre duas datas predeterminadas) e, por isso, ao invés de medirem migração, contabilizam o número de migrantes que não reemigraram e que sobreviveram até a data de referência dos censos.

Podemos considerar que os censos são a base de dados mais completa sobre migração existente no Brasil. No caso da migração internacional, os últimos censos¹ contêm informações sobre país estrangeiro de nascimento, o tempo de moradia no Brasil e o país estrangeiro de residência anterior (última etapa migratória), além do país estrangeiro de residência a cinco anos exatos antes da data de referência do censo (informação de data fixa). Todas essas informações também foram investigadas no Censo 2010, cujos questionários encontram-se em anexo.

O número de migrantes pode ser medido com base nos dados censitários de forma direta ou indireta. As informações consideradas “diretas” são aquelas extraídas das respostas dadas pelos entrevistados às perguntas do questionário. Já as informações “indiretas” são derivadas de respostas a um ou mais quesitos, utilizando-se de uma ou mais fontes de dados.

Um dado obtido de forma direta e que é bastante utilizado para o estudo de migrações internacionais é referente ao país de nascimento. Com base nessa informação, pode-se calcular o estoque acumulado de estrangeiros que viviam no País na data de referência de cada censo. É uma informação útil para a análise das características dos migrantes e da variação dos estoques de estrangeiros em um país. Entretanto, esse quesito possui a limitação de não informar o momento em que se deu a migração e também não computar as migrações de retorno dos naturais do país. Por isso, não fornece o número real de migrantes internacionais de um determinado período e também não pode ser utilizado para o cálculo de saldos migratórios internacionais.

Há um outro quesito que investiga qual era o último país de residência do indivíduo, antes deste ter se mudado para o Brasil. Esse quesito qualifica os migrantes internacionais de “última etapa”. Com base nele, podemos calcular o número de imigrantes internacionais do País no último decênio, independente de terem

¹ As análises foram desenvolvidas tendo como referência os quesitos de migração presentes nos questionários dos Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010, realizados pelo IBGE.

nascido no exterior ou no Brasil. Para esses indivíduos, também é possível saber a quanto tempo se deu a imigração, dado que há outro quesito que investiga o tempo ininterrupto de residência no País. Isso possibilita situar as migrações temporalmente na década anterior ao censo. A limitação dessa informação é que, caso o imigrante internacional também tenha realizado uma etapa migratória dentro do País na década anterior ao censo, posterior à imigração internacional, o censo não captará a migração internacional desse indivíduo, já que investiga apenas a última etapa migratória².

O outro quesito com o qual se fazem cálculos diretos de migração internacional é o que indaga sobre o local de moradia do indivíduo em uma data fixa anterior à data de referência do censo, que no caso brasileiro é de exatos cinco anos. O chamado migrante internacional de “data fixa” é o indivíduo que, exatamente cinco anos antes da data de referência do censo, residia no exterior, independente de ter ou não realizado outras etapas migratórias nesse período. A partir desse quesito, é possível medir o efeito direto da migração entre um ou mais países e o Brasil, nos cinco anos anteriores ao censo.

A partir das informações diretas de migração descritas acima não é possível estimar o saldo migratório internacional do País, dado que, com base nelas, não sabemos o número de emigrantes internacionais do período. Até o Censo 2000, apenas pela via indireta era possível realizar estimativas de saldos migratórios internacionais.

Esse cálculo consiste em realizar uma estimativa por resíduo. Faz-se isso comparando o tamanho da população esperada do País (fechada à migração internacional) ao final de cada década com aquela que foi efetivamente observada no censo (sob influência da migração internacional). Estima-se a população esperada aplicando-se uma função de sobrevivência à população observada no início do período. A diferença entre a população esperada e a população observada no final do período será atribuída à migração internacional.

Para realizar esse procedimento, é preciso que haja ausência de erros de declaração de idade, perfeita cobertura censitária e que se utilize funções de mortalidade e fecundidade adequadas para calcular a função de sobrevivência entre os censos. Segundo Carvalho e Rigotti (1998), que propõem sugestões para análise dos dados censitários brasileiros sobre migrações, o saldo obtido pela via indireta apresenta o “verdadeiro conceito de saldo migratório”, que mede a contribuição das migrações ao (de)crescimento populacional do período entre duas datas-fixas (as datas dos censos). Deve-se ressaltar que a estimativa do saldo migratório por técnica indireta representa a diferença entre os imigrantes e os emigrantes do Brasil com o resto do mundo, e não com um país específico (CARVALHO; MACHADO, 1992).

Uma limitação das técnicas indiretas é não poder calcular, separadamente, os imigrantes e os emigrantes e, assim, também não é possível estabelecer a origem e o destino dos fluxos migratórios. Além disso, os pressupostos de ausência de erros de declaração de idade e perfeita cobertura censitária devem ser atendidos, além do fato de que a precisão dos resultados depende do uso de funções de sobrevivência (mortalidade) adequadas³.

Até o Censo 2000, a estimativa dos emigrantes internacionais só poderia ser feita pela combinação das técnicas direta e indireta de estimação, conforme realizado por Soares (2002) e por Carvalho e outros (2001). Utilizando-se o Censo 2010 haverá

² Devido a mudanças ocorridas entre os censos no quesito que investiga a última etapa migratória, essa foi considerada como migração entre municípios nos Censos 1991 e 2010 e entre Unidades da Federação em 2000.

³ Para detalhes sobre as estimativas indiretas e os pressupostos utilizados, ver Carvalho (1982).

outra possibilidade de estimar este número, devido à inclusão de um quesito que indaga sobre a presença de indivíduos residentes no exterior. As potencialidades e limitações dessa informação serão discutidas na próxima seção.

A partir de técnicas indiretas de estimação, Carvalho (1996) chegou à conclusão que o Brasil, entre 1980 e 1990, teria experimentado uma perda líquida de aproximadamente 1,8 milhão de pessoas através dos fluxos migratórios internacionais, sendo 1,05 milhão de homens e 750 mil mulheres. Já Oliveira e outros (1996) estimaram a perda de 1,3 milhão de brasileiros com 20 a 44 anos de idade no mesmo período.

Para a década seguinte, feitas as correções de variação da cobertura censitária, Carvalho e Campos (2006) chegaram à estimativa de um saldo migratório internacional negativo de 550 mil pessoas, correspondente à perda líquida de 294 mil homens e de 256 mil mulheres, entre aqueles com 10 anos ou mais de idade em 2000.

Com base nas estimativas apresentadas, observamos que houve uma queda nas perdas de população do Brasil para o resto do mundo. A partir da divulgação dos dados do Censo 2010, teremos a possibilidade de confirmar ou não essa tendência, além de buscar outros números com base nos novos quesitos sobre migração internacional que foram incluídos no questionário.

Possibilidades de captação dos fluxos migratórios internacionais com base no Censo 2010: velhos e novos desafios

Os quesitos de migração do Censo 2010 investigaram, no que tange à migração internacional, qual o país de nascimento dos entrevistados, em que país estrangeiro moravam antes de se mudar para o município de residência atual, qual o tempo ininterrupto de moradia no município e em que país estrangeiro viviam em 31 de julho de 2005. Assim com nos censos anteriores, esses quesitos foram investigados apenas no questionário da amostra⁴.

Conforme descrito na seção anterior, esses quesitos fornecem o número de imigrantes internacionais do País na última década, por origem, além de possibilitarem que se trace um perfil dos imigrantes, a partir do cruzamento com os demais dados levantados pelo censo. Além disso, ainda será possível saber, separadamente, o total de indivíduos residentes no Brasil que trabalhavam ou que frequentavam a escola em algum país estrangeiro.

Também será possível estimar o saldo migratório internacional indiretamente, por resíduo, de acordo com os procedimentos descritos na seção anterior.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que alguns quesitos investigados no questionário da amostra poderão auxiliar na estimativa de uma função de sobrevivência mais precisa para a década de 2000, o que influenciará diretamente no cálculo do saldo migratório internacional por resíduo. Esses quesitos investigaram a orfandade materna e a mortalidade infantil e podem ser utilizados para calcular as taxas de mortalidade e funções de sobrevivência do Brasil na última década.

A maior inovação trazida pelo Censo 2010 com relação ao estudo da migração internacional foi a presença do quesito que investigou se alguma pessoa que morara

⁴ A fração amostral variou conforme o tamanho da população dos municípios: de 5% dos domicílios nos municípios com mais de 500 000 habitantes até 50% dos domicílios nos municípios com até 2 500 habitantes. A fração amostral total foi de 11% dos domicílios no País (MODELO..., 2010).

anteriormente com o entrevistado estava morando em outro país em 31 de julho de 2010. Para os casos afirmativos, investigou-se também o sexo, o ano de nascimento, o ano da última partida do Brasil para morar em outro país e qual era o país de residência na data de referência do censo.

Segundo o IBGE:

O objetivo desse bloco de questões é obter o perfil, por sexo e idade, dos brasileiros que se mudaram para o exterior, bem como captar os fluxos migratórios internacionais. Além disso, a partir dessas informações, será possível conhecer o perfil familiar e socioeconômico desses emigrantes (MODELO..., 2010, p. 8-9).

Esses quesitos foram investigados em todos os domicílios do País, dado que a migração internacional é um evento raro e concentrado espacialmente no território. Segundo Fusco (2006), essa concentração está associada aos efeitos da utilização do capital social dos migrantes, representada pelas conexões entre os brasileiros que vivem no Brasil e no exterior.

A análise das respostas desses quesitos trará informações sobre o perfil etário dos migrantes, por sexo, além de possibilitar estabelecer conexões entre os municípios brasileiros e os países de destino dos migrantes. Também fornecerá informações sobre a emigração por período. Deve-se ressaltar que o cruzamento dessas informações com as respostas das outras variáveis investigadas pelo Censo 2010 possibilitará realizar análises detalhadas das características dos domicílios que “enviaram” parte de seus membros para o exterior.

Como exemplo, podemos citar a possibilidade de captação do impacto das remessas internacionais enviadas pelos emigrantes para seus domicílios de origem, a partir da análise do rendimento mensal dos domicílios, também investigado no Censo 2010.

Segundo a OIM, o Brasil é o segundo maior receptor de remessas da América Latina, atrás somente do México (PERFIL..., 2010). Embora essas remessas não apresentem um efeito desenvolvimentista nacional, podem ter efeito localizado nos municípios para onde se destinam.

Podemos citar, como exemplo, o Município de Governador Valadares, em Minas Gerais. Segundo Soares (2002), que estuda a migração internacional em Governador Valadares e Ipatinga, a remessa de parte considerável da renda pessoal do emigrante para Governador Valadares dinamiza, por causa das condições de troca mais favoráveis da moeda estrangeira, atividades econômicas locais, com destaque para o setor imobiliário. Nesse caso, o impacto das remessas pode alterar a condição de ocupação do domicílio (próprio, alugado, cedido, etc.), que também foi investigada no questionário básico do Censo 2010.

Em uma análise dos migrantes internacionais regulares e irregulares de Governador Valadares, Soares e Fazito (2008) afirmam que:

Governador Valadares é uma cidade média da região sudeste do Brasil, tem aproximadamente 240.000 habitantes, e possui uma economia regional fortemente dependente das remessas internacionais de imigrantes valadarenses residentes nos EUA – segundo Soares (1995), de 1980 a 1994 foram investidos no setor imobiliário da cidade aproximadamente US\$ 150 milhões provenientes da migração, alguns bairros da cidade foram remodelados à custa do dinheiro das remessas (SOARES; FAZITO, 2008, p. 7).

O quesito que investigou o valor recebido de transferências, constante no questionário da Amostra, também pode auxiliar na análise desse fenômeno.

Por fim, devemos destacar que o cruzamento dos dados de emigração internacional com os demais quesitos do Censo 2010 sobre migração pode, por exemplo, trazer evidências da associação entre migração e redes sociais. As redes sociais, segundo Massey e outros (1993), conectam migrantes, migrantes de retorno e não migrantes nas áreas de origem e destino e aumentam a probabilidade de ocorrência da migração internacional, ao reduzirem os custos e riscos do deslocamento. A presença de imigrantes internacionais e de retornados no domicílio que “forneceu” emigrantes internacionais pode ser um indicativo da operação de uma rede social de migração. A informação de que mais de um morador do domicílio vivia no exterior, tendo partido em datas diferentes, também pode ser um indicativo da rede social favorecendo a migração.

Apesar das possibilidades de análise das migrações internacionais que surgem com esse novo quesito, temos que estar atentos às limitações do mesmo, devido à sua forma de captação da informação.

Sua primeira limitação decorre da incerteza sobre quem será considerado como pessoa que morava anteriormente com o entrevistado e que, na época do censo, estava morando fora do País. Não há restrições sobre em qual domicílio do entrevistado o emigrante teria morado, se no domicílio atual ou em outro domicílio que ele residiu anteriormente. Isso pode levar à multiplicação da informação dos emigrantes, caso tenha havido fragmentação da unidade domiciliar e “ex-conviventes” reportem a migração do mesmo indivíduo.

Esse fato foi lembrado por Ervatti e Oliveira (2010), que apontam perspectivas recentes para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil, e também é citado no Relatório das Nações Unidas (RECOMMENDATIONS..., 1998), que alerta que pessoas que emigraram a muito tempo podem ser desconsideradas nesse tipo de questão. Nesse sentido, Bilsborrow e outros (1997) afirmam que essa informação é subordinada à aplicação correta do conceito de morador e que, com o passar do tempo e as mudanças de domicílio, aumentam as chances de omissão dos emigrantes.

Contudo, com base na literatura consultada que trata das estimativas de emigração internacional de parentes e ex-moradores do domicílio, a maior limitação desse quesito é a perda de informação gerada pela falta de um informante para prestar informação sobre o migrante, dado que ele tem que ter deixado alguém no país de origem para responder por ele. Isso ocorre quando todos os membros do domicílio migram para o exterior ou devido ao falecimento de indivíduos que viviam anteriormente com o emigrante internacional.

Zlotnik (1987) faz uma avaliação de estimativas do estoque de emigrantes internacionais com base nas informações censitárias de parentes (filhos e irmãos) residindo em outros países. A autora analisa dois tipos de quesitos: um que investiga sobre a presença de irmãos vivendo no exterior; e outro que pergunta às mães se têm filhos residindo no exterior. Segundo a autora, esses métodos necessitam de muitas informações adicionais para realizar a estimativa do total de emigrantes internacionais, dado que precisam estimar indiretamente os casos de mães ou irmãos que migram em família, além da mortalidade de potenciais informantes ocorrida antes da entrevista dos censos. Nos casos em que foram aplicados procedimentos de correção dessas limitações, o percentual de ajuste das estimativas foi significativo, em alguns casos chegando a dobrar o número de migrantes captados diretamente pelos questionários.

Bilsborrow e outros (1997) também afirmam que esse tipo de questão traz resultados incertos, e que os dados precisam ser validados a partir de outras evidências,

pois o total de migrantes certamente estará subestimado. Contudo, os autores afirmam que, caso realmente deseje-se utilizar esse tipo de quesito, que se opte pelo que investiga sobre a emigração de filhos, que gera estimativas mais precisas. Os autores justificam essa escolha pelo fato de informações baseadas em laços demográficos, como relações de parentesco, serem mais precisas do que aquelas baseadas em relações socioeconômicas, como ter morado no mesmo domicílio.

É importante afirmar que os estudos citados acima criticam estimativas coletadas com base em emigrantes que possuíam alguma relação de parentesco com o entrevistado, estimativas para as quais existem modelos demográficos de correção e estimação do total de migrantes. No caso do Censo 2010, não foi investigada a relação de parentesco entre os emigrantes e o informante, o que acarretará em um esforço metodológico adicional caso se queira estimar o estoque de emigrantes internacionais com base nessa informação. De qualquer forma, conforme descrito anteriormente, os resultados provavelmente fornecerão novas perspectivas de análise à questão das migrações internacionais do Brasil e colocarão novos desafios para a estimação do número de brasileiros vivendo atualmente em outros países.

Conclusão

A falta de registros administrativos confiáveis e a situação “clandestina” de parte dos migrantes internacionais, tanto entre os que saem como entre os que chegam ao Brasil, exige um esforço metodológico para que estimativas do número de migrantes e saldos migratórios internacionais sejam precisos e forneçam informações confiáveis.

Nesse sentido, os Censos Demográficos são considerados a fonte de dados mais completa sobre migração do País, dado que fornecem dados diretos sobre os estoques de migrantes e também possibilitam, utilizando-se técnicas indiretas, estimar o saldo migratório internacional.

Devemos ressaltar, entretanto, que as estimativas de migração internacional estão submetidas a certas limitações. Essas têm sido enfrentadas como desafios metodológicos na busca de aumentar a precisão dos resultados. O uso de funções de mortalidade adequadas, por exemplo, é um dos principais desafios para se calcular os saldos migratórios internacionais por uma técnica de resíduo.

O Censo 2010 mantém os quesitos sobre migração dos censos anteriores e também possui informações para a estimação da mortalidade da população, possibilitando enfrentar esses desafios e aprimorar o resultado das estimativas. Além disso, novos desafios metodológicos surgirão com a divulgação dos dados dos quesitos que investigaram sobre a presença de indivíduos residentes no exterior. Entretanto, enfrentados os desafios, novas possibilidades de análise surgirão com esses quesitos, contribuindo para a compreensão das migrações internacionais recentes e lançando luz a novos debates sobre esse importante aspecto da sociedade brasileira.

Referências

AGOSTINHO, C. S.; QUEIROZ, B. L. Estimativas da mortalidade adulta para o Brasil no período 1980/2000: uma abordagem metodológica comparativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo

Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1042.pdf>. Acesso em: maio 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Grupo de Trabalho de Migrações. *Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/textosgenericos/GTMig_sugestoes_CD2010.pdf>. Acesso em: maio 2011.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: SEMINÁRIO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS, 1., 2000, Brasília, DF. *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, 2001. p. 187-242. Disponível em: <http://www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm>. Acesso em: maio 2011.

BILSBORROW, R. E. et al. *International migration statistics: guidelines for improving data collection systems*. Geneva: International Labour Office, 1997. 441 p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Brasileiros no mundo: estimativas*. Brasília, DF: 2008. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/IMDH/fckeditor/editor/filemanager/connectors/aspx/userfiles/file/Brasileiras_Brasileiros%20no%20Exterior/brasileiros_no_mundo_estimativas.pdf>. Acesso em: maio 2011.

CARVALHO, J. A. M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: maio 2011.

_____. O saldo dos fluxos migratórios internacionais no Brasil na década de 80: uma tentativa de estimação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 13, n. 1, p. 227-237, jan./jun. 1996.

CARVALHO, J. A. M. de; CAMPOS, M. B. de. A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 55-58, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a05v2057.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

CARVALHO, J. A. M. de; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 9, n. 1, p. 22-34, jan./jul. 1992. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol9_n1_1992/vol9_n1_1992_2artigo_22_34.pdf>. Acesso em: maio 2011.

CARVALHO, J. A. M. de; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. *Revista Brasileira de Estudos*

de *População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_2artigo_7_17.pdf>. Acesso em: maio 2011.

CARVALHO, J. A. M. de et al. Estimativa dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil - 1986/1991 e 1991/1996. In: SEMINÁRIO SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS, 1., 2000, Brasília, DF. *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD, 2001. p. 243-252. Disponível em: <http://www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm>. Acesso em: maio 2011.

CENSO demográfico 2010: questionário básico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 4 p. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/download/questionarios/centso2010_basico.pdf>. Acesso em: maio 2011.

CENSO demográfico 2010: questionário da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 10 p. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/download/questionarios/centso2010_amostra.pdf>. Acesso em: maio 2011.

ERVATTI, L. R.; OLIVEIRA, A. T. R. de. Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2010. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_6/abep2010_1981.pdf>. Acesso em: maio 2011.

ESTIMATION of adult survivorship probabilities from information on orphanhood and widowhood. In: MANUAL X: indirect techniques for demographic estimation. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1983. cap. 4. (Population studies, 81). Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/Manual_X/Manual_X.htm>. Acesso em: maio 2011.

FUSCO, W. Conexão origem-destino: migrantes brasileiros no exterior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_638.pdf>. Acesso em: maio 2011.

MARTES, A. C. B.; SOARES, W. Remessas de recursos dos imigrantes. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 41-54, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a04v2057.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, New York: Population Council, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sept. 1993.

MODELO de investigação e conteúdo dos questionários do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. Notas sobre a migração internacional no Brasil na década de 80. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Núcleo de Economia Social Urbana - Nesur e Núcleo de Estudos de População - NEPO, 1996. v. 2: Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI. p. 239-257. Trabalho originalmente apresentado ao Seminário Migração Internacional e Cidadania, Brasília, DF, 1995.

PERFIL migratório do Brasil 2009. Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD: Organização Internacional para as Migrações - OIM: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2010. Disponível em: <http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf>. Acesso em: maio 2011.

RECOMMENDATIONS on statistics of international migration. Rev. 1. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1998. 96 p. (Statistical papers. Series M, n. 58). Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_58rev1E.pdf>. Acesso em: maio 2011.

SALA, G. A.; CARVALHO, J. A. M. de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 25, n. 2, p. 287-304, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol25_n2_2008/vol25_n2_2008_7artigo_p287a304.pdf>. Acesso em: maio 2011.

SILVA, S. A. da. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

SOARES, W. *Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga*. 2002. 344 p. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FACE-5NGJ5E/1/weber_soares.pdf>. Acesso em: maio 2011.

SOARES, W.; FAZITO, D. *Quando o "direito de escolha" não é um direito: da distinção estrutural entre migrantes internacionais regulares e irregulares em Governador Valadares*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1040.pdf>. Acesso em: maio 2011.

ZLOTNIK, H. La utilización de información sobre residencia de parientes para medir la emigración internacional. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, n. 45, p. 25-65, dic. 1987.

Anexos

1. Questionário Básico

3 PARA DOMÍCIOS PARTICULARES - EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL				
3.01 - ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S) ESTAVA MORANDO EM OUTRO PAÍS EM 31 DE JULHO DE 2010? <input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 3.02) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe 4.01)				
3.02 - NOME siga 3.03	3.03 - SEXO 1 - M 2 - F siga 3.04	3.04 - ANO DE NASCIMENTO siga 3.05	3.05 - ANO DA ÚLTIMA PARTIDA PARA MORAR EM OUTRO PAÍS siga 3.06	3.06 - PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 31 DE JULHO DE 2010 combo com lista de países (com 3 caracteres digitados) siga 4.01
<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>

2. Questionário da Amostra

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (se 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) <input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (passe ao 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe 6.24) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.20)	
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? <input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe 6.22) <input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21) <input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? <input type="text"/> ANO siga 6.22	
6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO abrir combo de UF <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados)	
<input type="text"/> 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO siga 6.23	<input type="text"/> 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO

6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)?
(SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)

siga 6.24
N.º DE ANOS

6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUÇÃO NESTE MUNICÍPIO?
(SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)

(Se mora há menos de 10 anos siga 6.25.
N.º DE ANOS Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27.
Caso contrário, passe ao 6.28)

6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO?

1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO

6.251 - UF **abrir combo de UF** 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO **abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados)**

6.253 - MUNICÍPIO

abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados) (Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 5 anos ou mais de idade siga 6.26.
Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade passe ao 6.27.
Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)

6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005?

1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO 2 - PAÍS ESTRANGEIRO

abrir combo de UF 6.261 - UF **abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados)**

6.263 - MUNICÍPIO 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO

abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados) (Se tem 5 anos ou mais de idade siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)

Fontes de dados para os deslocamentos populacionais

Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil

Leila Regina Ervatti*
Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira**

Introdução

O presente artigo pretende abordar as possibilidades analíticas, para a melhor apreensão do fenômeno migratório, que se vislumbram para a década de 2010, a partir dos resultados do Censo Demográfico 2010 e do Suplemento Migração da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua.

Diversos autores, entre outros Oliveira (2008), Bilsborrow (1998), Faist e outros (1997), Massey e outros (1993), tratam da necessidade de se produzir informações para que se possa construir um melhor conhecimento a respeito do comportamento das migrações nos últimos anos, sejam esses deslocamentos de caráter interno ou internacional. De um modo geral, esses autores entendem que os movimentos de população sofreram profundas alterações ao mesmo tempo em que se assistia importantes transformações na realidade econômica, política e social em parte significativa dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

* Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

** Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

No que tange ao Censo Demográfico 2010, as recomendações expressas no documento *Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o Censo Demográfico de 2010*, do Grupo de Trabalho de Migrações, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, doravante citado como (ABEP, 2007), foram integralmente incorporadas ao questionário. Dentre elas, destacam-se: i) a permanência do quesito sobre a migração numa data fixa cinco anos antes; ii) o retorno do quesito de última etapa desagregado até o nível municipal; iii) perguntas sobre emigração internacional; e iv) a investigação dos movimentos pendulares, separada por motivo de trabalho ou estudo.

Em relação ao Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD¹, do qual a PNAD Contínua é um dos levantamentos, e que se encontra em fase de planejamento, foi realizado o teste do Suplemento Migração no trimestre julho-setembro/2010. Este teste envolveu toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e foram testadas perguntas que tratam das trajetórias migratórias, redes sociais, motivação e do perfil educacional e laboral do migrante no lugar de origem. Além disso, os deslocamentos pendulares para estudo e trabalho foram tratados diretamente no corpo básico da PNAD Contínua.

Cabe salientar que, quando da efetiva implementação do SIPD, a PNAD Contínua terá uma amostra maior e melhor distribuída pelo Território Nacional, em comparação com o formato atual. O Suplemento Migração, que, a princípio será aplicado no segundo trimestre do ano civil, investigará uma quantidade de domicílios maior ou igual ao tamanho atual da PNAD.

Além dessa introdução, o artigo trata da abordagem da migração no questionário do Censo Demográfico 2010, com destaque para as novas questões, detalha a proposta para o Suplemento Migração da PNAD Contínua, encerrando com as Considerações Finais.

O Censo Demográfico 2010

Os quesitos que investigam o fenômeno migratório nos Censos Demográficos se ampliaram até o Censo Demográfico 1991 - considerado o mais rico no que diz respeito à investigação da migração interna -, buscando suprir a carência de informações a respeito dos deslocamentos de pessoas no Território Nacional e também da imigração internacional. Há que se ter em mente que a captação da informação sobre este fenômeno deve, na medida do possível, acompanhar as transformações observadas na distribuição da população em todo o Território Nacional, buscando apreender as novas formas de mobilidade populacional.

A partir da divulgação dos resultados da amostra do Censo 1991, as análises do tema se intensificaram e pode-se afirmar que houve um aumento significativo na produção de trabalhos abordando o tema migração, dado à riqueza de informações que o levantamento proporcionou. Este bloco no Censo 1991 permitiu a investigação da migração interna, nos níveis municipal, estadual e intramunicipal (migração rural/urbana - urbana/rural), sendo investigado também o tempo de residência na Unidade da Federação e no município. Investigou a imigração internacional através da pergunta sobre a nacionalidade dos residentes no Brasil, permitindo a obtenção do número de imigrantes estrangeiros por ano de chegada ao Brasil, bem como o perfil etário

¹ Informações complementares podem ser obtidas no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>>.

dessa população. Além disso, o Censo 1991 foi marcado pela inclusão do quesito sobre residência anterior numa data fixa, que permite a obtenção do saldo líquido migratório de forma direta.

O Censo Demográfico 2000 deixou de captar a informação sobre a última etapa migratória para o nível municipal, gerando uma perda no que diz respeito à comparabilidade com os censos anteriores e limitação nas análises da migração intraestadual.

O Censo Demográfico 2010 buscou recuperar a informação sobre a última etapa migratória no nível municipal, porém perdeu a informação sobre migração intramunicipal no quesito de data fixa (rural/urbana - urbana/rural). O maior ganho, no entanto, trata-se da inclusão do quesito sobre emigração internacional no questionário básico, informação de extrema importância para a realização das projeções populacionais, que passaria incorporar essa informação no seu modelo.

A seguir serão apresentados, por tipo de questionário (básico e da amostra), os quesitos referentes ao bloco de migração interna e de emigração internacional investigados no Censo Demográfico 2010, o objetivo proposto para cada um deles e suas limitações.

Questionário básico

3 PARA DOMÍCIOS PARTICULARES - EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL				
3.01 - ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S) ESTAVA MORANDO EM OUTRO PAÍS EM 31 DE JULHO DE 2010?				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 3.02) <input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe 4.01)				
3.02 - NOME siga 3.03	3.03 - SEXO 1 - M 2 - F siga 3.04	3.04 - ANO DE NASCIMENTO siga 3.05	3.05 - ANO DA ÚLTIMA PARTIDA PARA MORAR EM OUTRO PAÍS siga 3.06	3.06 - PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 31 DE JULHO DE 2010 combo com lista de países (com 3 caracteres digitados) siga 4.01
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/> ano	<input type="text"/> ano	<input type="text"/>

Este quesito surgiu da necessidade de se conhecer o número aproximado de brasileiros vivendo no exterior, pois as estimativas existentes, em geral disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), variam de 1,5 milhão a 4 milhões. Com esta pergunta, busca-se obter uma estimativa não só do contingente de brasileiros no exterior, como também investigar características, tais como sexo, ano de nascimento, ano da última partida e país de residência atual do emigrante.

O conhecimento mais aproximado do número de brasileiros no exterior possibilitará o planejamento de políticas públicas voltadas ao atendimento desta população e permitirá estudos voltados para a obtenção de estimativas sobre o estoque da emigração internacional e seu padrão etário, caso a informação da imigração internacional, obtida no questionário da amostra, seja robusta². Com o cruzamento dessa informação e a dos retornados em uma data fixa poder-se-á estimar fluxos internacionais e não apenas estoques baseados em saldos residuais, oriundos da aplicação de técnicas indiretas (ABEP, 2007).

² Nesse caso, entende-se como informação robusta àquela oriunda do questionário da amostra e que apresenta pequeno coeficiente de variação.

Por se tratar de um evento raro, este bloco foi incluído no questionário básico, ou seja, aquele aplicado a toda população.

Outra forma de se obter esta informação seria a de perguntar para a mãe se algum (ns) dos seus filhos vive (m) fora do País. As duas formas de perguntar apresentam vantagens e desvantagens. No caso do domicílio, a vantagem é que se amplia o alcance da pergunta, já que o emigrante pode ter relação com qualquer um dos membros daquela unidade domiciliar. Por outro lado, se todas as pessoas moradoras do domicílio tiverem emigrado ou mesmo tenham falecido, perde-se a informação (ABEP, 2007).

Uma outra desvantagem está associada a uma possível fragmentação na composição da unidade domiciliar do emigrante, em que se corre o risco de duplicação desta informação.

Questionário da amostra

Não naturais e imigrantes de retorno

MIGRAÇÃO	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? <input type="checkbox"/> 1 - SIM E SEMPRE MOROU (se 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28) <input type="checkbox"/> 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (passe ao 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? <input type="checkbox"/> 1 - SIM, E SEMPRE MOROU (Passe 6.24) <input type="checkbox"/> 2 - SIM, MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe 6.23) <input type="checkbox"/> 3 - NÃO (Siga 6.20)	

Os quesitos 6.18 e 6.19 permitem obter a distribuição dos imigrantes não naturais (*lifetime migrants*) e imigrantes de retorno no município e na Unidade da Federação. Os não naturais correspondem a todo o fluxo migratório do passado, independente do tempo. Nesse caso, exclui-se os imigrantes que vieram a falecer, os que retornaram e aqueles que reemigraram até o momento da pesquisa (CARVALHO, 1981).

Por se tratar do lugar de nascimento do indivíduo, supõe-se que os erros de memória na captação da pergunta sejam mínimos, uma vantagem quando comparado a quesitos que se remetem a uma referência temporal.

Imigração internacional

6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? <input type="checkbox"/> 1 - BRASILEIRO NATO (Passe 6.22) <input type="checkbox"/> 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) <input type="checkbox"/> 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? [] [] [] [] ANO siga 6.22	
6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? <input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO abrir combo de UF <input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados) [] 6.221 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO [] 6.223 - PAÍS ESTRANGEIRO siga 6.23	

Os quesitos 6.20, 6.21 e 6.22 permitem captar a imigração internacional, identificando o ano em que o indivíduo fixou residência no Brasil e o país estrangeiro de nascimento, além de identificar a Unidade da Federação de nascimento para os brasileiros natos.

Como limitação, pode-se apontar possíveis erros associados à memória do informante ao declarar o ano em que fixou residência no Brasil.

Por se tratar de um grupo pouco representativo no total da população brasileira (0,3% em 2000), há que se ter cuidado na análise desagregada dessa informação.

Migração interna: última etapa migratória e tempo ininterrupto de residência

6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUPTÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)	
 siga 6.24	
6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUPTÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO)	
 (Se mora há menos de 10 anos siga 6.25. Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)	
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO?	
<input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO
<input type="text"/> 6.251 - UF abrir combo de UF	<input type="text"/> 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados)
<input type="text"/> 6.253 - MUNICÍPIO abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados)	<input type="text"/> 6.255 - PAÍS ESTRANGEIRO
(Se no quesito 6.24 mora há menos de 6 anos e tem 5 anos ou mais de idade siga 6.26. Se no quesito 6.24 mora há 6 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade passe ao 6.27. Se tiver menos de 5 anos de idade, passe ao 6.28)	

A combinação entre os quesitos 6.23, 6.24 e 6.25 permite a captação da última etapa migratória do indivíduo, sendo esta em nível municipal, estadual ou mesmo internacional, com indicação do tempo em que se deu o movimento, quando este for inferior a dez anos. Esses dados possibilitam, ainda, inferir sobre possíveis mudanças na intensidade dos movimentos entre o primeiro e o segundo quinquênio da década, além de fornecer ricas informações analíticas no cruzamento da duração de residência e lugar de última residência (ABEP, 2007).

Atualmente, a informação para unidades geográficas cada vez menores é de grande interesse dos estudiosos de migração, dada a maior importância relativa da mobilidade, sobretudo em um contexto de fluxos migratórios intrarregionais (ABEP, 2007).

A informação sobre a última etapa migratória está menos sujeita a erros de memória do que a pergunta sobre migração numa data fixa.

Migrantes em uma data fixa

6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2005?	
<input type="checkbox"/> 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/> 2 - PAÍS ESTRANGEIRO
<input type="text"/> abrir combo de UF 6.261 - UF	<input type="text"/> abrir combo de países estrangeiros (com 3 caracteres digitados) 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO
<input type="text"/> 6.263 - MUNICÍPIO abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados)	<input type="text"/> 6.265 - PAÍS ESTRANGEIRO
(Se tem 5 anos ou mais de idade siga 6.27. Caso contrário, passe ao 6.28)	

O quesito 6.26 apreende os migrantes numa data prédeterminada (data fixa), que, neste caso, compreende cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Esta informação permite obter o total de imigrantes e emigrantes nos municípios e Unidades da Federação, já que aponta o volume e a origem dos fluxos, permitindo, desse modo, o cálculo do saldo migratório de forma direta (ABEP, 2007).

A pergunta sobre a residência numa data fixa tem como limitação o fato de se perder as etapas intermediárias ocorridas entre a data fixa e a data de referência do censo, assim como o retorno dentro do mesmo período.

Análises feitas por estudiosos, apontam que a combinação dos quesitos de data fixa e de última etapa migratória traz as seguintes vantagens analíticas:

- 1) Migração de retorno: Dada uma região, quanto maior a diferença entre o número total de imigrantes de última etapa e o total de imigrantes de data fixa, maior será a importância da migração de retorno dentro do período, pois todos os imigrantes de data fixa serão de última etapa, porém os de retorno dentro do período, por definição, não estarão incluídos entre os de data fixa.
- 2) Quanto à emigração, uma região pode apresentar maior ou menor número de emigrantes de última etapa em relação aos de data fixa. Se os emigrantes de última etapa forem mais numerosos, a região estaria funcionando como uma etapa intermediária do processo migratório. Por outro lado, se os emigrantes de data fixa forem em maior número, significa que muitos emigrantes de data fixa reemigraram posteriormente (RIGOTTI, 1999, p. 48-49).

Ao se incorporar a informação de data fixa às projeções populacionais, deve-se levar em conta as análises apontadas anteriormente, pois essas podem esclarecer também qual parcela da migração não contribui para o verdadeiro saldo migratório de uma região, uma vez que estas, geralmente, extrapolam taxas de um período que podem não corroborar para o crescimento populacional, como, por exemplo, imigração de retorno dentro do período ou emigração de passagem (ABEP, 2007).

Deslocamentos pendulares para estudo ou trabalho

Normalmente, a discussão sobre movimento pendular está associada à expansão da metrópole e sua área de influência em relação à centralidade do mercado de trabalho. A mobilidade cotidiana está ligada à mobilidade residencial e às migrações intrametropolitanas. Embora o trabalho tenha centralidade nesse tipo de deslocamento, a mobilidade cotidiana é muito mais ampla, já que envolve as diferentes ações do dia a dia dos indivíduos. Portanto, os deslocamentos pendulares fazem parte da distribuição espacial da população, em seus múltiplos aspectos, cujas modalidades estão relacionadas entre si, a partir das migrações internas, da mobilidade residencial, da mobilidade cotidiana e ao espaço de vida (JARDIM; ERVATTI, 2006).

Estes conceitos apontam para a necessidade de uma investigação mais detalhada deste fenômeno. Porém, um levantamento do tipo censitário guarda restrições em relação ao tamanho e complexidade do questionário, limitando o aprofundamento de questões ligadas aos deslocamentos para o lazer, acesso aos serviços de saúde, exercício de crenças religiosas, etc.

Assim, o Censo Demográfico 2010 investigou somente os deslocamentos pendulares para trabalho ou estudo. Os quesitos que buscam apreender esse fenômeno apresentam um avanço em comparação com o Censo Demográfico 2000. O primeiro

avanço observado, e considerado fundamental, foi o desmembramento da pergunta em dois blocos: um para trabalho; e outro para estudo.

Os quesitos que indagam o deslocamento para estudo encontram-se ao final do bloco de educação e perguntam em qual Unidade da Federação e município ou país estrangeiro frequenta escola ou creche. A limitação desse quesito é que só será possível obter a distribuição dos estudantes que se deslocam entre municípios, Unidades da Federação ou país estrangeiro, sem, no entanto, saber a periodicidade do movimento.

DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?	
<input type="checkbox"/> 1 - NESTE MUNICÍPIO (Se tem 10 anos ou mais de idade, passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	<input type="checkbox"/> 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO
<input type="checkbox"/> 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO	<input type="checkbox"/> 6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO
6.361 - UF abrir combo de UF	6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO abrir combo de países (com 3 caracteres digitados)
6.363 - MUNICÍPIO abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados)	(Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)

Assim como o quesito que investiga os deslocamentos para estudar, aqueles voltados para identificar os movimentos pendulares destinados ao trabalho também foram incluídos ao final do bloco de trabalho e rendimento.

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO		12
6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?		
<input type="checkbox"/> 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	<input type="checkbox"/> 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (siga 6.605)	<input type="checkbox"/> 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS
<input type="checkbox"/> 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61)	<input type="checkbox"/> 6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO	(Se for mulher, passe 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)
<input type="checkbox"/> 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (siga 6.601 e 6.603)	abrir combo de países (com 3 caracteres digitados)	
6.601 - UF abrir combo de UF	6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO abrir combo de países (com 3 caracteres digitados)	
6.603 - MUNICÍPIO abrir combo de municípios da UF assinalada (com 3 caracteres digitados)	(siga 6.61)	
6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?		
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 6.62)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Se for mulher, passe 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?		
<input type="checkbox"/> 1 - ATÉ 05 MINUTOS	<input type="checkbox"/> 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS	
<input type="checkbox"/> 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA	<input type="checkbox"/> 5 - MAIS DE DUAS HORAS	
<input type="checkbox"/> 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA (Se for mulher, siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)		

Os deslocamentos para trabalhar tiveram um detalhamento que inclui os movimentos dentro do município de residência, além de investigar se esses são diários e, neste caso, o tempo gasto no deslocamento. Tais informações são fundamentais para o diagnóstico, avaliação e o planejamento do espaço urbano abarcando a mobilidade diária, especialmente nas grandes e médias cidades. Além disso, permitirá, não só, dimensionar a intensidade da pendularidade por motivo de trabalho fora dos espaços metropolitanos, como também fornecerá insumos para discussão teórica a respeito do próprio conceito sobre deslocamentos pendulares (OLIVEIRA, 2008).

O fato de não se investigar a periodicidade do deslocamento inibe a possibilidade de se aprofundar a discussão teórica a respeito do conceito de pendularidade como os postulados por Bilsborrow (1998) e Domenach e Picouet (1990). Além disso, ao não se identificar o tipo de transporte utilizado e o horário no qual o deslocamento é realizado suprime informações extremamente relevantes ao planejamento das políticas de transporte urbano.

A migração no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – PNAD Contínua

A proposta que está sendo construída para a investigação do fenômeno migratório no SIPD prevê que todo ano seja introduzido na PNAD Contínua um módulo básico sobre migrações. Já o Suplemento Migração seria aplicado num intervalo entre três ou cinco anos, ainda a ser definido, estando a sua primeira ida a campo prevista ainda no início dessa década.

Muito embora o tamanho da amostra no trimestre em que as perguntas sobre migração irão a campo pela PNAD Contínua seja maior que a atual amostra da PNAD, o que assegura uma maior representatividade e precisão das estimativas acerca do fenômeno, há que se registrar que o levantamento continuará permitindo apenas a construção da matriz de fluxos migratórios para os movimentos interestaduais. Por outro lado, espera-se que a informação sobre a imigração, que atualmente é disponibilizada para nove das regiões metropolitanas, como escala mínima de desagregação, possa ser divulgada para as capitais estaduais.

O módulo básico

Neste módulo, serão investigadas variáveis que permitam determinar: a naturalidade, detalhando-se a Unidade da Federação e o município de nascimento; a nacionalidade; o tempo de residência no Brasil, para os casos dos naturalizados brasileiros e dos estrangeiros; além da pergunta sobre a migração há uma determinada data fixa, cinco anos antes da data de referência do levantamento³. Deve-se ressaltar que as perguntas implementadas nessa parte guardam exata semelhança às apresentadas no questionário do Censo Demográfico 2010, carecendo das mesmas vantagens e limitações.

A grande expectativa que se tem em relação a esse módulo é que, a partir dos resultados da pergunta sobre o movimento numa data fixa, sejam produzidos insumos para alimentar o sistema de projeções populacionais do IBGE.

O Suplemento Migração

Este suplemento foi estruturado de maneira a proporcionar informações sobre as trajetórias migratórias, as redes sociais, a principal motivação para empreender

³ A migração numa data fixa de um ano foi investigada no teste piloto, em caráter excepcional, de modo que se possa comparar essas respostas com o resultado do quesito de última etapa realizada há um ano, a ser investigado no bloco de trajetórias migratórias.

for aplicado, o período de investigação se remeta aos dez anos anteriores à data de referência do levantamento.

Redes sociais

Este bloco tem como objetivo procurar uma *proxy* sobre a contribuição das redes sociais nos processos migratórios no Brasil, sobretudo naquilo que trata da ajuda ao ato de migrar. Basicamente, busca-se identificar: se houve algum auxílio para que a pessoa empreendesse o deslocamento; qual(is) o(s) tipo(s) dessa ajuda; em qual(is) local(is), origem e/ou destino, foi fornecida; e de onde partiu a principal contribuição para migração.

REDES SOCIAIS			
9 - NO ÚLTIMO MOVIMENTO REALIZADO RECEBEU ALGUMA AJUDA OU INDICAÇÃO PARA REALIZAR O DESLOCAMENTO?			
<input type="checkbox"/> 1 - SIM (Siga 10)	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO (Passe ao 12)		
10 - QUAL O TIPO DE AJUDA RECEBIDA E EM QUAL LOCAL A AJUDA FOI FORNECIDA? (admitte múltiplas respostas)			
<input type="checkbox"/> 01 - DINHEIRO	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> 02 - PASSAGENS/TRANSPORTES	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> 03 - INDICAÇÃO DE TRABALHO/EMPREGO	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> 04 - INDICAÇÃO DE LOCAL DE MORADIA	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> 05 - INDICAÇÃO DE CONTATO PESSOAL	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
<input type="checkbox"/> 06 - OUTRO (especifique): _____	<input type="checkbox"/> ORIGEM	<input type="checkbox"/> DESTINO	<input type="checkbox"/> OUTROS
(Siga 11)			
11 - DE ONDE PARTIU A PRINCIPAL AJUDA PARA O DESLOCAMENTO?			
<input type="checkbox"/> 01 - PARENTE			
<input type="checkbox"/> 02 - AMIGO/CONHECIDO			
<input type="checkbox"/> 03 - INSTITUIÇÃO RELIGIOSA			
<input type="checkbox"/> 04 - INSTITUIÇÃO PÚBLICA			
<input type="checkbox"/> 05 - RECRUTADOR/AGENCIADOR DE MÃO-DE-OBRA			
<input type="checkbox"/> 06 - ONG'S			
<input type="checkbox"/> 07 - ENTIDADE PRIVADA			
<input type="checkbox"/> 08 - OUTROS (especifique): _____			
(Siga 12)			

Há que se ter claro que existem limitações ao se investigar a relação das redes sociais com a migração através de pesquisa quantitativa, como será o caso da PNAD Contínua. De todo modo, será possível o avanço em aspectos importantes, tais como: os principais atores/instituições no suporte à migração; se há uma predominância desse auxílio na origem, no destino do movimento ou até mesmo se ocorre em ambos; perceber se existe uma ou mais redes atuando nesses processos; e quais tipos de redes envolvidas.

Tendo em vista a importante dimensão que tem sido atribuída às redes sociais na promoção da migração (BILSBORROW, 1998), sua contribuição na compreensão do fenômeno migratório (RAMELLA, 1995) e até mesmo em abordagens que propõem a síntese entre as teorias neoclássica e estruturalista, via discussão das redes sociais (FAIST et al., 1997), espera-se que, por mínima que seja, as evidências empíricas trazidas pela PNAD Contínua possam lançar alguma luz nesses debates teóricos.

Motivação

Esta parte do questionário procura identificar qual a percepção do migrante em relação ao motivo que o levou a empreender o movimento migratório. Mesmo sabendo-se da limitação que se tem em buscar apreender os aspectos motivacionais da migração em um levantamento não qualitativo, tratou-se de reeditar, com algumas reformulações, o quesito que foi implementado na PNAD 2001, mas que não foi muito explorado.

Além das motivações exploradas na PNAD 2001, foram incluídos aspectos associados à violência, no lugar de origem, e a expectativa continuada de acessar bens e/ou serviços, no lugar de destino. Espera-se que esses fatores possam proporcionar a uma melhor apreensão sobre as motivações que levam o indivíduo a migrar.

MOTIVAÇÃO	
12 - QUAL O MOTIVO PRINCIPAL DA MUDANÇA PARA ESTE MUNICÍPIO?	
<input type="checkbox"/>	01 - TRABALHO DA PRÓPRIA PESSOA
<input type="checkbox"/>	02 - ESTUDO DA PRÓPRIA PESSOA
<input type="checkbox"/>	03 - SAÚDE DA PRÓPRIA PESSOA
<input type="checkbox"/>	04 - CUSTO DA HABITAÇÃO
<input type="checkbox"/>	05 - ACOMPANHAR FAMÍLIA
<input type="checkbox"/>	06 - DIFICULDADE NO RELACIONAMENTO FAMILIAR
<input type="checkbox"/>	07 - VIOLÊNCIA
<input type="checkbox"/>	08 - ACESSO A BENS E SERVIÇOS
<input type="checkbox"/>	09 - OUTRO MOTIVO: _____ (especifique)
(Siga 13)	

Este quesito foi implementado de forma experimental no teste piloto da PNAD Contínua. Caso os resultados do teste não sejam satisfatórios, a pergunta deverá ser excluída da versão definitiva do Suplemento Migração.

Perfis educacional e laboral

A informação sobre os perfis educacional e laboral do migrante no lugar de origem permitirá estabelecer se o último movimento empreendido resultou numa mobilidade ascendente ou descendente dos migrantes, quando for comparada sua inserção ocupacional na origem e no destino. Do ponto de vista da educação, buscar-se-á identificar qual o curso mais elevado frequentado no lugar de residência anterior. Já para mão de obra, serão levantadas questões sobre a venda da força de trabalho, qual a ocupação, posição na ocupação, ramo de atividade e número de horas trabalhadas.

DO QUESTIONÁRIO PRINCIPAL PARA PESSOAS QUE RESPONDEREM QUE FREQUENTAM OU JÁ FREQUENTARAM ESCOLA NA PARTE DE EDUCAÇÃO

13 - QUAL O CURSO MAIS ELEVADO QUE ... FREQUENTOU ANTES DE MUDAR-SE PARA O MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA ATUAL?

- 01 - NÃO FREQUENTAVA ESCOLA
- 02 - ELEMENTAR (PRIMÁRIO)
- 03 - MÉDIO 1º CICLO (GINASIAL, ETC.)
- 04 - MÉDIO 2º CICLO (CIENTÍFICO, CLÁSSICO, ETC.)
- 05 - REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OU DO 1º GRAU
- 06 - REGULAR DO ENSINO MÉDIO OU DO 2º GRAU
- 07 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS OU SUPLETIVO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 08 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS OU SUPLETIVO DO ENSINO MÉDIO
- 09 - SUPERIOR - GRADUAÇÃO
- 10 - MESTRADO OU DOUTORADO
- 11 - ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- 12 - CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO - CA
- 13 - MATERNAL, JARDIM DE INFÂNCIA, ETC.

(Siga 14)

Estas variáveis devem ser analisadas em consonância com a parte das Trajetórias Migratórias, pois o momento do último movimento combinado à idade da pessoa ao migrar irão afetar diretamente os resultados da comparação entre a situação atual e a anterior. Uma alternativa para minimizar essas restrições seria implementar a análise de mobilidade apenas para as migrações mais recentes, podendo-se ficar restritas nos deslocamentos nos últimos dez anos.

Movimentos pendulares

PENDULARIDADE PARA TRABALHO										
INCLUIR APÓS PERGUNTA 39 NO QUESTIONÁRIO DE TRABALHO E RENDIMENTO										
XX.1 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?										
<input type="checkbox"/> 01 - NESTE MUNICÍPIO E NO LOCAL DE RESIDÊNCIA	(Se 9=1, passe ao 58. Caso contrário, passe ao 40)									
<input type="checkbox"/> 02 - NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO LOCAL DE RESIDÊNCIA										
<input type="checkbox"/> 03 - EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO	(Se 9=1, passe ao 58. Caso contrário, passe ao 40)									
<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 15px;"></td> <td style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 15px;"></td> <td style="border: none;">1 - UF</td> <td style="border: 1px solid black; width: 200px; height: 15px;"></td> <td style="border: none;">2 - MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO</td> </tr> <tr> <td colspan="5" style="text-align: center;">(Siga XX.2) (FAZER COMBO)</td> </tr> </table>				1 - UF		2 - MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO	(Siga XX.2) (FAZER COMBO)			
		1 - UF		2 - MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO						
(Siga XX.2) (FAZER COMBO)										
XX.2 - QUAL A PERIODICIDADE HABITUAL DO DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO?										
<input type="checkbox"/> 01 - CINCO VEZES OU MAIS POR SEMANA (DIÁRIO)	(Siga XX.3)									
<input type="checkbox"/> 02 - UMA A QUATRO VEZES POR SEMANA										
<input type="checkbox"/> 03 - QUINZENAL OU MENSAL										
<input type="checkbox"/> 04 - IRREGULAR (NÃO PERIÓDICA)										
XX.3 - QUAL A DURAÇÃO HABITUAL DO DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO?										
<input type="checkbox"/> 01 - ATÉ 30 MINUTOS	(Siga XX.4)									
<input type="checkbox"/> 02 - DE 31 A 60 MINUTOS										
<input type="checkbox"/> 03 - DE 61 A 120 MINUTOS										
<input type="checkbox"/> 04 - MAIS DE 120 MINUTOS										
XX.4 - QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE QUE HABITUALMENTE GASTA O MAIOR TEMPO NO DESLOCAMENTO?										
<input type="checkbox"/> 01 - A PÉ	(Siga XX.5)									
<input type="checkbox"/> 02 - DE BICICLETA										
<input type="checkbox"/> 03 - DE MOTOCICLETA										
<input type="checkbox"/> 04 - DE CARRO OU CAMINHONETE										
<input type="checkbox"/> 05 - DE ÔNIBUS OU ASSEMBLHADOS (VAN, KOMBI, ...)										
<input type="checkbox"/> 06 - DE TREM										
<input type="checkbox"/> 07 - DE METRÔ										
<input type="checkbox"/> 08 - DE BARCO, BARCA, LANCHAS, ...										
<input type="checkbox"/> 09 - OUTROS (especifique):										
XX.5 - QUAL O HORÁRIO HABITUAL DE INÍCIO DO DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO?										
<input type="checkbox"/> 01 - ABRIR AS POSSIBILIDADES DE HORÁRIO	(FAZER COMBO)									
<input type="checkbox"/> 02 - IRREGULAR	(Se 9=1, passe ao 58. Caso contrário, passe ao 40)									

Para obter informações sobre os movimentos pendulares, a PNAD Contínua adotará a mesma disposição dos blocos empregada no Censo Demográfico 2010, ou seja, os movimentos motivados por estudos aparecerão na parte de educação e aqueles destinados ao trabalho constarão no bloco respectivo. Todavia, na PNAD Contínua serão apresentadas inovações importantes em relação a este censo, dado que investigará, tanto para os movimentos destinados a trabalho quanto para estudos, a periodicidade habitual do deslocamento, sua duração, meio de transporte empregado e o seu horário habitual.

Se por um lado os movimentos pendulares serão esmiuçados em relação às condições em que ocorrem, permitindo aos gestores de transportes públicos estabelecer políticas adequadas para atender a essa demanda, por outro, estarão limitados à capital como espaço mínimo de desagregação; não será possível estabelecer a matriz dos deslocamentos pendulares; e os movimentos para acesso a serviços, que não os educacionais, não serão contemplados.

Considerações finais

As perspectivas que se apresentam para o estudo do fenômeno migratório nos próximos anos são as melhores possíveis, à medida que várias inovações foram introduzidas nos levantamentos mencionados, assim como questões que haviam sido descartadas no passado foram resgatadas, a exemplo do município de residência anterior no último movimento realizado.

Os resultados dos levantamentos, caso sejam satisfatórios, proporcionarão, por um lado, evidências empíricas sobre a emigração internacional, sobre os movimentos numa data fixa e última etapa para a década de 2001-2010, duração média e destinos dos movimentos de 1980 a 2010, sobre a atuação das redes sociais na migração, a respeito das motivações e a situação educacional e ocupacional no lugar de residência anterior. Por outro lado, essas mesmas evidências possibilitarão que se formule ou reformule teorias migratórias para essa quadra da história marcada por profundas transformações nas várias dimensões da vida.

Enfim, com este trabalho espera-se proporcionar um amplo debate com pesquisadores e estudantes que abordam a temática migratória, visando a melhor exploração no uso das informações provenientes dos dois levantamentos, bem como no aperfeiçoamento das variáveis a serem investigadas na PNAD Contínua.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Grupo de Trabalho de Migrações. *Sugestões de inclusão, permanência e reformulação de quesitos sobre o tema migração para o Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/textosgenericos/GTMig_sugestoes_CD2010.pdf>. Acesso em: maio 2011.

BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: SYMPOSIUM ON INTERNAL MIGRATION AND URBANIZATION IN DEVELOPING COUNTRIES, 1., 1996, New York. *Migration, urbanization and development: new directions and issues*. New York: United Nations Population Fund - UNFPA; Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1998.

CARVALHO, J. A. M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, Águas de São Pedro. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 1981. v. 1, p. 533-580. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A11.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. *Notas de Población*, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, n. 49, p. 49-69, abr. 1990.

FAIST, T. et al. Sociological theories of international migration: the crucial meso-link. In: HAMMAR, T. et al. (Ed.). *International migration, immobility and development: multidisciplinary perspectives*. Oxford; New York: Berg, 1997. p. 164-199.

JARDIM, A. de P.; ERVATTI, L. R. Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de vida das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_102.pdf>. Acesso em: maio 2011.

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, New York: Population Council, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sept. 1993.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Fonte de dados para a migração: navegando entre o ideal e o imprescindível. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_995.pdf>. Acesso em: maio 2011.

_____. *A mobilidade espacial da população e as transformações do processo produtivo no Brasil no pós-1980: o caso do Estado do Rio de Janeiro*. 2009. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2009.

PNAD contínua: suplemento migração. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Trabalho apresentado no 7º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD, sobre o projeto de reformulação das pesquisas domiciliares. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/setimo_forum/PNAD_continua_supl_migracao.pdf>. Acesso em: maio 2011.

PROJETO de reformulação das pesquisas domiciliares amostrais do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006-2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/default.shtm>>. Acesso em: maio 2011.

RAMELLA, F. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*.

Tandil: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos - Cemla: Instituto de Estudios Histórico Sociales de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires - IEHS, 1995. p. 9-21.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. 1999. 141 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Demografia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/1999/Jose_Irineu_Rangel_Rigotti.pdf>. Acesso em: maio 2011.

Sobre os autores

Os perfis abaixo foram feitos pelos próprios autores.

Antonio de Ponte Jardim – Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais - Estudos Sociais da População pelo Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - CELADE, e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente, é Pesquisador na Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira – Estatístico, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e Doutor em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente, é Pesquisador na Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Leila Regina Ervatti – Contadora, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do IBGE. Atualmente, é Tecnologista na Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE e Diretora da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP.

Luiz Antonio Pinto de Oliveira – Sociólogo, Mestre em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente, é Coordenador da Coordenação de População e Indicadores Sociais da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Marden Barbosa de Campos – Economista, com Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais pela Universidade Federal de Lavras - UFLA e Doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente, é Tecnologista na Unidade Estadual de Minas Gerais do IBGE.

Maria Monica Caetano Vieira O'Neill – Geógrafa, com Mestrado e Doutorado em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente, é Pesquisadora na Coordenação de Geografia da Diretoria de Geociências do IBGE.

Equipe técnica

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Julia Felipe

Katia Vaz Cavalcanti

Marisa Sigolo

Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráficos

Igonzaga

Neuza Damásio

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação**Pesquisa e normalização bibliográfica**

Ana Raquel Gomes da Silva
Bruno Klein
Hector Rodrigo Brandão Oliveira (Estagiário)
Lioara Mandoju

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas-capas

Ana Raquel Gomes da Silva
Lioara Mandoju

Gerência de Gráfica**Impressão e acabamento**

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital**Impressão**

Ednalva Maia do Monte